



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLÓGICAS**  
**(DCHT – CAMPUS XVI)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS AFRICANOS, POVOS**  
**INDÍGENAS E CULTURAS NEGRAS.**

**HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA**

**“O QUE É UM CANDOMBLÉ? O ARUCHACHÂ, QUE**  
**RELAMPUÊ, MINHA SANTA BARBARA HÁ DE ME VALÊ”:**  
**REPRESSÃO À CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALVADOR NAS**  
**PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.**

Salvador  
2022

**HENRIQUE DOS SANTOS BARBOSA**

**“O QUE É UM CANDOMBLÉ? O ARUCHACHÂ, QUE  
RELAMPUÊ, MINHA SANTA BARBARA HÁ DE ME VALÊ”:  
REPRESSÃO À CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALVADOR  
NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, vinculado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História

**Área de Concentração:** Cultura, Educação e Memória. (Linha 2)

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cecília Conceição Moreira Soares.

Salvador

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Professor Edivaldo Machado Boaventura – UNEB – Campus XVI

Bibliotecária: Célia Maria da Costa CRB-5 / 918

Barbosa, Henrique dos Santos

“O que é um candomblé? O aruchachâ, que relampuê, minha santa Bárbara há de me valê”: repressão à cultura afro-brasileira em Salvador nas primeiras décadas do século XX / Henrique dos Santos Barbosa. – Irecê, 2022.

101 f.

Orientadora: Cecilia Conceição de Moreira Soares.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas- DCHT- Campus XVI. Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras – PPGEAFIN, 2022.

Contém referências e anexos.

1. Candomblé. 2. Candomblé – Cobertura jornalística – Séc. XX – Salvador (BA). 3. Candomblé - Perseguição religiosa - História – Salvador (BA). I. Soares, Cecília Conceição de Moreira. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas- DCHT- Campus XVI.

**Ata da Sessão de Avaliação Final de Dissertação**

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2021, às 10 horas, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação final de dissertação, de forma online pela plataforma Teams, com mediação tecnológica digital, sob o título: **"O QUE É UM CANDOMBLÊ? O ARUCHACHÁ, QUE RELAMPUÊ, MINHA SANTA BARBARA HÁ DE ME VALÊ": Discursos em jornais sobre a repressão a cultura Afro Brasileira em Salvador nas primeiras décadas do Século XX**, apresentado pelo mestrando **Henrique dos Santos Barbosa**, ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como parte dos requisitos para obtenção do título de **Mestre em História**. A Comissão Examinadora foi composta pelos Professores: Dra. **Cristiane Batista da Silva Santos** da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Dr. **Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha** da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e presidida pela Professora Orientadora Dra. **Cecilia Conceição Moreira Soares**. A sessão teve a duração de **2 horas** e a Banca Examinadora emitiu o seguinte parecer:

**A banca considera que o trabalho preenche os requisitos exigidos de uma dissertação de mestrado. Considera o tema relevante para os estudos Afro Brasileiros na Bahia. Ressaltou a necessidade de explorar aspectos importantes evidenciados na pesquisa, mas sem análise mais profunda. Assim como, salientou que o trabalho precisa de revisão, redação e normas para citações de textos acadêmicos, antes do depósito final.**

A dissertação recebeu conceito final: APROVADA ( x ) REPROVADA ( ).



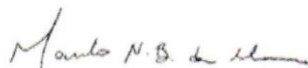
Prof. Dra.

Presidente da Comissão/orientadora  
CPF: 29764696520



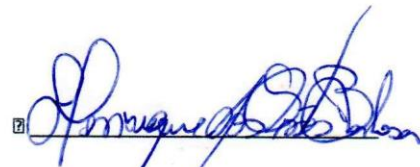
Profa. Dra.

Examinador(Interno)  
CPF.975913005-04



Prof. Dr.

Examinador Externo  
CPF: 37888714587



Nome do Aluno  
CPF: 825,994,915-68

À Ogum e toda a minha ancestralidade, gratidão

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa natureza, embora seja muito individual, não seria possível sem a colaboração e o auxílio de várias pessoas. Chegou então, o momento de demonstrar minha gratidão a vocês.

Um agradecimento todo especial a minha mãe, Dona Arlinda dos Santos Barbosa, pelo apoio de sempre, pela compreensão nos vários momentos em que precisei me ausentar de seus convívios para me dedicar a esta pesquisa, por aguentar meu mau humor etc. Mas, principalmente, por ter me inspirado a lutar por dias melhores, mesmo que no caminho existam obstáculos.

Aos meus filhos Dandara Casais Barbosa, Heloísa Casais Barbosa, Heitor Omolonã Casais Barbosa e a minha companheira de superações, Camila Melo Casais, que me trazem tantas diversões, inquietações e companheirismos. Entre discussões acaloradas e conversas animadas me incentivaram a seguir estudando, a driblar o cansaço e a concluir esta dissertação.

Ao meu sacerdote, Babalorixá, amigo e grande conselheiro Agenor Nunes Santana, por me proporcionar momentos de ensinamentos e aprendizados na comunidade do Ilê Axé Babá Okê, terreiro de candomblé situado em Bom Jesus dos Pobres, distrito da cidade de Saubara, espaço religioso que também faço parte na condição de Babáegbé, cargo responsável pela manutenção da ordem, tradição e hierarquia.

À Laís do Rosário Moradillo da Silva, uma filha e grande amiga, por todos os momentos que se fez presente, lendo este trabalho, ajudando e aconselhando no processo desta escrita, objetivando facilitar a compreensão dos leitores.

À querida irmã, Vanessa Orewá, Equede e Mestra em História, pelo incentivo e fortalecimento, mostrando-me frequentemente que a desistência não é a postura mais adequada para nós, homens e mulheres originários e originárias de bairros periféricos, negros e negras e pertencentes às religiões de matrizes africanas.

À querida jibonã<sup>1</sup> Priscilla Archanjo da Paixão, professora de Letras, que em inúmeras vezes, disponibilizou-se a me auxiliar na estruturação e revisão ortográfica deste trabalho.

<sup>1</sup> Um cargo no candomblé que tem a obrigação de educar as noviças e noviços e perpetuar conhecimento da comunidade.

À orientadora, Cecília Conceição Moreira Soares, atribuo agradecimentos mais que especiais, por sua paciência em orientar um profissional da Guarda Municipal de Salvador, homem oriundo das religiões de matrizes africanas e provedor da sua família. Gratidão por em diversos momentos ter sido compreensiva com as minhas diferentes atribuições cotidianas e os seus impactos na conciliação com o estudo. Suas contribuições e conduções, em minhas análises, foram cruciais para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Aos amigos que conheci durante o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia. Especialmente à Aline Santos de Oliveira, que realizou leituras de maneira atenta, paciente e dedicada em meus primeiros textos; e à Hélia Regina Mesquita de Jesus, por seu incentivo e ajuda desde o início do curso.

Ao supervisor do Grupo de Apoio ao Turista da Guarda Civil Municipal de Salvador, Tiago Almeida Machado, sempre disposto a conciliar de maneira sensível os horários dos serviços a partir da disponibilidade das aulas na pós-graduação. Agradeço também a alteridade e empatia de todos os colegas que laboram na constante luta pela segurança pública soteropolitana.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras da Universidade do Estado da Bahia, pelos auxílios. Em especial, ao coordenador Moisés de Oliveira Sampaio.

A vocês, muito obrigado.

“Não vá beber, não vá se embriagar  
Não vá cair na rua pra polícia lhe pegar.  
Eu já bebi, eu já me embriaguei  
Eu já caí na rua e a polícia nada fez.”  
(Cantiga popular – autor desconhecido)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos contidos em notícias de jornais que circularam na cidade de Salvador nas três primeiras décadas do século XX e trataram da repressão cultural e religiosa afro-brasileiras.

Esses discursos sobre as práticas dos negros, no Brasil, são dotados de invisibilidade ou de desconhecimento. Quando se nega a cultura e referência religiosa de um povo, logo se negam espaços, costumes e a pluralidade de outros contextos para o país, onde a sua riqueza está, também, na diversidade.

Essas representações, segundo o filósofo Appiah, são um erro e não se efetivam enquanto prática, visto que essas pessoas não se veem do modo como são representadas. Tais discursos jornalísticos serviram de base para deturpar, causar embate e acirrar as relações entre negros e brancos. O que percebemos quando confrontamos os textos jornalísticos com análises discursivas e as práticas histórico-discursivas e físicas da população após a ampla divulgação de tais textos.

Desta forma, buscamos identificar nas entrelinhas destas narrativas as construções de uma ideia negativa sobre as culturas que representassem o negro e, tentar entender como isso, fortaleceu o pensamento de exclusão social dos hábitos que simbolizassem a população negra na cidade. Estes discursos, além de alimentar a insatisfação da sociedade letrada aos costumes que referenciassem o cotidiano dos negros, mestiços e afrodescendentes nas ruas da cidade, colaboraram também, com a perseguição policial as práticas relacionadas às pessoas pertencentes às religiões de matrizes africanas principalmente, no que tange ao uso dos instrumentos percussivos e cânticos que ressoavam das cerimônias, o depósito de oferendas nas regiões centrais da cidade, os métodos de cura exercitados por pessoas que detinham o conhecimento das ervas e infusões utilizadas no tratamento dos males corporais e/ou espirituais, incentivando ainda um combate eficaz do poder público contra estas práticas. Com isso, analisamos as influências que as teorias raciais provocaram na construção de um ideal civilista que tentou excluir das regiões centrais da cidade as posturas ligadas à população negra. Este pensamento de desenvolvimento social e urbanístico foi alimentado pelas ideias de civilidade que ao buscar embasamento nos discursos higienistas e sanitaristas, escamoteavam práticas desumanas sob o discurso de reestruturação da cidade, e também, exigir mudanças nas posturas das pessoas. Estes ideais tiveram maior apoio no primeiro governo de J.J. Seabra, iniciado no ano de 1912 e finalizado em 1916, perpassando pelos governos sucessores no período republicano na Bahia. De acordo com o contexto da Salvador das três primeiras décadas do século XX e tomando como ponto de partida a cobertura da imprensa, tais como, *A Tarde*, *Imparcial*, *Diário da Bahia*, *A Manhã*, *jornal A Hora*, *O Combate*, *Estado da Bahia*, há diferentes casos de perseguição ao candomblé e aos costumes afro-brasileiros nas ruas da cidade. Portanto, esta pesquisa se propõe a entender como se efetivaram as ações policiais após os discursos da imprensa e dos governantes contra os terreiros e hábitos sociais, vistos pela elite, como incondizentes com os princípios civilizatórios da época, observando quais os critérios e/ou categorias foram empregadas para justificar a perseguição a determinadas práticas, buscando ancorar-se nos ensinamentos e pressupostos da História Social, pois, esta abordagem metodológica permitirá que este trabalho estabeleça um diálogo interdisciplinar que será importante para a construção desta dissertação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Candomblé; Modernização; Imprensa; Sanitaristas; Repressão.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the discourses contained in newspaper news that circulated in the city of Salvador in the first three decades of the twentieth century and dealt with afro-Brazilian cultural and religious repression.

These discourses about the practices of blacks in Brazil are endowed with invisibility or ignorance. When the culture and religious reference of a people are denied, spaces, customs and the plurality of other contexts for the country are therefore denied, where its wealth is also in diversity.

These representations, according to the philosopher Appiah, are a mistake and do not take effect as a practice, since these people do not see themselves in the way they are represented. Such journalistic discourses served as the basis for misrepresenting, causing clashes and intensifying relations between blacks and whites. What we perceive when we confront journalistic texts with discursive analyses and the historical-discursive and physical practices of the population after the wide dissemination of such texts.

Thus, we sought to identify between the lines of these narratives the constructions of a negative idea about the cultures that represented the black and, trying to understand, how this, strengthened the thought of social exclusion of habits that symbolized the black population in the city.

These discourses, in addition to feeding the dissatisfaction of the literate society to the customs that referred to the daily lives of blacks, half-breeds and Afrodescendants in the streets of the city, also collaborated, with the police persecution of the practices related to people belonging to the religions of African matrices, especially with regard to the use of percussive instruments and songs that resounded the ceremonies, the deposit of offerings in the central regions of the city, the healing methods exercised by people who held the knowledge of herbs and infusions used in the treatment of bodily and/or spiritual ills, also encouraging an effective fight of public power against these practices.

With this, we analyzed influences that racial theories provoked in the construction of a civilist ideal that tried to exclude from the central regions of the city the postures linked to the black population. This thought of social and urban development was fueled by the ideas of civility that, when seeking based on hygienist and sanitary discourses, concealed in human practices under the discourse of restructuring the city, and also demand changes in people's postures. These ideals had greater support in the first government of J.J. Seabra, begun in 1912 and finalized in 1916, passing through the successor governments in the Republican period in Bahia. According to the context of Salvador of the first three decades of the twentieth century and taking as a starting point the coverage of the press, such as, *A Tarde*, *Imparcial*, *Diário da Bahia*, *A Manhã*, *jornal A Hora*, *O Combate*, *Estado da Bahia*, there are different cases of persecution of candomblé and Afro-Brazilian customs on the streets of the city. Therefore, this research aims to understand how police actions were carried out after speeches and of the rulers against the terreiros and social habits, seen by the elite, as inconsistent with the civilizing principles of the time, observing which criteria and/or categories were used to justify the persecution of certain practices, seeking to anchor itself in the teachings and assumptions of Social History, because this methodological approach will allow this work to establish an interdisciplinary dialogue that will be important for the construction of this dissertation.

**KEYWORDS:** Candomblé; Modernization; Press; Sanitarians; Repression.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Avenida 7 de Setembro em 1912. ....	30
<b>Figura 2:</b> Trecho da planta de Salvador com identificação de intervenções realizadas no período de 1910 a 1930.....	31
<b>Figura 3:</b> Jornal A Tarde de 14 de dezembro de 1920 – Foi um rolo feio na Baixinha .....	33
<b>Figura 4:</b> Ladeira do Taboão - Princípio do Século XX.....	46
<b>Figura 5:</b> Uma infração que se surpreender, a todo o momento, nas ruas mais transitadas, mulher no comércio de rua.....	59
<b>Figura 6:</b> 1º Delegado Auxiliar Pedro Gordilho.....	91

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Análises das fontes jornalísticas, no período de 1912 a 1937 em Salvador .....	64
<b>Tabela 2:</b> Quantitativo das notícias, fatos e anos correspondentes às reportagens.....	72

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

J.J – José Joaquim Seabra

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.0: OS NEGROS NAS RUAS DE SALVADOR SOB A ÓTICA DA URBANIZAÇÃO E REPULSA ÀS PRÁTICAS DE CANDOMBLÉ .....</b>	<b>27</b>
2.1 As reformas seabristas : concepção de cidade moderna e o ato de supressão dos negros nas ruas ..,.....	29
2.2 Costumes populares nas ruas versos a ideia de progresso.....	38
<b>3.0 GAZETA MÉDICA E IMPRENSA NO COMBATE ÀS ANTIGAS PRÁTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>40</b>
3.1 A Influência dos discursos raciais no cotidiano da cidade de Salvador .....	46
3.2 As leis provocando mudanças de hábitos na cidade.....	51
3.3 Os Códigos de Posturas numa sociedade excludente: ofício de rua, candomblé e os reguladores da cidade.....	56
<b>4.0 CANDOMBLÉ NA ENCRUZILHADA: AÇÕES PROIBITIVAS ÀS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO BRASILEIRAS NA CIDADE DE SALVADOR . .....</b>	<b>63</b>
4.1 Uma noite africana na Bahia: O II Congresso Afro-Brasileiro trazendo novas perspectivas sobre a cultura negra.....	65
4.2 O que é um candomblé? O Aruchachã, que relampuê, minha Santa Barbara há de me “valê”: repressão à cultura afro brasileira em Salvador nas primeiras três décadas do séculoXX. .....	72
4.3 A imprensa como porta-voz dos interesses da sociedade letrada: Nem Pedrito conseguiu calar o Ogunjá do Matatu, o candomblé não há parar. .....	89
<b>5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os discursos contidos em notícias de jornais sobre a repressão religiosa aos terreiros de candomblé<sup>2</sup>, que circulavam na cidade de Salvador – Bahia nas três primeiras décadas do século XX. Bem como, refletir o alcance das ideias progressistas, reverberadas pela intelectualidade baiana que se embasavam nas teorias raciais para inferiorizar negros e negras diante da cultura branca, além disso, influenciavam o poder público na elaboração de projetos reformistas que tinham por objetivos a reorganização da cidade, a reestruturação das vias, a abertura de avenidas, e também impor mudanças nas posturas de homens e mulheres que usavam as ruas centrais da capital baiana para viver, transitar, vender mercadorias, prestar serviços e/ou utilizavam o espaço como local de sociabilidade e festa.

Haja vista, o processo de reordenamento e transformações em Salvador, inauguradas na primeira gestão de José Joaquim Seabra, iniciada em 1912 e encerrada em 1916, foram mantidas pelos governos subsecutivos, refletindo assim, diretamente na vida dos sujeitos que habitavam e trabalhavam no centro de cidade, local onde as relações pessoais e culturais eram tecidas.

Os bairros e ruas localizados nas regiões centrais da cidade eram frequentados por inúmeros pequenos comerciantes como pontos de venda que atendiam a necessidade dos moradores na aquisição de produtos variados, atendendo a uma clientela de pessoas pobres e remediadas. É nesse miolo da cidade que ocorrem também os atos proibitivos que visavam diminuir a presença de negros e negras nas vias públicas principais. Os poderes governamentais se preocupavam em ordenar as festividades; disciplinar a circulação das pessoas; estabelecer medidas de controle e fiscalização dos comerciantes de modo geral; e cuidar das medidas sanitárias, o que implicava na mudança de hábitos dos moradores<sup>3</sup>. E também restringiam e perseguiram as práticas religiosas de matrizes africanas no que tange aos rituais de pureza e sacrifício devocional, representados pelas oferendas em áreas públicas.

---

<sup>2</sup> “Candomblé”, palavra oriunda da língua Banto Quicongo, originalmente candombe, que significa lugar de oração ou de adoração às suas divindades. (SANTOS, 2010. p. 70) e nos dias atuais esta palavra sintetiza os espaços físicos e cerimônias das religiões afro brasileiras.

<sup>3</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). 1998-1999. p. 245.

Na cidade se propagavam novos hábitos culturais, cujo modelo era as estruturas urbanas europeias, principalmente Paris. A referência de modernidade se defrontava como cotidiano dos moradores em Salvador, exemplificada por uma população majoritariamente negra-mestiça que resistiam com suas práticas culturais, celebradas simbolicamente e representadas nos presentes votivos depositados em áreas públicas.

Buscaremos entender os reflexos dessas alterações para a população, compreender o que modificou no hábito das pessoas de cor que estavam inseridos nos costumes da cidade e as consequências dessas transformações urbanas para o povo de santo<sup>4</sup>. Principalmente, no que tange ao “depósito de oferendas”<sup>5</sup>, ou seja, a utilização de elementos naturais e orgânicos, tais como, grãos, bebidas alcoólicas, farinha de mandioca, azeite de dendê, dentre outras coisas, e objetos que faziam parte desses ritos como por exemplo, pratos de barro, velas, novelos de linha, balaios (cestos confeccionados com palhas, taquaras, bambu e etc...), depositados em diversos locais, como nas ruas, nas encruzilhadas, nos mares, nos rios, lagos, cachoeiras, nas áreas florestais, entre outros, com a finalidade de conectar o povo do candomblé ao seu sagrado.

A partir do momento que estas oferendas eram colocadas nas ruas modernizadas, de uma cidade que desejava se aproximar dos padrões de estrutura urbana europeia, continente visto na época, como modelo de civilidade a ser seguido, foi entendido como sujidade e falta de higiene urbana, desse modo, este conflito entre os modernistas desejosos em manter a cidade visualmente “limpa” e os praticantes de uma tradição religiosa não aceita pelos padrões da sociedade, tornou-se também, objeto desta dissertação.

Além disso, esta pesquisa buscará ainda identificar, nos discursos das notícias dos jornais, os motivos que geraram reclamações acerca dos batuques e barulhos provocados pelos sons, decorrentes das cerimônias do candomblé e as queixas que chamavam a atenção das autoridades sobre a falsa medicina e curandeirismo, que constantemente eram denunciadas pelos jornais.

É interesse desta pesquisa, trazer as reportagens que referenciam a perseguição aos terreiros e as formas com as quais, as autoridades tentaram exercer o controle social através

---

<sup>4</sup> Expressão usada para denominar pessoas pertencentes e praticantes do candomblé.

<sup>5</sup> Termo utilizado para determinar o ato de depositar nos diversos espaços urbanos ou da natureza, alimentos para fins ritualísticos e com o propósito de agradar determinadas divindades do candomblé. Para Souza Junior (2018, p. 33) essa expressão era sempre usada pela imprensa do início do século XX no sentido pejorativo, se referindo a algo ruim.

de um pensamento civilizatório, com viés racista, em um momento histórico que os discursos racialistas se faziam presentes na sociedade. Atingindo o pensamento dos setores letrados e as camadas hegemônicas de uma sociedade que pretendia se afastar de qualquer conduta que rememorasse o regime escravagista e, conseqüentemente, indicasse a presença da população africana no Brasil.

Comecei a me interessar por assuntos voltados aos costumes afro-brasileiros e, em especial, a repressão ao candomblé, no ano de 1999, quando, nas conversas com o saudoso Emanuel Moradillo de Jesus<sup>6</sup>, Babalorixá do Ilê Axé Odé Morajô, localizado na cidade de Simões Filho, era constantemente provocado sobre acontecimentos que envolveram os terreiros na cidade de Salvador principalmente aquelas questões sobre as repressões policiais às práticas relacionadas à religião de matriz africana. Em suas falas, “no dedo de prosa”, como pai Emanuel chamava as nossas conversas, fazia questão de comentar sobre a “invasão policial” às casas que reverenciavam aos Orixás. Nas ocasiões, não eram comentadas as datas, os períodos ou os momentos dessas incursões policiais, tampouco os lugares específicos que sofreram com a coerção da polícia, entretanto, esses diálogos, sem saber, alimentaram a minha vontade de estudar alguns assuntos relacionados a essa temática por ser de extrema importância para entendermos os motivos da repressão aos candomblés na cidade de Salvador - Bahia.

Com os diálogos vieram algumas inquietações, a exemplo de: o porquê da repressão policial e quais seriam os terreiros alvos dessa atuação? onde estariam localizados os candomblés mais noticiados pelos jornais e, conseqüentemente, reprimido pelo aparato policial? Qual a relação entre os ideais urbanistas daqueles momentos e a permanência de práticas culturais relacionadas a negros e negras na cidade?; E por fim, quais foram as estratégias elaboradas pelas lideranças dos terreiros para se defenderem das invasões policiais?

Os questionamentos permaneceram ligados à minha vontade de buscar respostas. Os discursos do Pai Emanuel me acompanharam na Universidade Católica de Salvador, na qual ingressei em 2007, no curso de História. Ali, meu contato com essa temática ficou mais intensificado e explícito quando conheci a antropóloga Neivalda de Oliveira que, na época, estimulava-nos a compreender as diversas tradições humanas pela perspectiva da

---

<sup>6</sup> Emanuel Moradillo de Jesus foi um Babalorixá líder do Ilê Axé Odé Morajô, situado na cidade de Simões Filho - BA, falecido no ano de 2010, deixando um grande legado para as religiões de matrizes africanas.

Antropologia Cultural, disciplina ministrada por ela. As suas aulas contribuíram para ampliar a minha compreensão acerca da fundamentação antropológica da minha temática, principalmente, quando chamava à atenção para entender os caminhos que levaram à repressão. Nessas ocasiões ela nos instigava a observar as fontes, ouvi-las, orientava-nos a interpretá-las para melhor perceber os motivos que levaram à repressão policial. Esse suporte foi determinante para a minha pesquisa, sobretudo no que tange às análises dos documentos, pois busquei entender quais os objetivos das informações e tentei compreender, a partir dos discursos, o pensamento dos grupos e setores sociais que fizeram parte daquela época.

A professora Neivalda Oliveira na condição de orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentou-me os livros *Na Gamela do Feitiço, Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia* (1995) e *Cadeira de Ogã e outros ensaios* (1999), obras escritas pelo antropólogo Júlio Braga e que foram determinantes para expandir a minha compreensão acerca das circunstâncias que levaram à perseguição policial aos terreiros.

Ao longo do meu percurso em busca de reflexões sobre as repressões aos candomblés na Bahia e com o auxílio da minha orientadora, deparei-me com o trabalho da pesquisadora Ângela Lühning, que traz valiosas contribuições às minhas pretensões de pesquisa. Escrito em dezembro de 1996, o artigo destinado à Revista da Universidade de São Paulo-USP, que fez parte da edição nº 28 (1996): POVO NEGRO - 300 ANOS, intitulado: “Acabe com esse santo, Pedrito vem ai... Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942”, é considerado por mim um texto substancial para a discussão acerca das razões que motivaram à imprensa elaborar narrativas que estimulavam a atuação policial contra os terreiros de candomblé e a alimentar a rejeição social aos costumes de origem africanos. O instrumento de comunicação produziu constantemente notícias que informam e, ao mesmo tempo, denunciavam os locais destinados às práticas de religiões afro-brasileiras.

Neste sentido, continuei com a temática “repressão policial aos terreiros de candomblé” na produção do Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação de História, intitulado *Os protetores e as formas que os terreiros de candomblés se protegerem contra a repressão religiosa na década de 1920*. Na ocasião foram trabalhados aspectos relacionados à coação aos terreiros de candomblé na década de 1920 e as estratégias que seus líderes puseram em prática no intuito de diminuir ou evitar as ações policiais.

Após a conclusão do curso de História Licenciatura e Bacharelado, passei sete anos fora de um centro acadêmico, por razões pessoais, profissionais e todos os tipos de adversidades que fazem um homem preto, periférico e provedor da sua família se distanciar dos estudos. Mas, a vontade de retomar a pesquisa era muito maior que os contratempos.

Assim, ingressei na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos Povos Indígenas e Culturas Negras - PPGAFIN, após ter sido contemplado com a aprovação como aluno especial do mestrado na disciplina de Representações da história da África no Brasil, ministrada pelo professor Dr. Ivaldo Marciano de Lima, no segundo semestre do ano de 2018.

As aulas do professor Ivaldo Marciano contribuíram para mostrar duas perspectivas em torno da temática África. A primeira, seria a África apresentada nos livros didáticos e fundamentada pela ideologia da colonização europeia, dotada de estereótipos e preconceitos. E a segunda, uma África plural, dotada de costumes diversos que contribuíram para a formação de outras tradições e manifestações culturais pelo mundo, principalmente aqui no Brasil, quando chegaram variadas etnias, vindo de diversas regiões desse continente, influenciada pelo tráfico negreiro e dinamizada pelo regime escravocrata. Na oportunidade o professor Ivaldo Marciano apresentou diversos exemplos de expressões culturais influenciadas pelas tradições africanas, tais como, o candomblé, o maracatu, a capoeira, o samba, a culinária, as artes e a língua portuguesa falada aqui no Brasil.

Com a inserção no programa, na condição de aluno regular em 2019, a partir da disciplina *Cultura, Educação e Memória*, ministrada pela professora Katharina Doring, tive a oportunidade de me aprofundar nos estudos em torno das manifestações culturais brasileiras, principalmente o samba, a capoeira e a dança. Mostrando-nos que estes movimentos culturais são expressões populares, nos quais nós, educadores e educadoras, podemos utilizar como ferramentas educacionais que nutrem, formam e modificam os sujeitos, fazendo-os adquirir consciência crítica e transformando-os em conhecedores de si e das comunidades às quais pertencem. Ao longo da disciplina foram indicados múltiplos textos, que contribuíram substancialmente com o desenvolvimento da pesquisa, possibilitando discussões que estabeleceram conexões com a finalidade do nosso alvo.

Recordo-me que o texto *O Candomblé da Bahia na década de 1930* (2004), de autoria do etnólogo e professor Vivaldo da Costa Lima foi sugerido pela professora Katharina Doring na oportunidade. Essa produção se mostrou bastante colaborativa para entender as

relações de poder entre as lideranças do candomblé baiano e as comunidades internas e externas das quais faziam parte personalidades como o famoso babalaô<sup>7</sup> Martiniano Eliseu do Bonfim e a grande Iyalorixá<sup>8</sup> Eugênia Anna Santos, Mãe Aninha, como era conhecida, fundadora do terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador e no Rio de Janeiro.

As exposições apresentadas pelo professor Raphael Rodrigues e as discussões estimuladas em suas aulas foram determinantes para compreendermos que o passado e o presente são dois polos vivenciados pelos historiadores. E para que não se cometa equívocos interpretativos é preciso: analisar os fatos históricos, buscando compreensão sobre os pensamentos das pessoas de acordo com a sua época; as ideias que faziam parte da mentalidade dos sujeitos e o que inspiravam os indivíduos e suas vivências no tempo histórico analisado. Objetivando que o historiador não cometa anacronismos em sua pesquisa.

Em outras oportunidades o professor Raphael Rodrigues apresentou também, valiosas contribuições em torno dos conceitos de memória coletiva e memórias subterrâneas. Essas últimas, enquanto não assumem o lugar de memória nacional são invisibilizadas, entretanto, ficam vivas esperando o olhar atento dos pesquisadores para resgatá-las e fazê-las assumir o seu lugar. As experiências descritas foram fundamentais para a execução deste trabalho, pois me proporcionaram a elaboração de estratégias de pesquisas, no intuito de evitar interpretações equivocadas.

Do mesmo modo, as aulas da professora Cecília Conceição Moreira Soares, na disciplina *Tradição Oral, Memória e História* foram de grande importância e ajudaram na compreensão de que toda tradição é dinâmica, e tais reflexões são importantes porque nos permitem desconstruir a noção de costumes como algo estático e imutável. Tais discussões permitiram entender que as tradições são construídas pelos sujeitos, com suas vivências e experiências e transformações constantes. São diretamente ligadas aos seres humanos, seus hábitos culturais, memórias e interações com a comunidade onde vivem.

Ao longo do caminho o encontro com a professora Cecília Soares me entusiasmou, pois reconhecendo a sua importância como pioneira nos estudos sobre a cultura, tradição e memória da população negra na cidade do Salvador- Bahia, em especial mulheres negras forneceu-me confiança para o desenvolvimento desta dissertação. Como

---

<sup>7</sup> Expressão Iorubá que determina a função do homem responsável a guardar os segredos e entender o oráculo conhecido como Ifá.

<sup>8</sup> Uma Ialorixá ou mãe de santo é a sacerdotisa de um terreiro de Candomblé.

historiadora desenvolveu consideráveis trabalhos em torno dos negros e seus costumes, sendo assim, as suas orientações foram essenciais para tratar as opressões impostas por setores da sociedade, as práticas culturais desenvolvidas por africanas e africanos, e seus descendentes na cidade de Salvador.

Sobre o título desta dissertação: *O que é um candomblé? o aruchachâ, que relampuê, minha santa barbara há de me valê: Repressão a cultura afro-brasileira em Salvador nas primeiras décadas do século XX*, foi inspirado na reportagem do Jornal *A Manhã*, de 20 de maio de 1920, intitulada, *O que é um candomblé?* nela, o jornalista constrói uma narrativa mencionando “o barulho” que ressoava de uma celebração religiosa afro brasileira. Esta notícia faz parte dos materiais investigados nesta pesquisa e será melhor analisada no IV capítulo deste trabalho, que é destinado ao estudo das fontes.

Esta pesquisa discutirá as motivações que influenciaram as perseguições aos terreiros de candomblé em Salvador no início do século XX e as causas que determinaram aversão à cultura e ao costume dos negros na cidade. Além de contribuir com a historiografia da cultura negra, em especial, aos estudos históricos que referenciam os terreiros de candomblés e as opressões sofridas por seus praticantes, sendo mais uma fonte de pesquisa para trabalhos futuros em torno do tema.

Para tanto, pesquisei nos arquivos digitalizados que fazem parte do acervo digital da Biblioteca Central do Estado da Bahia (BCEB) recortes de jornais que trouxeram manchetes sobre a repressão policial aos terreiros, sobretudo no período estudado, tais como: *A Tarde*, *Imparcial*, *Diário da Bahia*, *A Manhã*, *jornal A Hora*, *O Combate*, *Estadoda Bahia*, entre outros. E na biblioteca digital.

Portanto, além das manchetes contidas nos periódicos, esse trabalho contará com referenciais teóricos que tratam da repressão policial aos terreiros de candomblé, a exemplo de Nina Rodrigues (1935); Roger Bastide (1940); Arthur Ramos (1942); Júlio Braga(1995); Lühning (1996); Edmar Ferreira Santos (2009);Vilson Caetano de Souza Júnior (2018); Rosário (2019). E sobre as práticas religiosas e culturais da população negra na Bahia, esse estudo também trará autores como, Manuel Querino (1938); Donald Pierson(1961); Ruth Landes (1967); Juana Elbein dos Santos (1986); Cecilia Soares (1994); Nicolau Parés (2007); Edson Carneiro (2008); Valéria Amim (2009); Vivaldo da Costa Lima (2010); Lizza Castilho (2010); Jaime Sodré (2010); Marlon Marcos Vieira Passos (2016) e Erivaldo Sales Nunes (2017).

A partir disso, tratarei da sistematização das histórias baseadas nos discursos das notícias dos jornais.

Os mesmos jornais me possibilitaram historicizar, a partir dos seus recortes e manchetes, fatos que caracterizaram as perseguições policiais aos terreiros. Ao pesquisar as notícias, busco apresentar as motivações que levaram as incursões policiais, visto que, as diligências tinham como finalidade encerrar algumas cerimônias, principalmente aquelas que não recebiam autorização do poder público para ocorrer. As diligências também tinham o propósito de conduzir os líderes religiosos à delegacia, apreender objetos e, em alguns casos, agredir fisicamente e/ou verbalmente quaisquer pessoas que estivessem no local.

Ao me debruçar na pesquisa, percebi que essas ocorrências eram noticiadas quase que semanalmente pelos jornais, entretanto, quando cheguei aos arquivos da Biblioteca Central do Estado da Bahia, percebi alguns problemas, dentre eles: a dispersão das folhas digitalizadas; determinados periódicos com matérias inelegíveis; documentos escaneados com sequências numéricas desordenadas; além de matérias incompletas.

Foi necessário organizar as manchetes que correspondessem com a minha temática e, posteriormente catalogá-las, relacioná-las com o meu objeto de pesquisa. E em um segundo momento, foi necessário classificar os bairros que mais receberam as diligências policiais com a intenção de coagir os terreiros, além de buscar compreender quais eram as queixas mais corriqueiras, em busca de um mapeamento quantitativo dos terreiros invadidos e noticiados pela imprensa.

Segundo Santos (2009), quando escolhemos os jornais como fonte de pesquisa nos deparamos com uma grande quantidade de informações a serem interpretadas, entre elas, a intencionalidade do texto, a intensidade nos discursos, os adjetivos empregados com a finalidade de construir estereótipos, e os posicionamentos das pessoas que estão por trás das notícias. Concordamos com o autor quando diz que, por diversas vezes, essas escritas são carregadas de particularidades que aguçam o pesquisador na busca de sentidos. Dessa maneira, os jornais foram auxiliares na produção de histórias de vida, bem como, nas possibilidades dessas vivências.

Portanto, pelos recortes dos jornais foi possível a compreensão de algumas concepções que sustentaram e apoiaram opiniões convergentes e divergentes na época. Posicionamentos críticos que nortearam as ideias estimulando percepções e colaborando com o entendimento sobre os acontecimentos. Esta pesquisa se concentra na percepção das

formas de coerção policial aos terreiros de candomblé.

Estudar as notícias veiculadas pela imprensa me fez perceber a riqueza de informações que esses documentos nos oferecem. Nas manchetes dos jornais encontrei uma série de dados que se apresentam como repertórios de significações a serem interpretadas, como por exemplo, posicionamentos, apreciações, insinuações e ponderações. Através das localizações foi possível desenvolver análises sobre as abordagens, que investigadas, me ajudaram a reescrever momentos de coerção policial ao candomblé na cidade do Salvador.

Contudo, o professor Sodré (2010), mesmo reconhecendo a importância das notícias como fonte histórica que nos ajudam a entender modos de vida, hábitos, pensamentos e conflitos em uma sociedade, orienta-nos a termos cautela ao analisarmos os recortes de jornais, pois eles traduzem a percepção de quem o escreve com a intenção de alimentar os setores sociais que representam.

Os jornais transmitem as suas mensagens de forma envolvente, com uma escrita que instiga concepções, ideias, conceitos e preconceitos. Por conta disso, as notas da imprensa que referenciavam à cultura negra e conseqüentemente a sua religião no final do século passado, vinham carregadas de símbolos que alimentavam a rejeição aos costumes afro brasileiros na sociedade. Por esse motivo, Sodré (2010), afirma que o candomblé se tornou alvo de hostilidade e notícias depreciativas porque, de acordo com o imaginário coletivo, é uma religião que simboliza a tradição africana, vista como sinônimo de retrocesso, já que remete a um período que colocou pessoas negras trazidas da África na condição de escravas.

Segundo Soares (2009), Raimundo Nina Rodrigues inaugurou no final do século XIX, a primeira fase de estudos relacionados à ideia de raça no país. A autora realiza inúmeras críticas a Rodrigues (1899) que defendia a ideia de diferenças raciais entre negros e brancos. Distinções que, segundo o médico maranhense radicado na Bahia, eram em razão da inferioridade biológica do africano. E de acordo com sua concepção, o negro ao ser civilizado a partir dos modelos culturais impostos pelos brancos, superaria a disparidade intelectual. Soares (2009) assegura que outros pesquisadores contemporâneos ao Nina Rodrigues também contribuíram com o tema só que numa perspectiva divergente, entre eles, Manuel Querino (1938), que rejeitou o determinismo biológico e sustentou que a posição marginalizada que se encontrava os negros, naquela sociedade, foi em decorrência das desigualdades sociais. Logo, os pontos apresentados sustentaram a escrita dessa dissertação, as críticas a teorizações coloniais e a inferiorização intelectual de pessoas

negras, os discursos da imprensa do período demarcado e literaturas referentes à temática.

Para pesquisar os conflitos entre a sociedade de uma época e os praticantes do candomblé, através dos jornais, esta dissertação se ancorou nos ensinamentos e pressupostos da História Social, visto que estas teorias me permitiram dialogar com outras ciências, a exemplo da filosofia e da sociologia, a fim de discorrer sobre o tema proposto numa perspectiva interdisciplinar que possibilitou compreender as representações e símbolos contidos nos discursos dos jornais.

Ademais, do ponto de vista da interdisciplinaridade, este trabalho se apoia nas teorias apresentadas pela antropologia com a finalidade de entender as ações humanas, compreender os comportamentos dos homens e mulheres nos grupos sociais que fazem parte, além das suas vivências em sociedade. Nesta perspectiva, busco compreender como os discursos abordados pelos jornais influenciaram na opinião pública, determinando em alguns momentos, a forma dos indivíduos se relacionarem, pensar e agir na sociedade.

A dissertação será dividida nos seguintes capítulos: 1. Introdução, apresentação do tema, objetivos, justificativa e metodologia que embasam a investigação. Capítulo II intitulado: *Nos discursos em jornais: os negros nas ruas em salvador sob a ótica da urbanização e repulsa as práticas de candomblé*, neste tópico propomos uma narrativa que viabilizasse o entendimento acerca dos discursos jornalísticos e a relação com costumes dos negros e negras na cidade do Salvador. Outrossim, abordamos o processo de reforma urbana no primeiro governo de J.J. Seabra, entre 1912 e 1916, posteriormente essas obras reformadoras na capital baiana, persistiu na administração do Governador Antônio Moniz<sup>9</sup> e perdurou pelas primeiras três décadas do século vinte, perpassando pela segunda gestão seabrista, entre os anos de 1920 a 1924.

No Capítulo III buscamos identificar nas narrativas dos jornais pesquisados a influência dos discursos médicos e sanitaristas, principalmente os que exigiram da sociedade uma mudança de hábitos de higiene para alcançar os projetos desenvolvimentistas alicerçados nos programas de saneamento básico proposto pela gestão pública municipal e estadual. Este capítulo foi intitulado: *Gazeta Médica Imprensa no*

---

<sup>9</sup> Segundo Tavares (2008, p. 336), Antônio Ferrão de Aragão foi empossado para o quadriênio 1916-1920 com a responsabilidade de assegurar a volta de J.J. Seabra ao governo do Estado da Bahia. Para esse autor, Muniz não tinha autoridade e, nem tampouco, a mesma habilidade política do José Joaquim Seabra, com isso, gerou insatisfações da população baiana e das autoridades em vários municípios, causando manifestações e conflitos. Mas, mesmo com todo esse descontentamento, não impediu a volta do grupo seabrista ao governo em 1920.

*Combate às Antigas Práticas Sociais*, nele, apresentamos também, além das matérias do jornais, as leis que fundamentaram as proibições das práticas avaliadas pelas camadas hegemônicas como inadequadas, e ainda, os Códigos de Postura Municipais que definiram os modos de vida e o comportamento dos cidadãos nas ruas da cidade de Salvador, demonstrando que a preocupação das autoridades não estava apenas na proibição cultural e religiosa, e sim também, na normatização dos corpos, principalmente, os de cor negra, no ambiente urbano. Neste tópico, abordamos ainda, os discursos raciais que influenciaram os argumentos jornalísticos para potencializar a repressão e a perseguição aos hábitos da população afro-brasileira nas regiões centrais da cidade.

O capítulo IV, intitulado: *Candomblé na Encruzilhada: ações proibitivas as práticas religiosas afro-brasileiras em Salvador*, consiste no estudo das fontes, onde trouxemos os bairros que apareceram com mais frequência nas notícias dos jornais, o período de maior intensidade das reportagens que apresentavam as repressões policiais e alguns dos motivos pelos quais os candomblés foram reprimidos e perseguidos na cidade de Salvador. Além disso, buscamos neste capítulo, apresentar algumas reportagens que simbolizaram uma mudança no discurso em algumas matérias contidas nos jornais pesquisados, principalmente a partir de 1937, ano que iniciou uma série de eventos promovidos pelos organizadores do II Congresso Afro-Brasileiro na Bahia.

E, por fim, tratamos das *Considerações Finais*, neste tópico chamamos a atenção para a necessidade de entender a pesquisa acadêmica como uma construção contínua, onde nos oferece caminhos a serem percorridos e as novas perspectivas para análises futuras. Depois, sintetizamos o que foi abordado nos capítulos estudados e apontamos as variadas condições que levaram à repressão aos hábitos e à cultura religiosa da população afro-brasileira em Salvador, atentando-se para as marcas que a categorização de seres humanos, pelo viés da raça, deixou nos negros, negras, mestiços e mestiças desta cidade.

Para a escrita desta dissertação optamos pelo estudo das notícias contidas nos jornais citados anteriormente. Foi conservada a ortografia original com a intenção de preservar o uso dos termos e linguagem da época, para percebermos o quanto os discursos dos jornalistas influenciaram na mentalidade dos sujeitos e nas perseguições policiais aos terreiros de candomblé. Fazendo os questionamentos às fontes, interpretando-as e entendendo a composição social de quando foram escritas e como foram escritas, logo, estabelecemos interações com os fatos narrados que serão preponderantes para compreendermos a estrutura da sociedade estudada. Partilhamos da ideia de Sosa,

(2007,p.19), quando diz que, cabe ao historiador “os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representarem determinado momento histórico.

## **2.0 OS NEGROS NAS RUAS DE SALVADOR SOB A ÓTICA DA URBANIZAÇÃO E REPULSA ÀS PRÁTICAS DE CANDOMBLÉ.**

Nesta seção pretendemos contextualizar os momentos que caracterizam as transformações da estrutura física da cidade de Salvador abrangendo os períodos republicanos seabristas, evidenciando os impactos no cotidiano dos negros e seus costumes. Concomitantemente, com a análise dos discursos em jornais sobre as práticas de candomblés, principalmente em Salvador e nas cidades com grande aglomeração de pessoas de cor, as ideias propaladas nas matérias jornalísticas de autoria de intelectuais baianos tinham como tema central as questões que envolviam a higiene da população e limpeza urbana. Sob o pretexto das explicações sobre modernização e ordenamento público se configurou a ideia de inferioridade racial dos descendentes de africanos que com frequência transitavam nas ruas da cidade realizando comércio.

Nessas mesmas ruas onde circulavam a população trabalhadora podia ser encontrado as chamadas oferendas e/ou ebós. Esta ritualística era caracterizada pela composição de alimentos e objetos sendo atribuída a eles uma concepção litúrgica de acordo com as culturas religiosas de matrizes africanas representadas nestes elementos. Segundo Rosário (2019), os jornais, principalmente os de circulação no período republicano, passaram a produzir notícias que estimulavam o desagrado social às práticas religiosas que referendavam à população negra em Salvador e aos ebós. Eles, os ebós, sendo uma das formas de conectar as pessoas do candomblé aos seus Deuses e divindades sagradas, sofreram veemente repúdio nas entrelinhas das reportagens, uma vez que, esta forma litúrgica afro-brasileira aparecia frequentemente nas vias centrais da cidade. Dessa maneira, o povo de santo foi vítima de pesadas críticas por parte dos jornais, que almejavam instigar as autoridades a coibir tais práticas e extinguir os terreiros na capital baiana.

Sobre a palavra “ébó”, o antropólogo Vilson Caetano afirma que é uma expressão “abrasileirada de falar sobre as oferendas” Souza Junior (2018, p. 33). Em outros momentos os periódicos igualavam estas mesmas práticas à feitiçaria e com isso, provocavam na sociedade ojeriza aos ritos afro-brasileiros, pois o termo feitiçaria remete a rituais condenados e combatidos pela igreja desde a era medieval na Europa e criminalizado pelo código de 1890 no Brasil<sup>10</sup>

Os periódicos também chamavam os ebós de “despacho” Ramos (1988). As terminologias “oferendas” e “despachos” foram criadas em um período que as práticas afro-brasileiras eram compreendidas como algo aterrorizante, um símbolo de degeneração social e perseguidas pelas autoridades policiais. A partir dessa concepção os termos bozó, feitiçaria, despacho e oferendas nos dias atuais, refletem o preconceito, o desrespeito aos costumes das religiões de matrizes africanas e também o racismo religioso institucionalizado em nossa sociedade, porquanto se configuram como uma maneira pejorativa de mencionar os rituais religiosos.

As práticas votivas do povo de santo direcionadas a oferecer elementos, objetos e alimentos nas ruas de Salvador não foram aceitas pelos ideais reformistas da sociedade elitista, letrada e pelas autoridades. As concepções de modernização da cidade e reestruturação do espaço urbano estavam alinhadas ao movimento republicano de transformação das cidades brasileiras para alcançar o progresso e impedir a proliferação de doenças. Desse modo, a colocação de oferendas nas ruas passou a ser associada ao antiprogresso e a incivilidade contrastando com o pensamento desenvolvimentista almejado pela camada elitista e pelos blocos dominantes da sociedade baiana.

Neste sentido, o processo de desenvolvimento da cidade de Salvador, iniciado no primeiro governo de José Joaquim Seabra (1912-1916), tinha como objetivo alcançar um modelo urbanístico que priorizasse o crescimento econômico, o desenvolvimento do comércio local e o reordenamento e modernização da infraestrutura da cidade. Tais mudanças não se limitaram à gestão do seabrismo. As reformas na cidade persistiram pelas três primeiras décadas do século vinte e seguiram tentando fazer da região central de Salvador um cenário de transformações, modernidade e desenvolvimento urbano.

Mesmo que a política de ordenação desse mundo das ruas remonte ao século 19, serão os governos republicanos que lhe darão um cunho mais sistemático no Brasil. Na Bahia, o primeiro governo J. J. Seabra (1912- 1916) e o governador Francisco Marques de Goés Calmon (1924- 1928) constituíram-se nos momentos áureos da intervenção sanitária e disciplinar, em consonância com os conselhos médicos e as queixas sistemáticas das elites letradas de Salvador (HERÁCLITO, 1999, p. 241).

Com isso foram executadas obras de pavimentação das ruas, a demolição de prédios públicos, igrejas e casas residenciais que estivessem fora do padrão estético pensado pelos

---

<sup>10</sup> SODRÉ, Jaime. Da diabolização à divinização: a criação do senso comum. EDUFBA. 2010. pp. 34-35

reformadores da cidade. Foram criados também sistemas de esgotamento sanitário com o objetivo de sanear, prevenir e evitar a proliferação de doenças, haja vista, que essas medidas já eram tomadas pelo governo brasileiro no âmbito nacional desde o final do século dezanove no intuito de eliminar as epidemias causadas pela falta de saneamento básico (SCHWARCZ, 1993)

## 2.1 AS REFORMAS SEABRISTAS : CONCEPÇÃO DE CIDADE MODERNA E O ATO DE SUPRESSÃO DOS NEGROS NAS RUAS

As reformas iniciadas de forma significativa no primeiro governo de J. J. Seabra<sup>11</sup> foram intensificadas no seu segundo mandato (1920-1924). Nesse período a capital baiana passava por grandes mudanças na estrutura física e em sua organização. Essas transformações eram influenciadas por um planejamento desenvolvimentista proposto para garantir melhores condições de salubridade para a cidade, além disso, pretendia alcançar meios que viabilizassem uma melhor interação comercial.

Assim, foram feitos alargamentos nas ruas para garantir melhor fluidez na locomoção de mercadorias, a ampliação e as reformas no porto de Salvador com a intenção de chamar a atenção de investidores e comerciantes locais e internacionais, a modernização das vias férreas e calçamento, além de estruturar meios que pudessem interligar com mais agilidade a Cidade Baixa com a sua parte alta.

A reforma urbana de 1912-1916 garante a fluidez das mercadorias para o comércio internacional, também para o abastecimento da capital, com a abertura da Avenida Jequitaia, que conecta o porto, ampliado e equipado, à estação de trens da Calçada. As reformas realizadas no conjunto da Cidade Baixa também facilitam o deslocamento de produtos e de pessoas, melhorando o comércio e agilizando as comunicações com a Cidade Alta. (PINHEIRO, 2011, p. 239-240)

O governo de J.J. Seabra estabeleceu uma meta de transformar e qualificar a cidade para colocá-la como modelo de desenvolvimento e modernidade para o restante do país, adequando o espaço físico a uma estrutura que viabilizasse melhor a dinâmica para mercadores, lojistas, investidores e empreendedores do mercado de importação. Seabra queria condicionar a cidade à fluidez econômica, dessa forma, tornaria Salvador um polo

---

<sup>11</sup> Ao assumir o governo, J. J. Seabra tem como projeto prioritário introduzir a modernidade nas ruas da velha capital, em função das novas necessidades de circulação, atreladas a uma espacialização modelo, um novo modo de vida, uma nova estética, um novo sentido público e uma civilização do espetáculo e da velocidade. (PINHEIRO, 2011, p.218)

financeiro e exemplo de política interna, assim, além de capacitar a cidade para o comércio interno e externo, o governador seria reconhecido como aquele que fez as maiores mudanças na capital do seu Estado, tornando-o um político com pensamentos a frente do seu tempo. Pinheiro, (2011) afirma que em Salvador as grandes reformas foram feitas por José Joaquim Seabra. Sua meta era tornar a capital baiana numa potência econômica do Brasil. Assim, criou vias de comunicação terrestres, marítimas e fluviais. Diversos prédios vieram abaixo.

A Avenida Sete de Setembro deu uma nova fisionomia ao centro da capital. Negou terminantemente a cidade colonial, destruindo antigos logradouros, elegendo novos espaços para representar a modernidade. (DELGADO; DEMARZO; PORTO; SECCO; VERBICARO, 2007, p. 03).

**Figura 1** – Avenida 7 de setembro em 1912.

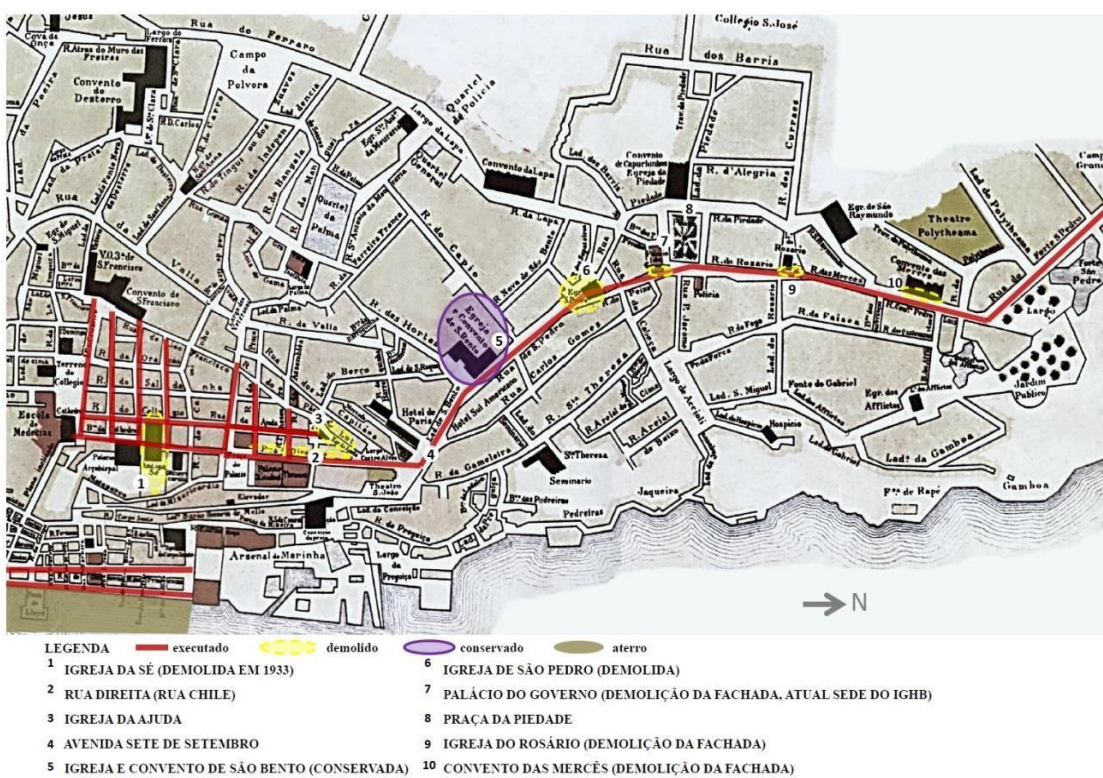


**Fonte:** Museu Tempostal, (1912)

A partir da Cidade Alta foi construída a extensa e larga Avenida Sete de Setembro, que se configurou como importante via de ligação do antigo núcleo da cidade com as áreas de expansão que cresciam margeando a costa. A construção da avenida comprimiu

modificações na Freguesia da Sé, inclusive ameaçando o antigo templo, de nome homônimo, que resistiu até 1933. Também ocasionou o alargamento e a modificação de parte do casario da Rua Chile (antiga Rua do Palácio) demolindo 21 edificações do lado da terra. Nas proximidades também foi posta abaixo a igreja da Ajuda, com a compensação de se construir outro templo no mesmo terreno, mas com feições ecléticas, à moda da época.

**Figura 2** - Trecho da planta de Salvador com identificação de intervenções realizadas no período de 1910a 1930



Na gestão seabrista foram promovidas ainda, uma série de mudanças administrativas. Segundo Tavares (2008), o primeiro governo de J.J. Seabra foi preponderante para unificar todas as secretarias de administração na Secretaria Geral, e com isso, centralizou a sua autoridade. Nesse mesmo período reformou a Constituição de 2 de julho (BRASIL, 1981) acabando com a eleição para intendências, que eram as prefeituras da época. Assim, os intendentess passavam a ser nomeados pelo governador, atitude justificada por Seabra como a opção mais sensata para garantir melhor a escolha dos administradores.

Salvador, a partir de 1912, tinha a necessidade de expansão e reordenamento isso permitiu que a cidade se inserisse nos planos de avanço e crescimento impostos por uma nova concepção de cidade que deveria estar adequada à vida das pessoas, mas também seguir um plano de desenvolvimento social e cultural que refletisse na concepção dos habitantes. É justamente essa concepção de cidade, projetada para omitir o passado escravista, ou melhor, os sujeitos que foram a mola mestra da engrenagem econômica, que o projeto modernizador atendeu de pronto. Partindo da compreensão de supressão ou as ações e leis que resultavam no processo de “desafricanização” dos negros nas ruas de Salvador. Embora se constituísse em uma forte ideia, os negros encontraram saídas para driblar tal política e continuaram a realizar as práticas culturais criminalizadas.

Para os descendentes de africanos e africanas ainda vivos naquele período<sup>12</sup>, negros, negras e mestiços o novo cenário representava para além da questão da urbanização, uma estratégia de perseguição aos costumes sociais (RODRIGUES, 2010). Estar nas ruas foi uma prática atribuída aos negros, em alguns casos, despossuídos no desempenho das atividades de trabalho e, em outros, inseridos nas atividades braçais ou na mercancia.

Também era natural que naquele universo hostil dessem vazão a ludicidade com festas e aglomerações. E ainda, neste mesmo espaço, poderiam encontrar as práticas religiosas afro-brasileiras, já que as ruas se elegem como território sagrado ou a ser consagrado. Portanto, todos os cantos, com áreas de circulação densa, além dos rios e mares eram locais escolhidos para colocação dos ebós e oferendas.

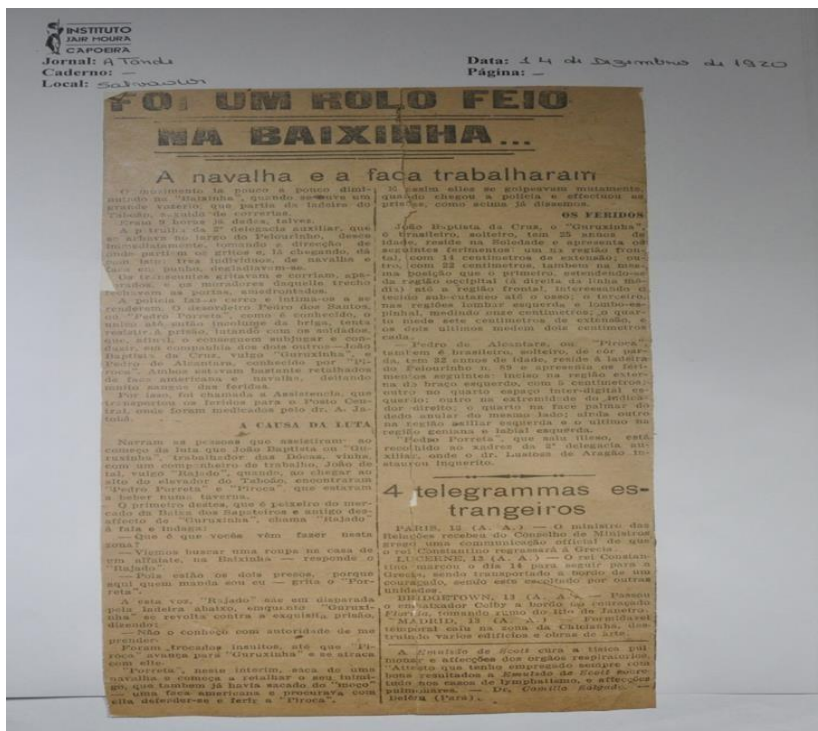
A rua era o palco para se constituir amizades, compadrios, mas também desafetos que levaram à explosão em termos de brigas, resultando em agressões físicas. A exemplo da briga entre pessoas negras relatada pela reportagem do jornal *A Tarde* de 14 de dezembro de 1920, intitulada *Foi um rolo feio na Baixinha*. Esta notícia descreve um conflito entre três homens na Baixinha<sup>13</sup>, por conta de desinteligências, terminando todos no distrito policial e autuados por má conduta social (A Tarde, 1920).

---

<sup>12</sup> Segundo Rodrigues (2010, p. 109), o número de africanos vivos durante sua pesquisa iniciada no ano de 1886 e finalizada no ano de 1903, eram cerca de “quinhentos” que viviam na capital baiana.

<sup>1</sup> Hoje, podemos identificar, esse local fica nas imediações do Taboão, próximo ao bairro da Baixa dos Sapateiros ou Avenida J. J. Seabra.

Figura 3 – Jornal A Tarde de 14 de dezembro de 1920 – Foi um rolo feio na Baixinha.



Acervo: Instituto Roda de Capeira.

**FOI UM ROLO FEIO NA BAIXINHA...**

A navalha e a faca trabalharam

O movimento ia pouco a pouco diminuindo na Baixinha, quando se houve um grande Vozeiro, que partia da ladeira do Taboão, seguindo de correrias.

Eram 9 horas já dados, talvez.

A patrulha da 2ª delegacia auxiliar, que se achava no largo do Pelourinho, desce imediatamente, tomando a direção de onde partia os gritos e, lá chegando, dá com isto: três indivíduos, de navalhas e faca em pnhho, degladiavam-se.

Os transeuntes griavam e corriam, apavorados, e os moradores daquelle trecho fechavam as portas.

A polícia faz o cerco e intima-os a se renderem. O desordeiro Pedro dos Santos ou “Pedro Porreta”, como é conhecido, o único até então incólume da briga, tenta resitir a prisão, lutando com os soldados, que afinal, o conseguem subjuagar e conduzir, em companhia dos dois outros – João Baptista da Cruz, vulgo “Guruxinha” e Pedro de Alcântara, conhecido por “Piroca”. Ambos estavam bastante retalhados de faca americana e navalha, deitando muito sangue das feridas...<sup>14</sup>

Na reportagem acima, o *A Tarde* relata um conflito entre três homens na Baixinha, hoje, Baixa dos Sapateiros ou Avenida J. J. Seabra. Inicia a narrativa dos fatos usando termos sarcásticos para envolver o leitor com a notícia, pois a partir do momento que o título

<sup>14</sup> Jornal A Tarde de 14 de dezembro de 1920.

chama a atenção para “um rolo feio”, sendo que o termo “rolo” remete a atrito ou confusão, isso imediatamente provoca, em quem está interagindo com o assunto, a curiosidade de saber os motivos que geraram o tal problema, quais seriam os personagens e como foi o desfecho da situação. Contudo, temos que compreender que a imprensa almeja prender o seu leitor nas mensagens, nos fatos e nas ideias construídas no intuito de desenvolver no imaginário coletivo opiniões contrárias, ou a favor, em torno de algum acontecimento narrado em suas manchetes.

Depois, no decorrer da notícia, o articulista fez questão de enaltecer a intervenção da força policial e a necessidade da presença dos agentes por perto para dirimir alguns problemas apresentados por pessoas que fazem parte do cotidiano da cidade, e em seguida, deixou explícito que, além dos envolvidos causarem tumulto, um deles desrespeitou a autoridade policial se negando a obedecer a voz de prisão.

Dessa forma, encontramos nessa reportagem um discurso onde se pretendeu colocar as ruas da cidade de Salvador, principalmente as vias frequentadas por pessoas comuns, como palco de tumulto e conflito, e depois sugeriu a necessidade do poder do público controlar algumas atitudes e manter a ordem, mas por outro lado, alimentou na camada social que se sentia representada pelas escritas deste jornal, o pensamento de reivindicação do espaço urbano e a exigência do afastamento desses locais que pretendiam civilizar pessoas com as características dos incluídos na desinteligência, pois, nas entrelinhas do discurso, percebemos que foi atribuído aos envolvidos uma índole peculiar voltada à desordem e degeneração social, sendo assim, pessoas com tais personalidades não poderiam permanecer no convívio da sociedade. Posteriormente, o jornalista apresenta as causas que geraram o tumulto:

#### **A CAUSA DA LUTA**

...Narraram as pessoas que assistiram ao começo da luta que João Baptista ou “Guxinha” trabalhador das Docás, vinha, com um companheiro de trabalho, João de tal, vulgo “Rajado” quando ao chegar ao alto do elevador do Taboão, encontraram “Pedro Porreta” e “Piroca”, que estavam a beber numa taverna.

O primeiro destes que é peixeiro do mercado da Baixa dos Sapateiros e antigo desafecto de “Garuxinha” chama “Rajado” a fala e indaga:

- o que é que vocês vem fazer nesta zona?
- Viemos buscar uma roupa na casa de um alfaiate, na Baixinha – Responde o “Rajado”
- Pois então os dois pesos, porque aqui quem manda sou eu – grita o Porreta”.

A esta voz “Rajado” sai em disparada pela ladeira abaixo, enquanto Guruxinha se revolta contra a exquisita prisão, dizendo:

- Não o reconheço com autoridade de me prender.

Foram trocados insultos, até que “Piroca” avança para “Guruxinha” e se traça com ele.

E assim eles se golpeavam mutuamente, quando chegou a polícia e efetuou as prisões, como acima já dissemos...<sup>15</sup>”

O interessante é perceber, nessa notícia, a constatação que os envolvidos eram homens conhecidos na localidade e vivenciavam as ruas da cidade. Pessoas que interagiam com o espaço urbano transitando, circulando, enfim, conviviam com o dia a dia do lugar. Foi observado também que se tratava de moradores de bairros próximos, circunvizinhos à região central da Salvador, entre a “Soledade e a Ladeira do Pelourinho<sup>16</sup>”, e todos inseridos numa classe social considerada inferior em comparação às camadas da elite que almejavam o desenvolvimento da cidade.

Se tratava ainda de trabalhadores inseridos em atividades que traziam os resquícios da mão de obra subalternizada e descartada pelos blocos hegemônicos que faziam parte da sociedade baiana. Pois, os homens citados na ocorrência noticiada eram trabalhadores das “Docas” ( Porto Náutico de Salvador), sendo eles inseridos em diversas atividades braçais, na maioria das vezes, utilizados no carregamento e na descarga dos navios que atracavam repletos de mercadorias para abastecer a cidade.

Além dos trabalhadores das docas a reportagem também menciona a ocupação de “peixeiro” de um dos envolvidos, com isso observamos que, a partir do momento que a notícia apresenta diversas formas de estereotípias, nas quais, colocam as pessoas envolvidas numa condição de inferioridade social e profissional em comparação às atividades categorizadas como substanciais na sociedade, aqueles ofícios que fornecem status sociais, a exemplo dos advogados, médicos, engenheiros entre outras profissões denotioriedade e relevância para os padrões da sociedade, logo, percebemos que havia a intencionalidade de criar nas concepções das pessoas e nos agentes fiscalizadores a necessidade de expulsar estas pessoas destes locais.

Com isso, podemos entender que além do jornal narrar o conflito e apresentar os envolvidos, tenta também demonstrar a pré-disposição de pessoas comuns, pertencentes ao cotidiano da cidade, em cometer delitos, confusões e desordens. Isso, na verdade é uma postura que dita, através dos discursos, os códigos de condutas sociais inaceitáveis para os padrões da civilidade e tenta produzir argumentos para afastar das regiões centrais da cidade pessoas que,

<sup>15</sup> Ibidem

<sup>16</sup> Bairros que fazem parte do Centro Antigo de Salvador

rememoram um passado que deveria ser esquecido e simbolizam um continente compreendido como atrasado e degenerado.

Apesar dos conflitos em relação aos comportamentos de negros e negras, particularmente, a capital baiana foi se adequando aos padrões de urbanização seguindo o modelo de outras grandes metrópoles, a exemplo de Londres, Roma e Paris, além do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, como modelo de construção social.

A partir do ano de 1912, a capital baiana passou por um intenso processo de reestruturação espacial que obedecia aos ditames urbanísticos observados nas principais capitais europeias da época. Complexos urbanos como Paris, Londres, Roma e Rio de Janeiro referenciaram os reformadores de Salvador, possibilitando a abertura de novas ruas, parques e a demolição de casas e prédios antigos. No bojo deste processo de reestruturação urbana, buscava-se também reformar os costumes locais, moldando-os de acordo com os padrões de civilidade e higienização, propostos pelos principais jornais da cidade. (ROSÁRIO, 2019, p.33).

A reestruturação foi se materializando, o desenvolvimento do espaço urbano se intensificando a passos largos, Salvador começou a ganhar novas formas, os prédios mais antigos deram lugar a construções modernas, as ruas se modificaram, o projeto urbanístico de reforma física da cidade se concretizou e, com ele, chegaram também as ideias sobre as mudanças culturais e sociais. Inauguram-se novos princípios civilizatórios, determinados por novas práticas associadas a uma concepção social que deveria atingir o comportamento das pessoas. Nesse momento, o processo de reestruturação da cidade de Salvador não se limitava apenas ao espaço físico, mas também, deveria perpassar pelos grupos sociais. As mudanças deveriam ser assimiladas pela formação cultural dos indivíduos e praticada pelas pessoas no seu cotidiano.

Leite (1996) afirma, por exemplo, que o aprimoramento da estrutura espacial de uma cidade traz a necessidade de sanear e de produzir meios que viabilizem alterações radicais nas edificações, porém o saneamento deixa de ser uma questão integrada ao espaço físico somente e adentra no próprio seio da família, discutindo o ir e vir das pessoas. De maneira que não há modernização do espaço físico sem as mudanças de hábito da população.

Entre o projeto modernizador e se contrapondo às republicanas concepções sobre os comportamentos sociais resistia à memória afro-brasileira representada nas práticas das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras que extrapolavam o universo da domesticidade dos seus ritos e os limites dos espaços edificados para a prática do

candomblé, utilizando as vias públicas como altares para cultuar o seu sagrado.

Sobrevivia a ideia dos afro-brasileiros que tinham na concepção africana a sua filosofia religiosa, a ideia da interação com a natureza, aos acessos encruzilhados e aos lugares próximos a rios e mares para se conectar com às suas divindades. A luta consiste aqui, para além das transgressões as posturas municipais. A resistência nesse momento estava alicerçada num processo de novas interpretações do espaço físico em atendimento às celebrações ritualísticas.

Entendemos que as sobrevivências dessas práticas remontam às culturas africanas Bantu, Jeje e Iorubá principalmente. Estas passavam por redefinições na concepção e na prática litúrgica se moldando aos espaços e as possibilidades de reconstruírem suas estruturas e as suas complexas relações entre o público e o sagrado. Para tanto, foram estabelecidas analogias e estratégias para dar sentido aos rituais de purificação com a “*entrega do ebó*”. Um exemplo desse raciocínio está na reportagem do dia 23 de outubro de 19 de outubro de 1926:

**ERA UM AUTHÊNTICO FEITIÇO:  
A ELEGANTE MOÇA DEIXOU UM “BOZÓ” NA PORTA DO RIO  
BRANCO.**

Bem vestida e elegante a senhorinha atravessava, em passos ligeiros, a praça Rio Branco. A graça e os requebros jazz-bandicos do corpo esguio atraíram – ah! Se fossem somente curiosos! – acompanhando a rota da transeunte.

Eis senão quando, ao chegar bem em frente á porta principal do Palacio Rio Branco, a senhorinha deixou cair o embrulho que trazia...

... resolveram abrir o embrulho.

Que será?

E o que todos viram foi isto: azeite de dendê, côco, farinha, milho, penas de galinha, uma boneca de pano espetada num alfinete, folhas do mal, um feitiço enfim, autentico feitiço...<sup>17</sup>

A forma como os sujeitos se relacionam, como convivem no particular ou em grupo é que irá determinar a formação social do lugar. Portanto a partir do momento que os seres humanos internalizam novos hábitos, novas perspectivas e modos de vida diferente dos praticados anteriormente, a formação social urbana tende a se modificar. O processo de higienização de Salvador seabrista e os procedimentos adotados, pelos governos que o sucederam, tinham a intenção de tornar a cidade salubre e organizada, mas também

---

<sup>17</sup> A Tarde, 23/10/1926 – BPBA

construíram regras e posturas municipais que reprimiam e puniam com multas aqueles que descumprissem as determinações. Desse aspecto falaremos adiante.

## 2.2 COSTUMES POPULARES NAS RUAS VERSOS A IDEIA DE PROGRESSO

No processo de busca encontramos em pesquisas realizadas por Luhning (1996) reportagens que manifestaram a satisfação midiática sobre as primeiras mudanças estruturais da cidade, a exemplo do jornal *A tarde*, publicado no dia 24 de agosto de 1929. A matéria apresenta a dinâmica do crescimento da cidade de Salvador, menciona inovações tecnológicas introduzidas na Bahia desde o século dezenove, a exemplo do primeiro cinema na Carlos Gomes; elogia o surgimento do fonógrafo; da iluminação das ruas e, finalmente a luz elétrica, além disso, enaltece a modernização, cita os pontos reformados, construídos e os lugares símbolos de avanços tecnológicos:

Depois de falar sobre diversos aspectos do século 19 os primeiros cinemas em experiência, na rua Carlos Gomes. O Phonographo assombra os que vão ouvir-o. mais tarde a iluminação a bicos Auer e depois a acetyleno espantam a população. A festa de dois de julho um suíço se propõe a iluminar o palanquedos caboclos á luz elétrica que accencia por si mesma. A cidade desfilou deante do espetáculo assombroso e inédito...<sup>18</sup>

A matéria continua citando aspectos desenvolvimentistas e elogiando os avanços da cidade representados pelos transportes, tanto o público, os “bondes elétricos”, quanto particulares, os “automóveis”. Depois chama a atenção para o contraste social.

No mesmo espaço em que se observavam o progresso, marcado pelo melhoramento das avenidas e a chegada do “asfalto”, encontravam-se também o retrocesso simbolizado por pessoas que mantinham as tradições chamadas de primitivas:

[...] Melhor a nossa urbs com os primeiros bondes elétricos, a que se seguiram dois automóveis, o do engenheiro Alencar Lima e o de Henrique Lanat havendo aqui e, por fim, asfalto, avenida e o desfile das moças e senhoras pelas ruas disputando ao sexo barbado, tudo até coussas que o capeta nunca se lembrou de ensinar aos seus adeptos. Mas, e está aqui o ‘clau’ destas notas passadistas, apesar do progresso das cousas e da gente da ‘boa terra’, em que nascemos, não falta quem goste de manter estas tradições primitivas...<sup>19</sup>

Prosseguindo o jornal busca demonstrar hábitos praticados por pessoas que circulavam, trabalhavam e/ou viviam na cidade persistindo nas críticas sobre esse modo de vida, pois

---

<sup>18</sup> A Tarde, 24/08/1929 – BPBA

segundo Rosário (2019), uma nova sociedade teria que surgir desprovida de qualquer manifestação de predomínio africano. Ao passo em que as mudanças aconteciam, a ideia de desenvolvimento crescia, o pensamento do local propício ao progresso e a modernidade ganhava espaço. Deste modo, qualquer notícia que relacionasse às questões das populações negras com às ruas se tornavam um desagrado para as autoridades e para a sociedade, como trata Silvio Rosário:

Com relação às demais manifestações populares da nossa capital, durante os primeiros anos republicanos, houve um intenso processo de criminalização da capoeiragem e dos capoeiras transformados em valentões e autores das principais cenas de arruaças e desordens exercidas contra a população da cidade. Os jornais da época acabaram por popularizar personagens famosos pelos feitos violentos praticados em meio ao cotidiano do cento da urbs contra policiais, estrangeiros e outros capoeiras. [...] o espaço da rua era locus preferencial da prática da capoeira, sendo que o embate contra as autoridades republicanas era prática comum de uma sociedade que tentava extingui-los socialmente. (ROSÁRIO, 2019, p. 64).

Ferreira Filho (1999, p. 239) reflete que as ações possibilitariam “desafricanizar as ruas de Salvador”:

Por exemplo os empregados da ‘Linha Circular’ os que ficam à porta do Elevador. Alegres e felizes, enquanto não entram em serviços, em vez da linha de rígida disciplina a que eram obrigados anteriormente, eles, os rapazes, divertem-se sambando e dansando o ‘carêrete’, acompanhados de um camarada que fez de uma tamboinha – viola – recordando velhas usanças que todos supunham esquecidas e que muito mal depõem hoje nos nossos costumes de gente civilizada e distinta. Esse é o espectáculo curioso e absolutamente ridículo, de quase todos os dias, que o público assiste na praça Rio Branco em meio daquele aglomerado de gente que espera bondes, vendedores de doces, queimados e sorvetes. Naquela confusão de caixões, caliça e materiaes de construção, num atropelo babelesco em gente ao palácio do governo, em que culminam os rapazes na ‘ciranda africana’, numa ‘cabroeira’ que dispões de nossos hábitos de gente culta, fixada com inteira fidelidade pelo ‘crayon’ de Aguiar (FERREIRA FILHO, 1999, p. 239)

Os jornais tomaram para si a missão de escrever diversos artigos nessa linha de pensamento com intuito de atrair seguidores e convencer os seus interlocutores sobre a falta de coerência entre a busca pelo desenvolvimento e os costumes populares nas ruas, vistas como incivilizadas e atrasadas para a época.

---

<sup>19</sup> Ibidem

### 3.0 GAZETA MÉDICA E IMPRENSA NO COMBATE ÀS ANTIGAS PRÁTICAS SOCIAIS

A *Gazeta Médica da Bahia* não era de circulação popular, porém foi bastante utilizada por cientistas e pesquisadores para apresentação de variados temas, entre eles, assuntos pertinentes ao tratamento da saúde pública da população. Sendo uma revista de cunho científico muitos dos assuntos tratados em suas publicações foram utilizados pelo poder público como parâmetro para entender como cuidar dos males decorrentes da falta de saneamento básico na cidade.

No entendimento dos médicos e colaboradores da *Gazeta Médica* os cuidados com o corpo não passavam pelas concepções de purificação atribuídas pelas pessoas que acreditavam na tradição de cura pelos métodos terapêuticos alternativos como o uso de folhas de infusões, chá etc., utilizados nos terreiros de candomblés e ensinados à boa parte da população circunvizinhas, que era, em sua maioria, desprovida de uma assistência médica, entendida pelos letrados e intelectuais da época como a mais adequada. Inclua-se também, as rezadeiras e parteiras, atividades estreitamente vinculadas ao tratamento com base no conhecimento popular sobre saúde e bem estar e que eram tidas como sobrepujadas pela imprensa baiana.

Outro dispositivo utilizado pelos jornais nesse processo de conscientização eram questões acerca da limpeza urbana, a partir de perseguições e denúncias sobre a existência das práticas afro-brasileiras nas ruas ou em espaços domésticos. Nas primeiras três décadas do século XX, estes veículos de comunicação elaboravam, quase que constantemente, discursos que chamassem a atenção da população para o melhoramento e desenvolvimento da cidade. Mas, ao mesmo tempo, com as notícias sensacionalistas sobre a prática de candomblé ou da medicina popular, chamadas de falsas medicinas e curandeirismo, tinham o intuito de provocar nessa população principalmente nos seus leitores, ojeriza e preconceito em torno dos costumes afro-brasileiros.

Embora, em alguma medida os articulistas quisessem sensibilizar as pessoas para a necessidade da limpeza das ruas, produziam narrativas que depreciavam as populações negras e suas práticas. Criando no inconsciente coletivo desaprovação da presença dos negros e seus costumes na cidade. Um exemplo dessas construções de discursos voltados à desaprovação de costumes afro brasileiros está na reportagem do *A Tarde* de 09 de

dezembro de 1935, com o título *A cidade que Deus esqueceu*, nela podemos encontrar aspectos que chamam a atenção do leitor para o "ressurgimento" de práticas indesejadas para uma cidade que pretendia se modernizar, e ainda, a elaboração de argumentos que influenciaram na rejeição a hábitos associados aos candomblés e a desaprovação dos *despachos*<sup>20</sup>:

Aspecto que Desolam e Deprimem – os candomblés ‘ressurgem’ – ‘despachos’ nas vias publicas mais centrais. Parece título de uma fita cinematográfica. Mas não é. A nossa capital é bem uma cidade que Deus esqueceu e de que nossos administradores em muitos pontos não se lembram. O repórter peringrinando por vários pontos, na ânsia de catar novidades foi anotando na carteira aspectos curiosos que depõem contra os nossos foros civilizados (A TARDE, 09 de dezembro de 1935, pg. 01)

Foram possíveis de observações que as notícias, que referenciavam o candomblé e seus praticantes, sempre vinham com tons sarcásticos ou com palavras depreciativas, ademais faziam os leitores se envolverem com a indispensabilidade da modernização e, em contrapartida, alimentava a aversão a hábitos que referenciassem o povo negro. Essa postura do poder público, de tentar remover do espaço urbano os corpos negros e seus costumes, auxiliada pelos discursos dos jornais, foram decisivas para a tentativa de “desafricanização das ruas”, espaços que outrora era dos negros e negras, cedia lugar a um maior número de pessoas brancas pertencentes as camadas econômicas mais favorecidas (HERACLITO, 1999).

Os novos hábitos de sociabilidade alteravam o cenário da população em determinados espaços do centro da cidade, porém essas mesmas vias públicas eram lugares que historicamente transitavam assiduamente pessoas ex-escravizadas, pobres, capoeiristas, ambulantes, mercadores de produtos diversos, como alimentícios<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> No ambiente das comunidades de matriz africana, a palavra despacho se refere ao ato de afastar, de determinado espaço ou corpo físico, alguma energia que esteja criando infortúnios, desequilíbrio emocional e/ou problemas relacionados à saúde. Seria também, uma expressão utilizada para se referir a uma oferenda, podendo conter nela diferentes elementos (comidas, bebidas, velas, ervas, presentes) e ser feita em diferentes lugares (beira de estradas, mar, cachoeira, encruzilhadas etc.) com o objetivo de emanar bons fluídos a determinados indivíduos, que depois de tratados, teriam a sua vida restabelecida e elevada a um estado de paz e tranquilidade, deixando-o numa condição purificada.

<sup>21</sup>Entre a comida pode-se encontrar: canjicas, mingaus de tapioca, quentes açaás (parecido com o abaráde hoje, porém é produzido com milho branco e, na maioria das vezes, tem o sabor adocicado), mungunzá, arroz e carne seca, carne de baleia, inhames cozidos, caruru, diversos tipos de doces e salgados, além de frutas, verduras, refrescos, água, aguardente, bolos, pães, peixe frito ou carne de sol, angu, feijão e farofa, arroz de hauçá, feito com iscas de carne de sol frita.

prestadores de serviços, a exemplo dos sapateiros, engraxates, mulheres que vendiam vísceras de gado, chamadas de fateiras, e aquelas que vendiam iguarias africanas, tecidos e miudezas, também transitavam pessoas em situação de rua e prostituição. Indivíduos que faziam das ruas e feiras locais estratégicos, além das áreas próximas aos portos, residências e mercados.

Quando falamos de trabalhos de rua é necessário enfatizar as ganhadeiras, elas são personagens de grande importância para o comércio em Salvador, por assegurar a sua sobrevivência e também dos seus familiares, tornando-se cruciais nas relações socioeconômicas na cidade. Segundo Soares (1994, p. 57), “as ganhadeiras foram mulheres negras que ocuparam lugares de destaque no mercado de trabalho urbano”. Elas poderiam ser mulheres escravizadas postas no ganho por seus proprietários, como também mulheres livres e libertas responsáveis por garantir a manutenção econômica tanto delas, quanto de seus filhos. Para essa autora, a relação de ganhos nas ruas determinou um importante sistema de mercancia para a cidade e também, essas mulheres elas se tornaram uma alternativa para o comércio de produtos alimentícios e miudezas importantes na vida urbana.

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importantes para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupavam as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais. (SOARES, 1994, p. 60).

Contudo, Soares (1994) chama a atenção para o labor e o cotidiano das mulheres negras e ganhadeiras no Século XIX. O cenário de perseguição às vendedoras de rua e o desprezo pelo seu ofício fizeram parte da sociedade da cidade de Salvador durante as primeiras décadas do século XX.

O comércio ambulante estava regulamentado pelo Código de Posturas Municipais, artigo 270, que proibia “venda de doces em bandejas ou tabuleiros, podendo somente ser vendidas em caixas de folhas de flandres, ou em caixinhas em braçadas, também, proibida a iluminação das mesmas caixas com candeeiros de querosene cúpula” e o artigo 165, que deixavam explícitos a interdição de qualquer tipo de comércio de produtos comestíveis por ambulantes, vendedores e “condutores de mercadorias, ou qualquer volumes na cabeça”. Para Alberto Heráclito a postura dessas mulheres negras e comerciantes na capital baiana era totalmente contrária ao pensamento dos grupos letrados da época:

Vestindo saias de decência suspeita e camisas com decotes desguelados, majoritariamente pretas, sem chapéus ou espartilhos, comercializando comidas "pouco saudáveis", entrando e saindo de mercados, botecos e armazéns, habitando as ruas com os seus filhos raquíticos, atentando contra a moral com palavras de baixo calão proferidas em condenável português, as mulheres pobres e trabalhadoras não cabiam no postal *helle bpoqoe* de cidade desenhado por Seabra e Calmon. (FERREIRA FILHO, 1999, p.244).

Para Oliveira (2007), a região central da cidade já era habitada por grupos populares que residiam nesses espaços ou não, desde o século XIX. Nesses locais, essas populações se identificavam, circulavam como vendedores ambulantes, prostitutas, mendigos, criavam meios de recreações urbanas, como por exemplo, o samba de roda e a capoeira. Portanto, as vias públicas eram palcos de diversas atividades indesejadas pela camada social mais elevada. Sendo assim, a partir da compreensão de Ferreira Filho (1994), concluímos que as elites da cidade de Salvador, permaneceram distantes das ruas, não conseguindo um fim nas práticas de rua e jamais conseguiram de fato exercer um controle sobre as relações exercidas nas vias e praças.

Embora não tenha sido extinta a comercialização de comidas nos espaços públicos de Salvador, durante o processo de urbanização era constantemente atacada pelos jornais que reproduziam o pensamento dos setores letrados e dos blocos hegemônicos. Estes periódicos se utilizavam de termos que associavam às mulheres negras, suas vestes e suas comidas comercializadas nas regiões centrais da cidade, ao retrocesso e ao atraso, tendo em vista que estes hábitos eram considerados incompatíveis ao projeto de desenvolvimento seabrista, porque “o suor despendido na rotina profissional, particularmente dos pretos, pelo seu odor nauseabundo, o contato manual com as iguarias vendidas e as condições de fabricação das comidas de rua” eram inadmissíveis para os ideais civilizatórios da época Sodré (2010, p. 69).

Além de atacar as mulheres de ganho os discursos dos jornais também combatiam as atividades de quaisquer pessoas que circulavam vendendo, mercando ou usando o ambiente central da cidade como espaços de lazer, ou ociosidade, pois essas posturas simbolizavam o período colonial, o qual, a sociedade da capital baiana desejava esquecer.

Se os governantes queriam modernizar as ruas, as autoridades tentavam promover uma reorganização com a pretensão de fazer transparecer um local cada vez mais distante de um passado escravista e colonial. Os jornais produziram e apresentaram discursos que motivaram a sociedade a enxergar que havia um contraste entre a Salvador desejada pelos governantes e a realidade encontrada nas ruas.

A população negra e seus costumes estavam ligados à escravidão, ao atraso e ao subdesenvolvimento, a uma era ultrapassada e obsoleta comparada ao pensamento civilizatório da época. O pensamento e desejo desses articulistas eram o afastamento das ruas e a extinção das práticas de cultura e religiosidade.

A partir da notícia do dia 23 de outubro de 1926 ficaram explícitos as provocações sobre os elementos ligados ao candomblé, a exemplo da palavra “bozó<sup>22</sup>” e outras que eram postas em destaque como no caso na reportagem. Outros elementos encontrados no “embrulho”, são “azeite de dendê, côco, farinha, milho, penas de galinha, uma boneca de pano espetada num alfinete, folhas do mal”, evidencia-se que a enumeração dos itens era para demonstrar os itens associados à prática de bruxaria e a malefícios atribuídos (SODRÉ, 1995, p. 69).

Quanto aos ebós, oferendas ou bozós, segundo o pensamento da imprensa representado nos textos jornalísticos, o termo “sujar” as ruas está relacionado, sobretudo, ao sentido de que os elementos que compunham os ebós e outras ritualísticas públicas afro-brasileira se contrapunham a idealização de uma sociedade aos moldes europeus. O que se negava era a forte presença da estrutura de uma perspectiva religiosa africana, impregnada de outras tradições que se processavam e eram afirmadas na configuração das oferendas.

As alterações urbanas promoveram um desequilíbrio nos hábitos dos afro-brasileiros especialmente para as pessoas ligadas aos candomblés. Isto porque, pelo fato da necessidade da conexão entre, os praticantes desta religião e seu sagrado, está vinculada à colocação de matérias orgânicas e/ou inorgânicas em regiões públicas, com as proibições das autoridades e também a desaprovação de grande parte da sociedade à essa prática que era vinculada à transgressão social, sob risco das prisões, multas e constrangimentos públicos foram criadas outras estratégias de sobrevivências, enquanto outras associações e rituais se processavam atualizando a memória e ação do grupo.

Segundo Soares, (2019, p. 92), quando relacionamos à memória as comunidades de matrizes africanas devemos compreender que elas representam “o principal elemento de re-ligação com o tempo passado e com as pessoas desse passado”, deste modo, para os praticantes do

---

<sup>22</sup> Segundo (SOUZA JUNIOR, 2018, p.32) a palavra “bozó” tem origem na língua bantu e seria utilizada para se referir às oferendas preparadas por pessoas inseridas no contexto das religiões de origem africana e colocadas em locais específicos de acordo com as recomendações do sagrado. Para Anselmo Santos o termo “BANTU” define um conjunto de populações da África subsaariana, que tem em comum, as línguas faladas por elas e são oriundas de um mesmo tronco linguístico chamado “PROTO-BANTO” (SANTOS, 2010, p. 26).

candomblé, o espaço físico do terreiro é de extrema importância para a preservação da tradição e para a transmissão do saber coletivo, das suas lembranças e relembrações.

No espaço físico dos candomblés as relações ultrapassam a convivência do âmbito religioso, elas alcançam a interação dos sujeitos no cotidiano deste lugar, atingindo também as suas formas peculiares de comunicação envolvendo gestos, olhares e expressões, interpretadas internamente. O público externo seria incapaz de perceber essas movimentações, porque as experiências vivenciadas pelas pessoas inseridas nas religiões afro-brasileiras colaboram com a habilidade de se entender mutuamente. Os cânticos, os ritos, os toques, as falas são particularidades, inatas e intrínsecas a estas comunidades.

Portanto, o ambiente de práticas religiosas de matriz africana, sistematizado pelas comunidades de terreiro, é considerado como um espaço que depende dos encontros e reencontros, do fluxo de pessoas. Sendo assim, impedindo que as cerimônias e as liturgias aconteçam, corre-se o risco de perder a memória das pessoas do passado. O legado religioso perdido corrobora com que o grupo pertencente a determinados locais, entre no ostracismo e desapareça.

Neste aspecto, avalia-se que a única opção para os praticantes do candomblé seria preservar suas lembranças para não serem excluídos da sociedade baiana, portanto, construir estratégias para impedir que as suas tradições, costumes e memórias não fossem extintos pelos ideais desenvolvimentistas seria de máxima importância para a preservação religiosa.

Contudo, o povo de santo se deparou com a intensificação da ação dos órgãos de polícia que tentaram constantemente controlar e extinguir as práticas religiosas associadas às matrizes africanas. Estas formas de controle iam desde a apreensão de instrumentos e roupas litúrgicas, até a condução de seus líderes aos distritos policiais.

**Figura 4:** Ladeira do Taboão - Princípio do Século XX.



**Fonte:** História de Salvador, cidade baixa e alta (2018)

### 3.1 A INFLUÊNCIA DOS DISCURSOS RACIAIS NO COTIDIANO DA CIDADE DE SALVADOR

Nos planos desenvolvimentistas propostos para a Salvador das três primeiras décadas do século XX havia um movimento voltado ao asseio corporal e a limpeza urbana. Segundo a historiadora Schwarcz (1993) essas ideias vinham sendo construídas e disseminadas desde o meado do século XIX pelos médicos sanitaristas que produziam discursos que foram diversas vezes publicados nas “revistas médicas”, as quais traziam teses científicas elaboradas por novos pesquisadores contendo assuntos em torno da profilaxia e a higienização das cidades brasileiras na tentativa de ajudar na difícil missão de controle das doenças<sup>23</sup>.

As matérias eram publicadas com o objetivo de adequar as urbes a um sistema de de saúde que impedisse a proliferação de doenças causadas pela falta de limpeza e saneamento básico. Para isso, o Estado se aliou aos estudantes de medicina e aos novos médicos da época, solicitando deles a elaboração de teses que ajudassem suas cidades a gerar uma conscientização social no intuito de provocar na população ideias que fortificassem as mudanças de hábitos em busca do combate às doenças.

Com essa atitude, tanto os argumentos médicos, quando as políticas de saneamento, abririam possibilidades para construir na mentalidade da população a

---

<sup>23</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão. Racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. pp. 206-207.

concepção da necessidade de se habituar à higiene e ao asseio pessoal, associadas à limpeza das cidades para prevenir epidemias:

Com efeito, as noções de higiene pública, saneamento e profilaxia das moléstias contagiosas irão se misturar de tal modo na revista que se torna difícil separá-la de maneira lógica. Tratava-se de uma percepção das grandes epidemias, o “remédio” era, de um lado, combatê-las; de outro, evitá-las. Descobrir o antídoto quando o mal já era irremediável era tarefa reservada aos novos “pesquisadores médicos”, que aceitaram o desafio de seu século apostando na cura dessas moléstias. Impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos era, por outro lado, função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade, procuravam educar e prevenir. Papéis apenas formalmente diversos, na maioria das vezes ocupados pelos mesmos personagens, coube aos pesquisadores, aos higienistas e saneadores a difícil empresa de diagnosticar e medicar o Brasil, esse país tão doente.” (SCHWARCTZ, 1993, p.293-294)

As escolas de medicina, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, traziam assuntos voltados ao cuidado e prevenção da saúde pública na tentativa de ajudar na difícil missão de controle das doenças, enquanto “os médicos cariocas buscavam a legitimidade e originalidade profissional por meio da descoberta de doenças tropicais,” (SANTOS, 2009 p. 79). Os médicos da Bahia se preocuparam com o cruzamento das raças. Os dois temas estavam entrelaçados, uma vez que os vícios morais, insalubridades, falta de higiene e práticas de cura estavam relacionadas à população negra e mestiça. Os propósitos dos discursos médicos dos profissionais do Rio de Janeiro e da Bahia eram os mesmos, zelar pela população. Entretanto, os da Bahia além de apontar os problemas e a relação com as pessoas, descreviam as características das pessoas vistas como doentes: degenerados; loucos; e/ou criminosos. Características que se associavam, na época, à população negra ou cujas práticas religiosas e populares estivessem relacionadas aos costumes afro-brasileiros.

Esses discursos ajudaram a consolidar preconceitos e motivar ideias racialistas. As reverberações disso, dizem respeito à construção de uma perspectiva social que determinou a inferiorização do negro e seus costumes diante do branco e da sua cultura. Segundo Santos (2008) esses argumentos científicos foram preponderantes para o fortalecimento da teoria das raças que estabeleceu a dominação dos brancos perante qualquer outra raça na sociedade.

Não há como falar de discursos raciais no contexto brasileiro sem citar o precursor da teoria racialista no Brasil, o médico legista Raimundo Nina Rodrigues. Seus estudos inauguram a primeira fase de pesquisa sobre a questão racial no país (SOARES, 2009). Nina Rodrigues também é considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no Brasil. Sendo o primeiro estudioso

brasileiro a abordar a temática do negro como questão social relevante para a compreensão da formação racial da população brasileira, embora adotando uma perspectiva racista, nacionalista e cientificista. Em seu livro: *Os Africanos no Brasil*<sup>24</sup>, o autor se empenhou em estudar para explicar a formação da sociedade brasileira evidentemente que, carregado de estereótipos e preconceitos voltados à população negra. Suas teorias ajudaram a fortalecer o discurso da superioridade e hegemonia da população branca sobre às negras.

As pesquisas de Nina Rodrigues se basearam nas influências que a raça tem sobre as condições sociais, psicológicas e na conduta do indivíduo. Em sua compreensão, as misturas das raças no cenário brasileiro eram marcadas por diferenças bem identificadas. O autor relaciona a propensão ao crime às pessoas negras, além disso, fez análises elaboradas a partir de fenômenos sociológicos e biológicos. Em síntese, seus estudos postulavam que o cruzamento racial e a miscigenação seriam um primeiro e decisivo passo para determinar a anormalidade moral e o espelho da degeneração social e racial. O autor recebeu fortes influências das teorias do criminologista italiano Lombroso<sup>25</sup>, que tentou explicar a suposta inferioridade do negro diante da população branca e a tendência de pessoas negras à criminalidade.

Seus estudos se baseavam em teses que buscavam justificar a inferioridade e a propensão ao crime analisando em traços físicos presente em crânios humanos, a possibilidade de obter um indicador confiável de seu grau de honestidade e de agressividade<sup>26</sup>.

Os estudos de Nina Rodrigues se basearam na análise interpretativa da sociedade brasileira e na tentativa de responder questões acerca da população negra do país. Influenciado pelas teorias do darwinismo social<sup>27</sup> que se fortaleceram na Europa, teses que buscaram justificar a inferioridade da população brasileira, devido a formação social e biológica associada à herança comportamental e genética da raça negra (RODRIGUES 1982). Para o autor, a dificuldade do povo brasileiro em civilizar-se, estava diretamente ligada à mestiçagem, o motivo pelo qual havia dificuldades de desenvolvimento na sociedade brasileira.

<sup>24</sup> O livro *Os africanos no Brasil* está organizado em nove capítulos que têm como fio condutor a presença negra nas terras brasileiras, os temas, contudo são diversos, é como uma grande síntese que abarca desde a diáspora até o que o autor chama de sobrevivência psíquica, momento em aparece mais claramente as suas concepções de médico criminalista.

<sup>25</sup> Lombroso relacionava o delinquente nato ao atavismo. Logo, características físicas e morais poderiam ser observadas nesse indivíduo. De acordo com essa atribuição, o delinquente nato possuía uma série de estigmas degenerativos comportamentais, psicológicos e sociais que o reportavam ao comportamento semelhante de certos animais, plantas e a tribos primitivas selvagens (LOMBROSO, 2010, p. 43-44).

A sociedade do Brasil do final do século XIX e das três primeiras décadas do XX se deparava com projetos de desenvolvimentos das cidades, de limpeza urbana, saneamento básico, e também, era influenciada pelas teorias raciais que determinavam, com discursos científicos, a desqualificação de pessoas negras, a imperfeição da miscigenação e a ideia de supremacia racial. Essas discussões favoreciam o pensamento de criminalização do negro e sua cultura, como destaca Schwartz (1993) abaixo:

É por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de “uma ciência brasileira” que se detivesse nos casos de degeneração racial. Os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a comprovar os modelos darwinistas sociais em sua condenação do cruzamento, em seu alerta à “imperfeição da hereditariedade mista”. Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos, “o enfraquecimento da raça” permitia não só a exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupoprofissional. (SCHWARTZ, 1993, p.277)

Os discursos higienistas, sanitaristas e raciais, chegaram até a população e com eles, vieram também a noção de inferiorização do negro e sua cultura na sociedade baiana e brasileira.

As transformações políticas e as teorias que categorizaram seres humanos em raças contribuíram de modo significativo para atribuir ao negro o fardo da sujeira e a causa da desorganização das ruas e degeneração social. Essas “ideias raciais colocaram os povos africanos como atrasados e bárbaros” Albuquerque (2006, p. 204 - 205), justificando assim, o posicionamento dos órgãos municipais em regular as atividades da população negra na cidade, vista como sinônimo de incivilidade.

Essas regulamentações, para Rosário (2018), sintetizaram uma forma de burocratização sanitária construída para estabelecer restrições aos indivíduos que sobrevivem nas ruas dando poder aos sanitaristas para controlar a dinâmica doméstica e urbana das pessoas, transformando a higiene pública numa política de Estado. A consequência disto foram os conflitos quase cotidianos entre os agentes fiscalizadores e a população, que fazia do espaço urbano, local recreativo ou de comércio.

---

<sup>26</sup> Como afirma Edmar Ferreira Santos (2008, p. 78), certos fenômenos sociais, como a ociosidade, o alcoolismo ou a criminalidade foram considerados “tendências psíquicas” de indivíduos degenerados, geralmente negros ou seus mestiços, como dizia o próprio Nina Rodrigues, isso, fazia com que, pessoas negras fossem observadas como inferiores diante das brancas.

<sup>27</sup> Utilizando modelos social-darwinistas, esses cientistas farão uma leitura original da realidade nacional ao apontar o cruzamento como o nosso maior mal, ao condenar a hibridação das raças e consequente degeneração (SCHWARTZ, 1993, p. 208).

Os membros da imprensa sabiam do anseio da sociedade e das autoridades, ambas desejavam a modernização, o melhoramento e o avanço da cidade. Dessa forma, escreviam as notícias que aguçaram a rejeição a qualquer coisa que lembrasse o passado, criando com isso, um forte sentimento na população de desejo pelo progresso da cidade.

Para Rosário (2019), as classes abastadas esperavam que a ascensão de J. J. Seabra pudesse resolver o atraso urbano por décadas vivido. Um exemplo disso foi a reportagem do jornal *A Tarde* do dia 24 de outubro de 1912 que trazia um discurso que dava a entender que a cidade de Salvador queria se afastar de tudo que representasse o passado, atraso, hábitos antigos, lugares sujos, aparência antiga, e que deveriam ser extintos.

A nossa capital que vai libertando-se aos poucos do que é imprestável e não, do que é anti-higiênico e infecto, precisa sem relutância ver-se livre de duas ruínas condenadas, verdadeiros antros de ratos, e perigosas sentinas publicas –as do antigo quatel general, e as do também antigo quartel de Cavallaria (JORNAL A TARDE, 1912, p. 1)

Podemos compreender que os jornalistas escreviam sobre assuntos que chamassem a atenção das autoridades para a necessidade de mudanças da cidade e produziam argumentos que comparavam a estrutura dos monumentos, casarões e prédios públicos a estruturas antigas e anteriores a gestão de José Joaquim Seabra. Faziam com que a sociedade se entusiasmasse com a possibilidade que os planos de transformações pudessem trazer melhoramentos nos calçamentos irregulares e conseguissem resolver os problemas que giravam em torno da ausência de saneamento, das ruas mal projetadas e das dificuldades de uma sociedade ávida a se desenvolver.

Além da sociabilidade negra vivenciada nas ruas, o ato de colocar oferendas em vias públicas foi bastante rejeitado pela sociedade sendo alvo de interpretações desconstrutivas e preconceituosas por intelectuais e autoridades. A sujidade não era uma ação meramente material, ela simbolizava a reação afro-brasileira a preponderância de uma cultura. Essas *oferendas* postas nas ruas se tornaram um problema que estava além da concepção de sujeira urbana<sup>28</sup>, elas representavam o candomblé, uma prática associada constantemente ao atraso e a ignorância moral, sendo indesejada pela sociedade e símbolo de uma tradição que a imprensa fazia questão de conectar a um costume que deveria ser esquecido na capital baiana.

A reportagem foi veiculada em 10 de novembro de 1925, nela o jornal *A Tarde* logo no título, chama o candomblé de “*porco e degradante*”, justamente para fazer o leitor se atentar para a rejeição a essa prática afro-brasileira na cidade e prossegue elevando o

discurso apontando para a necessidade da “*extinção dos terreiros*”, pois segundo a matéria, eles, e suas oferendas colocadas nas ruas, são determinantes para a sujeira urbana, a imundice e a falta de higiene.

Os jornais fortaleceram as ideias que enalteceram a obrigatoriedade das reformas nas estruturas físicas da cidade, ao mesmo tempo que propagaram a necessidade de mudanças nas concepções sociais. Nesse sentido, a imprensa assumiu o papel de construtora de um imaginário negativo acerca das práticas que referenciassem às tradições da população negra em Salvador.

Essas notícias foram usadas ainda, para incitar as autoridades policiais a cumprir diligências com a finalidade de acabar com cerimônias de candomblé e chamar a atenção das autoridades públicas da sua obrigação de fiscalizar, reprimir e acabar com quaisquer atividades desse tipo (LUHNING, 1995):

Os profissionais da imprensa consideravam insuficientes as batidas policiais nas casas de culto africano. Se as autoridades eclesiásticas e civis não foram capazes de acabar com a disseminação dos rituais africanos, a imprensa cumpriu o seu papel, ao estigmatizar o culto aos orixás. Os próprios jornalistas faziam inspeções nos candomblés.” (COUTO, 2006, p. 293)

Dessarte, podemos inferir que a imprensa se tornou uma fiel disseminadora de ódio contra as práticas associadas ao candomblé, conseqüentemente, os discursos saíram de uma esfera de conscientização de higiene urbana e asseio das ruas, para um aspecto insultuoso, difamatório e grosseiro contra as oferendas e a presença das culturas negras nos espaços públicos de Salvador.

### 3.2 AS LEIS PROVOCANDO MUDANÇAS DE HÁBITOS NA CIDADE

As políticas municipais estabeleceram normas a serem seguidas, além de pensarem numa cidade reformada para a idealização de uma civilidade que deveria se distanciar do passado. Salvador deveria ser projetada para inibir também a proliferação de doenças urbanas. Todavia, os costumes permaneciam e eram associados ao atraso cultural. Eram os negros e sua cultura os principais alvos das medidas sociais atreladas ao cientificismo racista para redesenho e leituras das formas de viver, trabalhar, curar e se relacionar como

---

<sup>28</sup> João José Reis apontava em seu livro *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, que a preocupação com os odores, os miasmas e questão da sujeira urbana fazia parte das autoridades, médicos e higienistas desde o século XIX na capital baiana. (REIS, 2009, p.247).

Sagrado. Os negros e negras eram vistos como os sujeitos das ações mais violentas e desmoralizantes pelas autoridades e discurso jornalísticos.

O Estado desenvolveu mecanismos disciplinadores que agiam diretamente nos corpos dos indivíduos, punindo-os pelos seus atos e vigiando as suas ações. Foucault (2008) observa que esses mecanismos têm o objetivo de controlar as atitudes não condizentes com as regras sociais e demonstrar o poder do Estado sobre os homens. Sendo assim, uma das formas mais eficazes para a promoção do controle dos indivíduos na sociedade foi a instauração de códigos que regulavam a conduta das pessoas, visto que, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que a devem obediência. Portanto, a criação das sanções normalizadoras se refere à imposição de ordem e da escala hierárquica, dispositivos de comando e de imposição dos comportamentos aceitáveis e eficientes para a sociedade.

Esses mecanismos se fortaleceram no Brasil no final do século XIX e direcionaram a vida da população que deveria se adequar aos códigos para não sofrer as penalidades previstas nas leis. Segundo Borges (2019), os atos punitivos passaram a ser mais abstratos e conscientes, a justiça oficializada pelo Estado foi se distanciando da violência do castigo do corpo em si para a suspensão dos direitos à liberdade. Entretanto, prender as pessoas que estivessem cometendo uma conduta ilegal passou a ser prioridade no sistema de justiça oficializado pelo Estado brasileiro. Nessa perspectiva, a partir do momento que o candomblé passa a ser entendido como prática associada ao curandeirismo, fetichismo e a falsa medicina, por exemplo, os seus praticantes passaram a ser criminalizados e punidos de acordo com o código penal de 1890 (BRAGA, 1995).

Os atos punitivos impostos às pessoas de candomblé iam além do corpo, atingiam o “coração, o intelecto, à vontade e a disposição”, (SOUZA JUNIOR 2018, p. 20) as prisões, por exemplo, tinham a intenção de “desestruturar a personalidade” (SOUZA JUNIOR 2018, p. 20) dos aprisionados, haja vista, que conduzir um líder das religiões de matriz africana para o distrito policial traria um sentimento de tamanha vergonha desestabilizando, com isso, sua conduta e causando traumas irreparáveis em seu emocional. Dessa forma, a prisão era uma punição amarga e dolorosa para pessoas que construíam em suas comunidades relações sociais e de poder estruturadas e solidificadas.

O código penal teria que ser operacionalizado por um sistema que garantisse sua finalidade. Para tanto, deveria se servir de profissionais dispostos a assegurar a aplicabilidade das normatizações previstas em lei e garantir que fossem cumpridas. Porém,

o Estado elaborou mecanismos institucionais com funções repressoras como as polícias, criadas como cargos hierárquicos definidos e atuação determinada, sendo as principais, conter as massas populares, fiscalizar as ações humanas e assegurar o cumprimento dos códigos de condutas, assim, os órgãos policiais conseguiram assumir a função de vigiar e, nos casos de prisões, punir as pessoas consideradas ilegais.

A Polícia Militar do Estado da Bahia teve a sua função regulamentada pelo Decreto nº 1151 de 17 de agosto de 1912, nele foram organizadas as linhas de atuação entre os órgãos de segurança pública, como a Guarda Civil, o Regimento Policial e a Polícia Civil. O decreto determinava também o modelo de policiamento estabelecendo hierarquias na instituição, informando os tipos de pessoas e crimes que poderiam ser levados ao distrito policial, direcionando os atos a serem reprimidos e as modalidades das ações humanas que poderiam ser vistas como imorais ou fora dos bons costumes, ditando assim, comportamentos sociais que a população baiana deveria exercer.

...Com o decreto buscava-se construir um modelo de comportamento social onde as diferenças e/ou distinções deveriam ser abertamente combatidas e seus autores levados à presença dos prepostos da policia...

...Assim, o vigésimo primeiro artigo do Decreto nº 1151 determina que sejam conduzidos aos postos policiais os portadores de “arma proibida”, os vândalos, os ébrios, os mendigos, os “vagabundos reconhecidos” e pessoas “vestidas de modo ofensivo a moral e aos bons costumes...” (ROSÁRIO, 2019, p. 73)

Citando a regulamentação da Polícia Militar do Estado podemos compreender a sua funcionalidade e operacionalidade e além disso, perceber também que o decreto que cria essa instituição estava delineado com bases no código penal de 1890 que traziam artigos que correspondiam aos anseios de parte da sociedade da época que desejava se modernizar. Para Souza Júnior (2018), o código apresentava artigos que estimulavam o Estado a manter a ordem, conservar os bons costumes e respaldar a polícia a combater práticas criminalizadas pela lei. Os princípios das leis contidas em cada parágrafo que tratavam dos casos de desordens sociais serviram como suportes legitimadores da atuação policial. O código civil trazia aportes jurídicos que legalizaram e criminalizam os praticantes do candomblé, tornando-os dissonantes às regras propostas pelo Estado Novo. Compreendendo que alguns hábitos culturais afro-brasileiros eram sinônimos de incivilidade, declínio da moral e dos bons costumes de uma sociedade que almejava se civilizar.

Deste modo, as pessoas que se dedicavam ao exercício dessa religião eram estigmatizadas como curandeiras e feiticeiras de práticas ilegais e condenáveis pelo código. Para Maggie (1992), em sua pesquisa sobre a perseguição à feitiçaria no Rio de Janeiro, a criação do Código Penal Republicano de 1890 se caracterizou como ponto decisivo para a intervenção do Estado nos assuntos relacionados à magia. A autora ainda assegura que foi a partir da República, no entanto, com decreto de 11 de outubro de 1890 que o Estado criou mecanismos reguladores do combate aos feiticeiros, instituindo o Código Penal, introduzindo-se três artigos referentes às práticas ilegais da medicina, à prática da magia e proibia o curandeirismo:

Foi na República que o Estado criou o método que se tornou popular de selecionar o nome do culpado: os processos instaurados pelos artigos 156, 157 e 158. O oráculo era a perícia especializada em analisar objetos apreendidos pela polícia, quando depois de uma denúncia, se invadia um terreiro, casa de culto ou residência do acusado. Os peritos nesses objetos desenvolveram 49 técnicas para identificar objetos próprios para fazer o mal ou objetos falsos, de charlatões ou mistificadores. (MAGGIE, 1992, p. 26 -27).

O código penal de 1890 trouxe, em vias de regras, artigos que delimitavam a ação da população em geral, definiram de modo específico os deveres das pessoas e determinavam as condutas sociais a serem seguidas. Além disso, a Constituição de 1891 estabelecia os direitos e deveres dos brasileiros, sendo que ambas legitimaram a coibição de tradições inerentes a homens e mulheres negros, atingindo o aspecto comportamental, no que tange aos hábitos e a forma de vida, possibilitando o domínio sobre as práticas culturais, religiosas e existenciais do povo preto nesse país.

Conseqüentemente, a Salvador republicana não era exceção. Apesar do código penal não fazer menção direta aos negros, o que iria de encontro à cidadania adquirida com a abolição e à igualdade estabelecida pela Constituição, à repressão legal foi uma medida eficaz de controle dos negros por aqueles que dominavam as leis (BRASIL, 1980). Seguindo os passos da federação, Salvador seguia firme no que se refere aos ajustes das leis para assegurar a plenitude da ordem desde meados do século dezenove, como trata Pires (2004), que tais práticas de domínio, restrição e delimitação das práticas sociais já eram utilizadas na cidade desde 1831.

O código de posturas da cidade de Salvador revela que em 1831, a Câmara Municipal de Salvador proibia os “batuques”, danças e ajuntamentos em qualquer hora e lugar, sob pena de oito dias de prisão. A expressão “batuque”, repleta de significados, podia representar diversas expressões culturais. Em 1831 as autoridades aumentaram a pena para quinze dias e oito mil réis de multa pela prática do “batuque”. (PIRES, 2004, p. 38)

Com a instauração da República, além da necessidade de robustecer os códigos e artigos das leis constitucionais, emergiu o pensamento de transformação, modernidade, reestruturação e desenvolvimento nas estruturas urbanas, nas mentalidades e no imaginário popular. Rosário (2019), pontua que o discurso republicano teria que ser feito mediante os sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos, para facilitar o controle social.

Personagens históricos do país foram lembrados com a finalidade de construir o imaginário republicano e, com isso, evitar o embate entre a população e o Estado. Ademais, tornaria o novo regime popular e estimularia o sentimento nacionalista no povo. Porém, esse ideal não alcançou o seu intento ficando apenas restrito ao campo das hipóteses, porque essa concepção não chegou, na sua totalidade, às pessoas comuns, excluídas das reformas civilizatórias, sendo relegadas a uma existência periférica e marginalizada.

A cidade de Salvador não se diferenciou do restante do Brasil. Havia um cenário excludente e conflitante, as melhorias pensadas aos cidadãos da cidade não contemplavam a todos, existia uma diferença imposta aos que traziam consigo as insígnias da escravidão, aqueles que tinham na pele, no corpo e no semblante as marcas do escravagismo. Dessa forma, sua cultura, seus costumes e seu modo de vida eram sinônimos de atraso social e ligava o país a povos, visto como bárbaros e incivilizados.

Para Santos (2009), quando as reformas urbanas são internalizadas pelos responsáveis a promover uma concepção de saneamento básico e reestabelecimento dos hábitos para alcançar um moral pretendido para um espaço desenvolvido começaram as reivindicações de uma sociedade revestida de valores civilizatórios que se aproximassem dos costumes e tradições europeus, pois estes estariam no topo da hierarquia racial e eram sinônimos de progresso e modernidade, além disto, busca-se entender que o início no século XX as teses raciais passaram a permear a discussão sobre o racismo biológico e social no Brasil e segundo Maio (1996), tais discursos colocaram em causa a potencialidade da inferiorização dos mestiços, dos descendentes de escravos e dos próprios ex-escravos, diante da propalada superioridade dos imigrantes brancos.

Para Uzeda (1997), as formas de proporcionar o sentimento de bem estar na população soteropolitana estavam alinhadas às narrativas de uma medicina urbana que ganhou espaço, na concepção popular, através da disseminação do pensamento em torno da medicina pública. Preconizando mudanças nas posturas sociais e estabelecendo novas condutas dos indivíduos, principalmente no que se referem aos comportamentos, exigindo

com isso alterações nos hábitos. Dessa maneira, a saúde pública e seus agentes saneadores passaram a interferir constantemente sobre os costumes dos sujeitos, com a finalidade de promover o saneamento e a higienização da cidade.

### 3.3 OS CÓDIGOS DE POSTURAS NUMA SOCIEDADE EXCLUDENTE: OFÍCIO DE RUA, CANDOMBLÉ E OS REGULADORES DA CIDADE

Os Códigos de Posturas Municipais foram um dos instrumentos de regulamentações mais antigos utilizados no Brasil de acordo com os registros oficiais. Essas regras criadas para direcionar os comportamentos sociais foram estabelecidas desde 1549, elaboradas simultaneamente com a criação da Câmara Municipal de Salvador<sup>29</sup>. A metrópole portuguesa e as elites locais durante o período colonial e imperial já utilizavam as posturas como medida de controle, regulamentação e exigia a população da cidade de Salvador a se adequar às normas que exigia que homens e mulheres se comportassem em sociedade de acordo com o que preconizavam as autoridades municipais.

Esses códigos, em princípio, se constituíam em um corpo reduzido e simples de normas regulatórias da convivência na cidade, contudo tornaram-se cada vez mais complexos, à medida que o crescimento e o desenvolvimento social se iam processando e o sistema político da cidade do Salvador sofria alterações. As deliberações municipais contidas nos Códigos de Posturas obrigavam a população soteropolitana ao cumprimento de deveres de ordem pública, permitindo resgatar, por meio da análise do conteúdo, uma parte significativa do cotidiano da cidade nos séculos XIX e XX. (SÁ, 2010, p.278)

As normas primeiramente foram utilizadas como regras de convivência no intuito de manter a ordem nos hábitos sociais da urbe. Eram de âmbito local e tinha o objetivo de controlar diretamente a estrutura física da cidade no seu funcionamento e nas relações pessoais. Posteriormente, com o desenvolvimento urbano, os regulamentos foram ganhando maior complexidade, o que resultou no aumento das configurações existenciais dos indivíduos, o que acarretou na normatização para diversas ações com direito a punições, pagamentos em dinheiro e prisões para os infratores.

Apesar disso, os reguladores não esperavam que houvesse a possibilidade de resgatar o passado por meio das exigências comportamentais contidas nos Códigos de Posturas, porém as determinações existentes em cada lei possibilitaram que a população assimilasse novas concepções no cotidiano da cidade. Os anseios dos administradores ao tentar montar estratégias de cunho moral e ideológico para seu projeto de modernização foram aos poucos se adaptando aos hábitos das pessoas da urbe. Sob a pretensão de regular

a convivência social as regras foram elaboradas para combater as formas improdutivas que se recusaram ao estabelecido.

Sendo assim, vendedores ambulantes, trabalhadores informais, prostitutas, lavadeiras, fateiras, ou seja, homens e mulheres pobres, negros e mestiços, notados pelos grupos dominantes como “sujos”, foram repreendidos e subjugados por seus costumes de religiões afro brasileiras. A capoeira, o samba em festas de rua, badernas ou pelo simples fato de estar em ociosidade e desocupação, diversão ou em profundo prazer, tudo isso era entendido como posturas inadequadas pelos modernistas e pela civilidade.

Dessa forma, desenvolveu-se um controle que não se estabeleceu simplesmente pela consciência ou ideologia, mas sim no corpo, uma vez que “foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (FOUCAULT, 1979 p. 46).

É notório perceber que, a partir do século XIX, as relações de poder passaram a incidir nos processos vitais da população através de procedimentos massificantes, para os quais era determinante “gerir o corpo social, como corpo que trabalha, tornando-o dócil politicamente e útil economicamente” (FERRAZ; FRANÇA, 2012 p. 99), investindo em mecanismos de “melhoramentos” do corpo e suas condições de vida. Esta camada social hegemonicamente dominante da cidade de Salvador se apegou nas medidas institucionalizadas pelo Estado e legitimadas pelos Códigos de Postura para criar regulações comportamentais e naturalizar as proibições das condutas de pessoas que viviam nas ruas em alguns momentos, extraindo do espaço público municipal os seus sustentos e, em outros fazendo do centro da cidade local de recreação e promotor diversas relações humanas. Esses grupos dominantes se apropriaram dos discursos elaborados pelos instrumentos de comunicação a exemplo dos jornais, para disseminar suas ideias elitistas e estabelecer uma zona de conflito na sociedade posicionando de um lado, pessoas que defendiam um modelo civilizatório pautado nos padrões europeus e balizados pelos discursos raciais e formados por intelectuais e do outro, pessoas que traziam em suas práticas e posturas sociais tradições associadas aos negros e mestiços, sendo esses, considerados incivilizados, em comparação ao modelo de civilidade desejado pela elite soteropolitana.

Portanto, tanto os jornais quanto os códigos de posturas foram ferramentas

---

<sup>29</sup> A Câmara Municipal de Salvador foi criada em 13 de junho de 1549, sendo composta do Conselho de Vereança: 2 juizes ordinários, 3 vereadores e 1 procurador.

utilizadas pela camada elitista para institucionalizar o seu poder e subalternizar os grupos percebidos como inferiores economicamente e socialmente, entre eles, estavam homens e mulheres afro-brasileiros, seus costumes e sua cultura, que foram constantemente combatidos pelos órgãos do Estado responsáveis pelo ordenamento público.

A reportagem do Jornal *A Tarde*, do dia 29 de junho de 1925, p. 1, apresenta uma crítica à falta de fiscalização nas ruas de Salvador e a dificuldade em implantar os códigos de posturas municipais por conta da inoperância do “funcionalismo encarregado de reprimir os abusos dos munícipes”, além disso, a notícia cita as condições degradantes do espaço público, pois, para o articulista as ruas encontravam-se “sem calçamento, sem arborização, tortuosas e imundas, coalhadas de mendigos e cães”. Esta notícia foi intitulada de: “O código das... imposturas e as mazelas ostensivas da “velha mulata”. e não depende de verbas, afinal, remediar muita coisa...”.

**O CODIGO DAS... IMPOSTURAS E AS MAZELAS OSTENSIVAS DA “VELHA MULATA”. E NÃO DEPENDE DE VERBAS, AFINAL, REMEDIAR MUITA COUSA...**

Não há duvida que têm razão os que nos apontam como detentores da tradição do Brasil... “A Bahia tradicional terra mater, etc.”... enfim, arranjosinhos polidos, para não dizer “mulata velha”, terra retrograda e outras cousas, que, como todas as verdades, dóem sempre... Mas o peor é que as tradições Moraes, as que servem de elos entre as gerações, essas vão desaparecendo, ao passo que todos os hábitos primitivos de velha aldeia da população despolicada resistem a toda a inovação, sobrepõem se a qualquer esforço de cultura. Ha ruas sem calçamento, sem arborização, tortuosas e imundas, coalhadas de mendigos e cães. Explica se, não se justifica pela situação de insolvencia do municipio, e como é mal sem remedio nem vale a pena se lhe tocar. Todavia, muitas coisas degradam horrrivelmente a cidade e, entretanto, nem um ceitil é necessário á sua suppressão... “o funcionalismo encarregado de reprimir os abusos dos munícipes deveria aplicar simples medidas de inspecção e policia, deveres previstos nas regulamentações em vigor e cujo abandono está a pedir uma formidável saccudidela á desidia dos encarregados...”<sup>30</sup>

Os órgãos de fiscalização eram alvos constantes das críticas dos jornalistas que deixavam evidente sua expectativa que os agentes públicos adotassem a repressão contra condutas consideradas inadequadas, principalmente a ocupação vista como inoportuna, como os trabalhos de rua, a mercancia e as moradias irregulares em passeios, praças e logradouros. Ainda de acordo com a narrativa da matéria, às atuações das autoridades deveriam exigir que as normas e restrições à ocupação das vias previstas no “famoso Código de Posturas do Municipio, que pela sua inobservância e inoperância, mais parecia um código de imposturas...” fossem respeitadas pela população.

A imagem abaixo acompanha a reportagem jornalística abordada acima e evidencia o quanto a população pobre e negra era considerada o principal símbolo do atraso para as camadas dominantes da capital baiana. Trata-se de uma trabalhadora ambulante negra, vendendo seus produtos em via pública e o jornal a exhibe, iconograficamente, associando o seu ofício às práticas proibidas e reguladas pelo código de Posturas. A atitude da imprensa nos faz observar a forma como os costumes negros eram retratados pela imprensa baiana, que diariamente, tentava expor a tradição, o labor ou o costume afro-brasileiro, de modo que alimentasse a rejeição social do negro na sociedade.

**Figura 05** – “Uma infração que se surpreende, a todo momento, nas ruas mais transitadas<sup>31</sup>”.

**Fonte:** Google imagens, (2020)



<sup>30</sup> Jornal A Tarde, 29/6/1925, p. 1 - BPEB.

<sup>31</sup> A imagem ilustra a reportagem do Jornal A Tarde dia 29/06/1925

A venda de produtos nas ruas era inaceitável pela sociedade, reprimida pelos órgãos fiscalizadores e reguladas pelo, já mencionado, código de postura 270, nele vamos encontrar expressivamente a proibição da “venda de doces em bandejas ou tabuleiros, podendo somente ser vendidas em caixas de folhas de flandres, ou em caixinhas em braçadas, também, proibida a iluminação das mesmas caixas com candeieiros de querosene cúpula<sup>32</sup>”. Se observarmos que a maior parte das pessoas inseridas no trabalho ambulante nas ruas eram negras, compreendemos que essas regras estariam voltadas a proibir e tentar eliminar das regiões centrais da Salvador estes corpos que incomodavam por seu suor, odores, roupas e a maneira como circulavam. As proibições tinham o viés racista, institucionalizadas pelo Estado e disseminada pelos discursos dos jornais.

Notamos também que estas normas tinham o intuito de impor, aprisionar os indivíduos em formas, enquadrar os comportamentos, padronizar o corpo e o espaço, remetendo as perspectivas de confronto entre as ferramentas reguladoras e a existência dos sujeitos, a partir dos quais se constroem os fenômenos conflituosos na sociedade. Se de um lado estavam os instrumentos normativos, do outro, havia pessoas necessitadas de viver na cidade, comercializar seus produtos alimentícios, animais, iguarias, artigos de vestuários, entre outros, além de divertir-se nos momentos de festejos populares e/ou promovendo andanças pela cidade.

Contudo, as práticas de venda nas ruas, principalmente de indivíduos pobres, em sua maioria, pessoas negras e negros eram alvo constante de repressão e narrativas delatoras por parte da imprensa.

As ganhadoras e ganhadores eram alvos das denúncias constantes dos jornalistas, que apontavam os lugares onde os vendedores ambulantes trabalhavam, as ruas onde ocorriam as feiras livres, e os perigos a que a população estaria exposta pelo preparo e venda de comidas em vias públicas.

Devido aos anseios quase obcecados por parte dos médicos higienistas contra a venda de alimentos, na sua maioria realizada por mulheres negras acompanhadas muitas vezes por seus filhos, havia também, várias posturas condenando esse tipo de prática, entre elas, a 165 que deixava explícito a proibição de qualquer tipo de comércio de produtos comestíveis por ambulantes, vendedores e condutores de mercadorias, ou quaisquer volumes na cabeça.

---

<sup>32</sup> Código de postura 270

Ainda na mesma reportagem do *A Tarde* de 29 de junho de 1929, podemos perceber que os discursos modernizadores e higienistas atingiam diariamente os temperos, corantes, farinhas, pimentas, azeites ligados à cultura africana, justificando que estes faziam mal à saúde. As posturas para regulamentar a circulação destes corpos, seus tabuleiros, balaies, bandejas insalubres, não davam conta de controlar estas atividades, porém não conseguiam fugir dos olhos atentos da imprensa.

#### **CONTRA A HIGIENE...**

...O mais interessante é que mesmo as vendedeiras que têm caixas envidraçadas, tiram as tampas e expõem a gulodice á poeira. Ainda ha melhor.No forte de São Pedro, no largo do Accioly e em outros pontos assam bolinhos na própria calçada, pondo em perigo as roupas dos transeuntes com as fagulhasdos fogareiros...<sup>33</sup>

Nesta notícia o jornalista também chama a atenção para o “perigo” de acidentarm alguém pelo manuseio do “fogareiro”, sugerindo que as autoridades fiscalizadoras notem a irregularidade, visto que, na postura 149 é delimitado e proibido o “o uso de fogos soltos, busca-pés, bombas de clorato e espadas no perímetro urbano<sup>34</sup>”, dessa forma, a preocupação com o risco do incidente poderia ser apenas uma manobra para estimular a repressão e a fiscalização. As notícias sempre citavam peculiaridades intrínsecas ao código, como por exemplo, a exposição de alimentos, deixando caracterizada a falta de higiene e a comercialização em locais inapropriados.

A aparência corporal e os alimentos obedeciam a maior rigorosidade do regulamento, principalmente no que se refere à higiene, venda qualidade e limpeza do corpo e dos produtos comercializados.

...No Cabeça, e no largo 2 de Julho ha uma legítima feira em plena via publica, retalhando se o peixe sobre o passeio, o que traz aquelle local debaixo duma nuvem de moscas. O mesmo se dá na Fonte Nova. O nosso cliché é um flagrante do primeiro dos locaes mencionados, onde o transito se vê prejudicando pelas quitandas ao ar livre...<sup>35</sup>”

Na matéria apresentada podemos perceber o quanto os jornalistas se preocupavam em expor o perigo em preparar e vender comidas em vias públicas. A narrativa atingiria seus leitores, mas também alcançavam as autoridades, os higienistas e a população, pretendo assim aumentar a rejeição da sociedade para as práticas e costumes dos ofícios de

---

<sup>33</sup> Jornal A Tarde, 29/6/1925, p. 1, BPEB.

<sup>34</sup> POSTURA 149, Título I, Capítulo XXI, p.25 v.: Fica terminantemente proibido o uso de fogos soltos, busca-pés, bombas de clorato e espadas no perímetro urbano.

rua que referenciavam a camada menos favorecida, os negros e negras que tiravam do trabalho de rua o sustento dos seus lares e dinamizavam a economia na capital baiana.

Neste cenário de busca pela reestruturação da cidade, intensificação da fiscalização e proibições de muitas condutas dos afro brasileiros na cidade do Salvador, os jornais assumiram o papel de denunciante, disseminadores de opiniões contrárias às práticas que revivesse a cultura africana nas ruas da cidade e estimuladores da rejeição social as práticas.

#### **4.0 CANDOMBLÉ NA ENCRUZILHADA: AÇÕES PROIBITIVAS AS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS NA CIDADE DE SALVADOR**

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foram utilizadas 43 notícias catalogadas entre os anos de 1912 a 1937. Neste material, identificamos denúncias e queixas acerca das práticas de candomblé, falsa medicina e perturbação do sossego público, perpetrados por pessoas geralmente de cor negra e mestiça. Priorizamos matérias que narram às incursões policiais aos ambientes onde ocorriam celebrações religiosas afro-brasileiras, além das notícias que exemplificam as diversas reclamações que envolviam pessoas depositando oferendas nas ruas, a proibição dos toques ritualísticos e os argumentos onde incriminavam as práticas de cura que envolviam terapias tradicionais praticadas por pessoas pertencentes às religiões afro-brasileiras

Contudo, salientamos que algumas reportagens contidas no quadro a seguir foram discutidas em capítulos anteriores. Porém, neste tópico, para além das notícias já trabalhadas, trataremos daquelas que enfatizaram as mudanças nos discursos jornalísticos principalmente a partir do II Congresso Afro-brasileiro de 1937 e as formas de repressão aos candomblés.

A tabela 1, com descrição das notícias catalogadas. Identifica a empresa jornalística, títulos das reportagens, anos e os bairros dos acontecimentos. Como sinalizado, foram utilizadas nesta pesquisa 43 notícias que circularam nos jornais: *A Tarde*, *A Hora*, *A Manhã*, *Estado da Bahia*, *O Imperial*, *Diário da Bahia* e *O Combate*. Evidenciamos um fluxo maior de publicações a respeito do candomblé entre os anos de 1920 e 1937, correspondendo a 38 matérias.

**Tabela 1 – Tabela dos jornais e notícias no período de 1912 a 1937 em Salvador.**  
**Quadro elaborado pelo autor.**

JORNAL	NOTÍCIA	FATO	ANO	LOCAL
A Tarde	As minas do quartel	Reforma urbana	1912	Av. sete de Setembro – Salvador
A Tarde	A demente de Nazareth: vítima de candomblé	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1912	Centro da cidade da Salvador
O Imparcial	Cresce a mortandade	Higiene Urbana	1918	Salvador
A Manhã	O que é um candomblé	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1920	Matatu, Brotas – Salvador
A Tarde	Foi um bloco feio na Baixinha	Comportamento inadequado aos padrões sociais – Brigas nas ruas	1920	Antiga Baixinha – hoje ladeira do Tabuão – Salvador
Diário da Bahia	Gravíssimo, pela saúde pública	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1920	Mas saranduba – Salvador
A Manhã	Com vistas à polícia: A que está reduzida a Baixa da Quinta	Repressão e invasão Policial	1920	Baixa de Quinta – Salvador
A Hora	Ogunjá em Juízo	Repressão e invasão Policial	1920	Matatu de Brotas – Salvador
A Hora	Pequenos factos policiaes Batucadas infernaes!	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1920	Matatu de Brotas
A Manhã	Os Candomblés – Viva Ogunjá	Repressão e invasão Policial	1920	Matatu Grande, Brotas
A Tarde	A Tarde vai a um templo da baxaria	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1921	Cidade de Falha – atualmente Cidade Nova
A Tarde	A última façanha do feiticeiro	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1921	Cidade de Falha – atualmente Cidade Nova
A Tarde	Fai-de-Santo foibater no radiez	Repressão e invasão Policial	1921	Quinta da Bana – atual baixo da Barra
A Tarde	Jubia a em maus lençois	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1921	Cruz do Cosme – atual Caixa D'água
A Tarde	Extinguindo a Baxaria	Repressão e invasão Policial	1922	Retiro – Salvador
A Tarde	Os itens da convivência do delegado Gordilho	Repressão e invasão Policial	1922	Centro da cidade da Salvador
A Tarde	Atuação do delegado Gordilho.	Repressão e invasão Policial	1923	Salvador
A Tarde	Polícia ignora e fecha os olhos proposadamente, ao que, a matéria chama de antros de feitiçaria	Repressão e invasão Policial	1923	Salvador
A Tarde	Feitiçaria na cidade	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1924	Mata Escuro – Salvador
A Tarde	“É porco e degradante. Os candomblés não reaparecer na cidade	Ofensas nas ruas	1925	Centro da cidade da Salvador
A Tarde	Uma inflação que se suspenhe, a todo momento, nas ruas mais transitadas	Ordenamento público e reforma urbana	1925	Salvador
A Tarde	Era um autêntico feitiço, a elegantes moças deixaram a porta do Rio Branco	Ofensas nas ruas	1926	Praça Municipal ou Praça Tomé de Souza – Salvador
A Tarde	O candomblé e o Baxilho Infernal	Queixas sobre os baxilhos	1926	Salvador
A Tarde	O delegado Trindade vinha recebendo denuncia	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1926	Mas saranduba – Salvador
O Combate	A cegueira da polícia contra as vendeadoras	Ordenamento público	1927	Salvador
A Tarde	Para o cumprimento a Ordem moralizadora	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1926	Baixo do Unguai – Salvador
A Tarde	É preciso limpar a cidade desses antros	Divergência entre o passado e o moderno	1928	Cidade Cruz do Cosme – atual Caixa D'água
Diário da Bahia	Nas baixas esferas do fetichismo – A Bahia, apesar de seu grau de cultura geral, é uma cidade cheia de macambos e candomblés	Divergência entre o passado e o moderno	1929	Cruz do Cosme – atualmente o baixo da Caixa D'água – Salvador
A Tarde	Um crime num Candomblé – o que o subdelegado Salvador conta a A Tarde. As acusações que faz ao Cap. Emergido	Repressão e invasão Policial	1930	Cruz do Cosme – atual Caixa D'água
A Tarde	Os e temos exploradores da boa fé	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1930	Salvador
A Tarde	Há o delegado Hannequin Dantas vinha recebendo queixa do Espirita Severiano Costa	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1931	Cruz do Cosme – atual Caixa D'água
A Tarde	Empleio século do cinema fallado	Divergência entre o passado e o moderno	1931	Praça Tomé de Souza – Salvador
A Tarde	Uma batida aos candomblés	Repressão e invasão Policial	1931	Salvador
A Tarde	Guerra ao Candomblé	Repressão e invasão Policial	1932	Salvador
A Tarde	Fucciona, há tempos, no Engenho Velho, um ‘candomblé’ infernal	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1935	Engenho Velho – Salvador
A Tarde	Não poudes ou não quis exterminar o candomblé	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1935	Liberdade – Salvador
A Tarde	A cidade que Deus esqueceu	Ofensas nas ruas	1935	Terreiro de Jesus
A Tarde	A noite africana da Radio Comercial da Bahia	Mudança na postura da escrita deste jornal	1936	Av. Sete de Setembro
Estado da Bahia	O candomblé avisado a tempo	Repressão e invasão Policial	1936	Bana – Salvador
A Tarde	Sequestro de uma Mulher	Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo	1937	Salvador
Estado da Bahia	“O ‘candomblé’ estava incomodando”	Queixas sobre os baxilhos – Batuque	1937	Baixo do Unguai – Salvador
Estado da Bahia	As festas de amanhã, nos ‘terreiros’ do Gantois e do Engenho Velho	Anúncios oficiais acontecimento de festa – Mudança da postura da Imprensa	1937	Engenho Velho de Baixo e Gantois – Salvador
Estado da Bahia	Homenagem ao Congresso Afro-brasileiro	Notícias sobre o Congresso Afro-brasileiro de 1937 – Mudança da postura da Imprensa	1937	Salvador

Destas, 10 reportagens tratavam o candomblé como curandeirismo e falsa medicina; 11 apresentaram fatos sobre a repressão e as invasões policiais aos terreiros; 03 escreviam sobre ofensas nas ruas; 03 expuseram notas sobre as divergências entre o

moderno e o arcaico, estabelecendo sempre a cultura de matriz africana como incivilizada para a época; 03 tentavam despertar as autoridades, os gestores e a população para a necessidade das reformas urbanas; 01 dizia respeito ao comportamento inadequado das pessoas na cidade, principalmente, as negras; 01 reclamação por falta de higiene na cidade; e por fim, 02 reportagens manifestando mudanças nas opiniões dos jornais sobre as culturas de matrizes africanas, em especial, o candomblé.

#### 4.1 UMA NOITE AFRICANA NA BAHIA: O II CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO TRAZENDO NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A CULTURA NEGRA

Iniciaremos nossa análise apresentando notícias que sinalizaram o início da mudança na escrita de alguns periódicos, principalmente, o *Jornal A Tarde* e o *Estado da Bahia*. Para melhor ilustrar o começo da transição do posicionamento destes jornais, apresentaremos a notícia intitulada *A noite africana da Radio Comercial da Bahia*, que entrou em circulação em 17 de dezembro de 1936. Nela, o jornal *A Tarde* manifestou elogios a organização e ideação do II Congresso Afro brasileiro, utilizando termos mais respeitosos para se referir aos candomblés e ainda enalteceu o papel da *Rádio Comercial* na divulgação do evento elaborando uma noite “tipicamente africana” na Bahia para os seus espectadores.

##### **A NOITE AFRICANA DA RADIO COMERCIAL DA BAHIA.**

O sucesso inigualável alcançado pelos cânticos religiosos do pae de santo Joao da Pedra Preta.

Transcorreu, anteontem, com o maior sucesso possível, a ‘noite africana’ da Radio Comercial PRF 8 da Bahia.

Em collaboração com o Estado da Bahia e com a Comissão do Congresso Afro-brasileiro da Bahia a Radio comercial proporcionou, aos radio-ouvintes da cidade, a audição de músicas e canticos dos candomblés afro-baianos... (A TARDE, 17 de dezembro de 1936, p. 06)

Podemos perceber também no trecho da reportagem acima citada, a menção ao sacerdote João da Pedra Preta. Tratava-se do mesmo Joãozinho da Goméia que, segundo Mendes (2014, p. 04), passou a ser conhecido como “Joãozinho da “Pedra Preta”, devido ao seu caboclo, que teria este nome, conhecido por ser um espírito capaz de operar curas tanto físicas quanto espirituais. A população começa assim, chamar o João Alves de Torres, de “João da Pedra Preta”, fazendo menção a este ser espiritual que ajudava as pessoas através do corpo de Joãozinho da Goméia.

Além da presença do Joãozinho da Goméia na reportagem do jornal *A Tarde*, podemos perceber também, que pelo menos nesta matéria, o jornal não apresenta denúncias, ofensas ou solicitações de perseguições ao candomblé. Por esse motivo, esta notícia chama a nossa atenção para a mudança no posicionamento dos discursos deste jornal, observamos que a transição dos argumentos e posicionamentos deste veículo de comunicação foi lenta, porém, naquele momento histórico, reportagens como a apresentada, tornam-se necessária para compreendermos que estava iniciando novas argumentações sobre os candomblés e a cultura negra na Bahia.

Quando a notícia cita a "colaboração com o Estado da Bahia e com a Comissão do Congresso Afro-brasileiro da bahia<sup>36</sup>" se refere ao II Congresso Afro brasileiro em 1937, evento que reuniu estudiosos da cultura negra, lideranças do candomblé, como por exemplo, o renomado Babalorixá<sup>37</sup> João Alves de Torres Filho ou Joãozinho da Gomeia<sup>38</sup>, a Ialoroxá Eugênia Ana dos Santos (Ialorixá<sup>39</sup> do Axé Opô Afonjá), Martiniano Eliseu do Bonfim, Maria da Conceição Nazaré (Mãe Menininha do Alto do Gantois), Manuel Bernardino da Paixão (Bernardino do Bate Folha) e Manuel Vitorino dos Santos (Manuel Falefá). Também estavam presentes antropólogos, etnólogos e intelectuais, tais como, Arthur Ramos e Edson Carneiro, idealizador do acontecimento na Bahia, como aponta Júlio Braga, no seu trabalho *Na Gamela do Feitiço: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia* (BRAGA, 1995).

No II Congresso Afro Brasileiro, foram discutidos diversos assuntos relacionados aos costumes negros na cidade, como a capoeira, o samba de roda, entre outros, que conseqüentemente, surtiram efeitos positivos no que tange ao melhoramento dos discursos dos periódicos as tradições que rememoravam a África na cidade de Salvador.

Na reportagem de 24 de maio de 1937, do *Estado da Bahia*, intitulada, *Homenagem ao congresso Afro-brasileiro*, podemos perceber uma cobertura por parte desse jornal que estabelecia uma narrativa mais ponderada e distante de ponderações carregadas de

---

<sup>36</sup> A TARDE, 17 de dezembro de 1936, p. 06 - BCEB

<sup>37</sup> Forma de tratar um sacerdote do candomblé do sexo masculino, vulgarmente chamado de (pai-de-santo).

<sup>38</sup> Joãozinho da Goméia foi um pai de santo de nação Angola, que migrou da Bahia para a Baixada Fluminense na década de 1940, onde conquistou grande popularidade e se tornou um personagem controverso no universo do candomblé e (Gomeia) é o nome de uma rua que fica no bairro de São Caetano, Salvador, Bahia, localidade que abrigava o seu terreiro, fazendo com que seu João da Goméia ficasse conhecido mundialmente (MENDES, 2014, p. 03)

<sup>39</sup> Termo utilizado para se referir a uma líder de determinado terreiro de candomblé do sexo feminino.

negativas ao candomblé (JORNAL ESTADO DA BAHIA, 1937)

A festa de ontem, no 'terreiro' do Alaketo, no Matatu Grande.  
Echo ainda do Congresso Afro-Brasileiro, que aqui se reuniu em janeiro deste  
anno, foi a festa de hotem do candomblé do Alaketo, no Matatu Grande [...] Não  
tendo podido homenagear no tempo o 2º Congresso Afro-Brasileiro dona  
Dyinisia Regis deu hontem, a Comissão Executiva, uma festa simples, mas  
cordial [...]  
A essa festa compareceu um grupo de interessados nos estudos afro-brasileiros,  
entre os quaes o professor Nestor Duarte, acompanhados pelo nosso companheiro  
de redação, o escriptor edson Carneiro, da Comissão Executiva do congresso.  
Foi optima a impressão pelos congressistas... [GRIFOS DO AUTOR]<sup>40</sup>

Edison Carneiro era repórter deste jornal e desde sua contratação em 1936, utilizava as páginas do periódico para divulgar uma imagem positiva dos candomblés. Assim, passaram a conviver nos jornais baianos reportagens que incentivaram a perseguição policial e outras que valorizavam e defendiam o Candomblé, normalmente associadas aos terreiros e líderes mais famosos, entre os quais se destacaram o ilustre babalaô Martiniano Eliseu Bomfim e Ialorixá Eugênia Ana dos Santos, a mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá.

Para Braga (1995), o II Congresso Afro-brasileiro de 1937, foi de extrema importância para as práticas culturais da população negra. Neste evento, foi oficializado ainda, a criação do Conselho Africano da Bahia, a fim de lutar pela liberdade religiosa e combater a repressão. Por meio deste, Edison Carneiro, principal articulador da fundação do Conselho, encaminha ao Governador da Bahia, Juracy Magalhães, um Memorial solicitando o reconhecimento dos direitos das religiões afro-brasileiras. Em agosto de 1937 quando da primeira reunião do Conselho, a entidade mudou o nome para União das Seitas Afro-brasileiras da Bahia. Após estas ações promovidas por intelectuais e pesquisadores, o jornal *O Estado da Bahia*, começou a amenizar os discursos sobre a cultura afro-brasileira.

Como podemos notar, as ações do II Congresso Afro-brasileiro de 1937, atingiram na época, consideráveis proporções nas discussões em torno da cultura negra em parte, sociedade letrada da cidade de Salvador. Chamando a atenção de intelectuais, como por exemplo, do escritor Edson Carneiro, para trazer discussões sobre a cultura

---

<sup>40</sup> Jornal Estado da Bahia, 24/05/1937 – Reportagem encontrada no artigo da LUHNING, Ângela. Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. Revista USP, n. 28. p. 10

brasileira, em especial, a que referêcia a religião negra na Bahia, possibilitando que alguns eventos realizados pelo Congresso estabelecessem novas interpretações, principalmente, do jornal Estado da Bahia sobre os candomblés.

Porém, apesar de todas as discussões veementes a respeito da natureza da cultura brasileira e da baiana, em especial – na sua grande maioria, contra a cultura e a religião de origem africana –, pode-se constatar uma lenta mas sensível mudança na forma de encarar a cultura negra, em primeiro lugar, ao desempenho do escritor Edson que começava a colaborar com o *Estado da Bahia* escrevendo uma série de artigos sobre o candomblé e a favor dele (LÜHNING, 1996, p. 206-207).

Desta forma, este Congresso deve ser considerado um marco na história do combate aos candomblés baianos. A partir dele se inaugurou uma série de reportagens em que esta religião não aparecia como assunto de polícia. A cobertura da imprensa ao evento, especialmente do Estado da Bahia, abriu espaço para algumas lideranças das religiões de matrizes africanas serem mais prestigiadas e pudessem falar e expressar seus pontos de vista.

Um exemplo desta abertura a parte dos líderes do candomblé aos espaços de comunicação para ser ouvidos e visualizados, principalmente demonstrando a sua cultura sem serem discriminadas nas entrelinhas dos discursos dos jornais, está na reportagem do jornal *Estado da Bahia*, do dia 12 de dezembro de 1936, cinco dias antes da notícia circulada pelo jornal *A Tarde*, de 17 de dezembro de 1936. Nela, observamos praticamente, as mesmas perspectivas entre os dois periódicos.

Nas duas notícias, tanto do *A Tarde*, quanto do *Estado da Bahia* encontramos seu “Joãozinho da Pedra Preta” e sua atuação na *Rádio Comercial* que levou para rádio instrumentos, cânticos e membros da sua casa para participar de uma noite, segundo a nota, tipicamente “africana”.

#### **UMA NOITE AFRICANA NA RÁDIO COMERCIAL.**

O pae-de-santo João da Pedra Preta, com a sua orchestra de negros, executará músicas religiosas dos candomblés.

No próximo dia 15 terça-feira a 'Rádio Comercial' oferecerá aos seus 'fans' um número sensacional.

Em colaboração com a comissão do 2º Congresso Afro-brasileiro e com o Estado da Bahia, a Rádio Comercial vai organizar um programa tipicamente africano, regional.

O 'pae-de-santo' João da Pedra Preta levará ao 'estúdio' daquela rádio-difusora uma legítima orchestra negra constituída por atabaques, agogô e cabaças, a cargo dos mais exímios tocadores do candomblé da Goméia.. (Jornal Estado da Bahia, 1936, p. 01)

Da mesma forma, notamos que os discursos do *Jornal Estado da Bahia* ficavam mais brandos, menos ofensivos e mais solícitos às causas que referenciassem ao negro e a sua cultura. Podemos perceber que por mais que as perseguições, o preconceito em torno das questões relacionadas aos costumes afro-brasileiros e o racismo não fossem extintos da sociedade, pelo menos com os eventos promovidos pelo II Congresso Afro-brasileiro, os discursos de alguns jornais começavam a mudar sobre as tradições de origem africana, sobretudo, aos candomblés.

Este evento possibilitou a aproximação de determinados intelectuais, escritores e estudiosos dos assuntos em torno da cultura negra brasileira e, em particular, a baiana, sendo convidados e fazendo-se presentes em alguns terreiros na cidade de Salvador como intuito de entender e analisar tais segmentos. Notamos ainda, que o II Congresso não contemplou todas as casas e candomblés na capital baiana, porém teve a sua devida importância no que tange a abertura para a discussão sobre esta cultura religiosa nos meios acadêmicos e, sobretudo, contribuiu para amenizar os discursos repressivos, principalmente, na escrita dos jornais *A Tarde* e *Estado da Bahia*, como foi observado.

Buscamos compreender que estas mudanças nas perspectivas, tanto dos periódicos citados, quanto da sociedade letrada, em torno dos elementos culturais da população negra a partir da década de 1930, foram influenciadas por um novo entendimento sobre as culturas populares no Brasil, onde procurava se aproximar das práticas associadas aos costumes afro-brasileiros, estudá-los e reescrevê-los, deste modo, o II Congresso Afro-Brasileiro na Bahia estaria apenas corroborando com uma forma inédita para a época, de interpretação da figura do negro e sua cultura na sociedade.

Segundo Rosário (2019) este pensamento de uma política de identidade nacional estabelecida pela construção de símbolos que representassem uma nova configuração da sociedade brasileira, fizeram com que as tradições que referenciavam à população negra fossem incluídas no novo ideal identitário do povo brasileiro. Assim, a palavra de ordem neste momento histórico seria repensar o país num ponto de vista ligado aos valores e tradições que se aproximassem das culturas populares e, para isso, alguns intelectuais assumiram a incumbência de produzir literaturas que descrevessem a origem da sociedade. Entre as produções ideológicas de maior influência, podemos citar como exemplo, a obra *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, que trouxe a ideia da formação da nação brasileira oriunda da junção entre as três raças, “o negro, o branco e o indígena”, apontando a mistura entre estes “povos” como solução estratégica para o desenvolvimento do país<sup>41</sup>.

A partir deste momento que o negro deixa de ser percebido como sinônimo de ameaça aos anseios civilizatórios no país, passando a ser considerado como um elemento a ser reconstruído, recomposto, sendo um componente fornecedor de propriedades culturais que iriam ajudar a compor a nação brasileira, mesmo que esta composição foi estabelecida alimentando os pensamentos de folclorização da cultura e da tradição negra no Brasil, para o contexto da época teve a sua relevância, pois contribuiu para o início, mesmo que tardio, da inclusão dos costumes afro-brasileiros na construção da identidade nacional.

Desta forma, o II Congresso Afro-Brasileiro na Bahia foi organizado simultaneamente ao pensamento de reconstrução da identidade nacional ligada a símbolos que caracterizavam os segmentos populares, então, os organizadores buscaram dinamizar o diálogo com algumas lideranças do candomblé, da capoeira, do samba onde estas personalidades puderam discutir assuntos em torno dos seus segmentos e apresentar aos congressistas suas manifestações culturais<sup>42</sup>.

Entretanto, entendemos que os conflitos entre os que não aceitavam o negro e seu legado cultural na sociedade, não se encerraram após este congresso, isso por conta do preconceito e/ou do racismo estruturado e muito bem disseminado pelos grupos que se organizaram em busca da perpetuação no poder econômico e/ou social, apegando-se no domínio e controle de outros grupos, principalmente os menos privilegiados, socialmente.

Nos últimos meses do ano de 1936 e no decorrer do ano de 1937, foram promovidas ações pela Comissão Executiva do II Congresso Afro-Brasileiro, onde buscavam enaltecer a cultura negra, amainar parte dos discursos de determinados periódicos sobre as religiões de matrizes africanas e fornecer visibilidade a alguns terreiros que abriram suas portas para mostrar as suas cerimônias, tais como, *terreiro do Gantois ou Iyá Omin Axé Iyá Massêa, o Ilê Axé Opô Afonjá, no São Gonçalo do Retiro, o terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, também conhecido como Ilê Axé Iá NassôOcá, terreiro do Bate Folha ou Mansu Banduquenqué, O Terreiro do Alaqueto (Alaketu) ou Ilê Axé Mariolajé, o Ogunjá, conhecido como candomblé de Procópio*<sup>43</sup>, entre outros, que se tornaram fonte de estudo de pesquisadores que participaram do Congresso, entre eles, o Edson Carneiro e, ainda tiverem suas atividades citadas nas páginas dos jornais, sendo que,

---

<sup>41</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

<sup>42</sup> BRAGA, Julio. Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 1995. p. 79.

neste momento histórico, as matérias analisadas não traziam mais as denúncias e exigências da repressão e perseguição policial, a exemplo, de outras reportagens dos anos anteriores, como veremos na tabela 2, e sim, noticiavam os eventos e forneciam informações sobre a cultura afro brasileira.

Um ponto que merece ser destacado é a importância deste Congresso para a tentativa da desconstrução da imagem negativa criada pela imprensa e grupos sociais insatisfeitos com as práticas que giravam em torno da cultura negra, mesmo que o preconceito e a discriminação ao candomblé e as tradições afro brasileiras continuassem na sociedade após o evento não podemos deixar de sinalizar que os acontecimentos promovidos por este Congresso tiveram temáticas substanciais para a divulgação das tradições da população negra em Salvador.

Porém, vale salientar que o II Congresso Afro-Brasileiro não foi capaz de apagar por completo as marcas deixadas pelas perseguições, tanto policiais, quanto dos jornais, derivadas de anos anteriores, principalmente na década de 1920 a 1930, época que a imprensa buscou cobrir, divulgar e denunciar as invasões policiais aos terreiros e os hábitos de rua que não eram aceitos pelos ideais de modernização da cidade.

Neste sentido, para continuar analisando as notícias, elaboramos a tabela 02 com o objetivo de apresentar a quantidade de notícias sobre as constantes reclamações da imprensa contra as práticas relacionadas ao candomblé e aos costumes, entendidos na época, como incivilizados, destacando o ano da matéria e o assunto tratado pela reportagem.

---

<sup>43</sup> CARNEIRO, Edison. Candomblés da Bahia. Apresentação e notas de Raul Lody. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008. p. 50

**Tabela 2 – Quantitativo das notícias, fatos e anos correspondentes às reportagens. Quadro elaborado pelo autor.**

Assunto	Quantidade de notícia	Ano
Reforma urbanísticas	3	1912
Falsa Medicina e Feitiçaria, Curandeirismo.	10	1912; 1920; 1921; 1924; 1931 e 1937
Ordenamento público e reforma urbana	3	1925 e 1927
Oferendas nas ruas	3	1925; 1926 e 1935
Queixas sobre os barulhos	8	1920; 1926; 1935 e 1937
Higiene Urbana	1	1912
Repressão e invasão Policial	11	1920; 1921; 1922; 1923; 1930; 1931 e 1936
Divergência entre o passado e o moderno.	3	1920; 1921; 1922; 1923; 1930; 1931 e 1936
Mudança das opiniões dos jornais	2	1937
Comportamento inadequado aos padrões sociais – Brigas nas ruas	1	1920

De acordo com a tabela 02, podemos perceber que a década de 1920 do século XX foi marcada pela intensificação da circulação de jornais sobre as questões proibitivas, buscando enfatizar as normatizações sociais previstas no código penal, principalmente, o de 1890 e, especialmente, os artigos onde estabeleciam normas e condutas que preconizavam as formas que os cidadãos brasileiros tinham que se comportar socialmente.

#### 4.2 O QUE É UM CANDOMBLÉ? O ARUCHACHÂ, QUE RELAMPUÊ, MINHA SANTA BARBARA HÁ DE ME “VALÊ”: REPRESSÃO À CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALVADOR NAS PRIMEIRAS TRÊS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

De acordo com as fontes estudadas nesta pesquisa, percebemos que entre os anos de 1920 a 1930 os jornais analisados passaram a produzir variadas matérias que criminalizavam pessoas associadas ao candomblé pela feitiçaria, bruxaria, falsa medicina e o curandeirismo. Estes discursos contidos nos periódicos tinham a intenção de despertar nos órgãos de fiscalização intensificação das inspeções aos terreiros e alimentar a rejeição social as práticas relacionadas às culturas de matrizes africanas. Em seguida, compreendemos que estas reportagens vinham carregadas de termos que instigavam a ação da polícia,

principalmente quando tentavam persuadir a população apresentando as narrativas afirmavam que estava havendo falta de compromisso destes profissionais na inspeção a lugares que praticavam o candomblé.

Nesses antros de feitiçaria, dispersos pela cidade, ocorrem cenas monstruosas, impressionantes, não raro vitimando os imprudentes que se prestam às bruxarias. A policia ignora e fecha os olhos propositalmente [...]  
Uma campanha cerrada de imprensa levou a policia a perseguir os ‘candoblés’...  
(Jornal A Tarde, 29/05/1923)

A reportagem do *A Tarde* demonstra a intencionalidade do discurso do periódico, apresentando insatisfação em observar na cidade práticas relacionadas ao candomblé, exigindo providência da polícia e incita a população a cobrar mais afincado das autoridades na repressão às religiões de matrizes africanas, além de passar ao seu leitor o papel da imprensa de denunciar e pressionar a ação dos policiais na perseguição aos terreiros.

Outro ponto ao analisar a tabela 02, foi à constatação que nos anos de 1920 aumentou o número de reportagens denunciadoras contra a cultura negra. Isso porque, neste período, notamos também uma intensificação dos discursos raciais que buscaram justificar a inferiorização da cultura e costumes negros na sociedade brasileira. Isto, baseado nas teorias racialistas que colocaram o branco como raça ideal, seus costumes como modelo de civilidade e criou estereótipos que colocou o negro na condição de personificação do retrocesso social, como afirma Lühning (1996):

É exatamente nos anos de 20 e 30 que vigora e começa a culminar uma linha ideológica na verdade já existente em publicações de diversos autores baianos  
– Baseada na suposta diferença entre raças e, conseqüentemente, na sua influencia sobre o chamado avanço e atraso cultural (LÜHNING, 1996, p. 205).

As notícias denunciadoras<sup>44</sup> trataram ainda dos batuques, os jornais elaboravam narrativas que demonstravam a insatisfação com os toques que, segundo os discursos dos seus jornalistas, causavam incômodo por conta dos “barulhos” que soavam dos instrumentos percussivos, palmas e cânticos utilizados nas práticas religiosas de matriz africana. Mas, a partir das análises realizadas até aqui, o que parecia ser incomodativo para os jornalistas seria o fato de ainda haver pessoas e culturas negras numa cidade que , pretendia se adequar aos modos de civilização e urbanização propostos pelas principais cidades europeias.

<sup>44</sup> É classificado nesta pesquisa as matérias dos periódicos como “notícias denunciadoras”, isto porque, compreendemos que a intenção das narrativas contidas nos discursos dos jornais era de denunciar os locais que estavam havendo cerimônias associadas ao candomblé e as pessoas que praticavam-o

Na matéria do Jornal *A Manhã*, (1920, p. 1) circulado no dia 20 de maio de 1920, intitulada *O que é um candomblé*, o articulista inicia a escrita chamando a atenção para “à noite” que “estava esplêndida de serenidade”; “claras e trêmulas as estrelas fulguravam no espaço”, desta forma, usando uma linguagem quase poética, o jornalista pretendia prender o seu leitor a sua escrita. Depois, apresenta a quantidade de pessoas que se faziam presentes na cerimônia, intensificado no discurso a tonalidade da cor da pele dos participantes, mencionando que havia “umas cinco dúzias de pêssoas, principalmente gente de côr”, logo, percebemos que o jornalista estava se referindo a homens e mulheres negros e negras presentes no local.

A notícia traduz o pensamento de intelectuais, pessoas letradas pertencentes às camadas dominantes e da própria sociedade da época é necessário salientar que quando o articulista descreve a cor da pele dos envolvidos no candomblé, ele destina a sua escrita aos blocos hegemônicos que detinham privilégios econômicos, sociais e intelectuais. Muitas das narrativas estavam alinhadas com os discursos elitistas, invertidos de um olhar, marcadamente preconceituoso e racista, explícito na reportagem, quando o jornalista chama a atenção que o local estava repleto de “gente de côr”, referenciando pessoas negras presentes na cerimônia. Afirmam que se tratavam de práticas de “idolatrás da religião marcada pelo fetichismo”, com isso, alimentavam também, as ideias de inferiorização do negro na sociedade, associando-o ao mal, ao feitiço, ao trágico e sua crença representante do atraso e do antagonismo social.

Segundo Schwarcz (2010), essas matérias fortalecem as concepções apresentadas da sociedade letrada da Bahia da década de 1920, influenciados por discursos raciais e pelos “programas eugênicos de depuração”. Os intelectuais baianos estavam entusiasmados pelas teorias que defendiam uma espécie de melhoramento da sociedade pela genética e pelo descarte de tudo aquilo que era indesejado socialmente. Deste modo, o discurso contido na reportagem do jornal *A manhã*, de 20 de maio de 1920, traduzia o pensamento, não somente do jornalista, mas também, de uma sociedade que almejava excluir da sua estrutura social os negros e sua cultura, compreendidos como bestiais, bárbaros, incivilizados, sujos e indolentes. A Salvador da década de 1920 queria, não apenas, modernizar-se estruturalmente e urbanisticamente, como também tirar das ruas e da sua composição social, tudo aquilo que representasse o negro e seus costumes. Abaixo, segue a reportagem:

### O QUE É UM CANDOMBLÉ

A noite estava esplêndida de serenidade. Claras e trêmulas as estrelas fulguravam no espaço. No terreiro, onde umas cinco dúzias de pessoas se achavam reunidas, principalmente gente de côr, idólatras da religião macabra do fetichismo, os "atabaques" ressoavam surdamente, dentro da noite. Fazia frio e a "canôa" policial, à tocaia, aguardava o momento preciso para seguir o cerco. Ouvia-se perfeitamente a rouquenha e lamuriosa cantoria:

O Arusha ChãQue  
relampuê  
Minha Santa BarbaraQue  
relampoá!  
Isso era repetido ao som dos "tabaques", que não cessavam de tocar, e do chiado do "agugô"...<sup>45</sup>

A matéria apresentada demonstra os anseios de uma sociedade que desejava incessantemente se livrar das práticas associadas à população negra na cidade, fortalecer o pensamento racista de extinguir a cultura afro-brasileira da capital baiana e apresentar notícias que alimentassem a rejeição social ao negro. Para Braga (1995, p. 23) associar às práticas religiosas de matrizes africanas à feitiçaria, ao curandeirismo e à falsa medicina faria com que a sociedade criasse repulsa a estes tipos de manifestações sociais, além de denunciar às autoridades ações compreendidas como ilegais de acordo com o Código de 1890, que no seu artigo 156 proibia o exercício ilegal da medicina e no parágrafo 157, impedia as práticas do espiritismo, a magia e seus sortilégios, sendo esse último, constantemente utilizado para associar o candomblé ao "fetichismo".

Em outra matéria, agora do dia 10 de janeiro de 1929, o *A Tarde* apresentou o Estado da Bahia como sinônimo de desenvolvimento e modernidade, fez vários elogios à educação afirmando que nesta terra havia vários centros educacionais, escolas superiores e universidade, porém, contrastava com a realidade encontrada pelo jornalista, pois estes afirmavam que mesmo havendo incontáveis "colégios e um sem número de escolas primárias, reunidas ou isoladas, a Bahia possui ainda um grande coeficiente de analfabetos"<sup>46</sup>. O jornalista faz questão de criar em seu discurso um pensamento divergente e contraditório na sociedade, possibilitando o leitor a se influenciar com seus argumentos, que inferiorizam as práticas culturais de matrizes africanas, construindo no imaginário coletivo a ideia de um costume religioso atrasado e representante do antagonismo social. Isso porque, atingindo as religiões de matrizes africanas como destoante do que seria moderno e "alfabetizado", associaria as práticas da população negra como primitiva e,

---

<sup>45</sup> Jornal A Manhã, 20/5/1920, p. 1, Hemeroteca Digital brasileira. Disponível em <<http://memoria.bn.br>> Acessado em 23/6/2021.

<sup>46</sup> Diário da Bahia, 10/01/1920 – BPEBA.

consequentemente, colocava o negro na mesma posição, como indolente, ignorante e praticante de tradições que não correspondiam com o desenvolvimento e a civilidade.

Nas baixas esferas do fetichismo – A Bahia, apesar de seu grau de cultura geral, é uma cidade cheia de ‘mucambos e candomblés’.

O baixo espiritismo vai fazendo cada dia maior número de vítimas. Nenhuma cidade do Brasil possui tantos costumes reprováveis como a Bahia. Apesar de ser um dos maiores centros da cultura nacional, uma verdadeira cidade universitária, possuindo várias escolas superiores, gymnasio, Escola Normal e sem números de escolas primárias ainda um grande coeficiente de analfabetos, milhares de pessoas entregues à ignorância e a todas as consequências desse estado de cegueira mental. Temos em primeiro lugar, assinalar os prejuízos causados pela exploração torpe do baixo espiritismo. São práticas fetichistas...<sup>47</sup>

Quando esta reportagem se refere à “Bahia”, entende-se que se trata da capital baiana. Constantemente os jornais chamavam o candomblé de “baixo espiritismo”, mencionando isto, os articulistas pretendiam colocar as religiões afro-brasileiras numa posição inferior ao espiritismo. Ao inferiorizar o candomblé em comparação com o espiritismo, pretendiam criar no imaginário coletivo, a diminuição das práticas que diferenciam a cultura da população negra a uma religião originariamente europeia.

De certo modo, a coação ao espiritismo comparado à repressão aos terreiros de candomblé tendia a ser mais amena na década de 1920, isso porque, usando a terminologia de Bourdieu (1982), o espiritismo se constituiu, neste momento histórico, como uma “religião da fração dominada das classes dominantes”. Isso é decisivo para se compreender a valorização do espiritismo pelos grupos bem-conceituados socialmente e a rejeição do candomblé por parcela significativa desse mesmo grupo, principalmente na Bahia, que grande parcela social lutava a todo custo para se reafirmar pelos valores europeus de civilidade.

Além disso, o Espiritismo religioso diferente das religiões de matrizes africanas não conquistou apenas o perfil de sujeitos intrínsecos às camadas subalternizadas da sociedade. A elite social, referendada nos profissionais renomados, intelectuais e a camada dominante se simpatizaram muito mais pelo espiritismo e rejeitaram as práticas culturais do negro e seus costumes. Talvez aqui, esteja à diferença entre os participantes desses setores religiosos, entendemos que nas casas de culto de matriz africana, majoritariamente se encontravam homens e mulheres pobres, negros, de camadas sociais inferiores, apesar de se haver também, claro que em menor número, pessoas influentes na sociedade, como

---

<sup>47</sup> Ibidem

por exemplo, profissionais liberais, funcionários públicos, dentre outros. O espiritismo chamou a atenção dos grupos letrados e, conseqüentemente, estes estavam localizados em uma posição de privilégio social.

A matéria continua chamando o candomblé de “fetichismo” e “magia negra”, com a intenção de manipular a opinião pública estabelecendo vínculos desta religião com a feitiçaria e, por fim, desqualifica os praticantes, demonizando sua prática religiosa, fazendo isso, construiria no imaginário coletivo aversão e ojeriza à cultura afro-brasileira:

[...] fetichismo associado aos processos deturpados do espiritismo e da magia negra. A imprensa, já por diversas vezes, tem escripto essas sessões de satanismo ou praticas diabólicas. O que admira é a convicção de que as ‘victimas’ ficam possuídas de que trazem no corpo o espirito de um caboclo endiabrado [...]<sup>48</sup>

O jornalista finaliza a reportagem exigindo uma ação policial mais rígida e aconselhando um embate mais firme contra os terreiros, advertindo que a polícia de costumes deve organizar patrulhas a fim de surpreender esses antros de perdição chamados candomblé. A imprensa utilizava a expressão “antro”, constantemente, para se referir aos candomblés, isso porque, levaria os seus leitores a assimilar uma construção negativa aos espaços de religiosidade afro brasileiros, demonstrando que se tratavam de locais inóspitos e abrigo de degenerados. Posterior, usa outros termos que adjetivam as religiões de matrizes africanas como maléficas e exploradoras da fé alheia, sentenciando-as como ambientes de “feitiçaria”, “bruxaria” e seus líderes como aproveitadores das “vítimas inocentes”. Exemplo disto, encontramos na notícia do jornal *A Tarde*, datada de 29 de maio de 1923, a menção que os “pais-de-santo” se valiam de uma estratégia denominando os lugares de práticas originárias da cultura africana de “centros espíritas” para enganar as autoridades, mas, conclui a matéria afirmando que naqueles recintos praticavam a “feitiçaria”

Nesses antros de feitiçaria, dispersos pela cidade, onde ocorrem cenas monstruosas, impressionantes, não raro vitimando os imprudentes que se prestam a bruxaria.

A polícia ignora ou fecha os olhos propositalmente.

A indústria prospera e os “pais-de-santo”, falsos “médiuns” multiplicam-se, levando vida farta à custa das suas pobres vítimas, cegas pela ignorância ou temor supersticioso.

Estes não se atrapalham para fugir ao cerco, utiliza-se de um ‘truc’: - reabriram, não mais como ‘candomblé’, e sim como centros espíritas, forjando estatutos e fazendo-os registrar, procurando acobertar-se no parágrafo constitucional que assegura o livre exercício de todas as religiões (A TARDE, 1923, p.01).

Quando os periódicos apresentam discursos que afirmavam que nos terreiros de candomblé havia prática de feitiçaria, quer provocar na sociedade a motivação para exigir do poder público a fiscalização e o embate às religiões de matrizes africanas, com isso, as autoridades estimulariam os policiais a executar diligências com a finalidade de reprimir os praticantes e em alguns casos, conduzi-los a delegacia, apreendendo objetos utilizados nas cerimônias e oprimindo os participantes desta religião. A prática descrita pode ser observada na matéria a seguir:

A polícia vai de quando em quando contra os fetichistas, recolhendo-os ao xadrez e apreendendo todos os utensílios de candomblé.  
Cessada, porém, a vigilância da polícia, eles voltam com mais ardor, fazendo 'despachos' por todas as encruzilhadas, imolando animaes e offerencendi em holocausto aos seus ídolos, ao som dos atabaques (A TARDE, 1932, p. 01)

As notícias de cunhos denunciantes valorizavam sempre as ações policiais, mas em alguns momentos, criticam a lentidão e o desleixo dos agentes em não serem precisos e constantes com as incursões contra os candomblés. Outro ponto, a estimulação a sociedade que cobrasse melhores posturas por parte destas autoridades. Como observado, o que realmente os articulistas desejavam era provocar na população e nos órgãos fiscalizadores a aversão às práticas que associavam à população negra e sua cultura.

Podemos compreender que a repressão ao candomblé simbolizava na verdade, a rejeição ao negro, aos seus costumes e a sua presença em uma sociedade que não aceitava qualquer forma cultural que referenciasse a população afro-brasileira. Os hábitos e costumes associados ao africano na capital baiana simbolizavam a degeneração social e o retrocesso. Por conta disto, as narrativas da imprensa vinham alinhadas ao desejo da sociedade de aniquilar, não somente o candomblé, e sim também, tudo aquilo que remetesse à África e aos seus descendentes.

A sociedade baiana queria apagar qualquer traço que tivesse relação com a raça negra, vista como atrasada pelos teóricos que se debruçaram a estudar e defender a hierarquização racial, desprezadas pelas camadas elitistas brancas da cidade de Salvador. Deste modo, se utilizavam de instrumentos ideológicos, a exemplo da imprensa e repressões, materializados pelas invasões aos terreiros por parte dos órgãos policiais, estimulados por discursos que inferiorizam as pessoas de cor, configurando-se numa forma de perseguição aos costumes de uma população.

---

<sup>48</sup> Diário da Bahia, 10/01/1920 – BPEBA

As autoridades constantemente criavam meios de legitimar as batidas ou cercos policiais. Começaram a associar às práticas das pessoas inseridas nas religiões de matrizes africanas, à feitiçaria, ao curandeirismo e a falsa medicina. Os jornais foram de extrema importância neste plano elitista e etnocêntrico, pois, apresentavam notícias que qualificavam os praticantes do candomblé como feiticeiros e criavam no imaginário popular todo tipo de inferiorização do negro e sua cultura religiosa.

Para Sodré (2010) a feitiçaria já era prática debatida e indesejada na sociedade desde o Brasil colônia, sendo praticada por negros e negras, pobres e escravizadas, consideradas como feiticeiras que traziam em suas práticas, simbólicos que remetiam a África e ao africano. Portanto, quando percebemos a constância da palavra “feitiçaria” sendo associada ao candomblé nos discursos dos jornais, entendemos que foi uma estratégia criada pela imprensa para alimentar a negação e rejeição social ao negro e sua cultura.

Observamos esta conduta por parte da imprensa na matéria do *A Tarde* de janeiro de 1923, quando inicia a narrativa citando uma diligência autorizada pelo delegado Pedro Godilho, que teria formado uma incursão para prender o Manoel Doré, produzindo um discurso que provocaria na imaginação do leitor a ideia de um terrível homem perigoso e feiticeiro:

O delegado Godilho autorizou, então, uma diligência, que teve melhor êxito. Manoel Doré, o perigoso feiticeiro, foi apanhado em flagrante quando praticava uma bruxaria, para 5 mulheres que haviam procurado (A TARDE, 1923 p.2)

Quando o jornalista menciona *uma bruxaria para 5 mulheres*, é remetido à prática de cura por meio dos elementos que simbolizavam o candomblé. Premeditando a associação da sociedade e as autoridades que naquele local estava acontecendo o uso ilegal da medicina. Da mesma forma que na reportagem de *A Tarde* de 04 de outubro de 1921, intitulada “*A última façanha do feiticeiro*”, encontramos mais uma denúncia, desta vez, contra o Severiano de Abreu por ter se envolvido na tentativa de curar uma menor de aproximadamente 15 anos, teve o seu nome estampando nesta notícia e enquadrado pelas autoridades policiais:

[...] Transformada a sua choupana em oráculo, os ignorantes a procuram, na certeza de lenitivos senão de realizações efectivas, enquanto o velho explorador se vai enchendo de dinheiro, da sua ignorância dominando, se não bancam a educação e a civilização de quantos entendidos e letrados o procuram. O último caso da atualidade criminosa de “Jubiabá”, foi verificado, ontem, pela nossa reportagem, sempre solícita no combate aos malefícios que o “Mestre Severiano” e sua pandilha vão realizando.

Em Barra do Rio de Contas há uma pobre moçoila, com cerca de 15 anos, por infelicidade surda e muda.  
Sua família achando-a doente das faculdades da inteligência resolveu-se a trazê-la para um tratamento nesta capital [...] (A TARDE, 1921, p. 01)

Segundo Braga (1995, p. 95) o Severiano de Abreu foi “um dos pais de santo mais famoso, da mesma forma, mais perseguido pelas notícias da imprensa e combatido pela polícia baiana no início da década de 1920”, isso porque, as práticas de cura elaboradas por este Babalorixá estavam sendo sempre associada ao curandeirismo e a falsa medicina.

Em outra matéria elaborada pelo *A Tarde*, com o título, “Jubiabá em maus lençóis”, o jornal responsabiliza o Severiano de Abreu pela morte de uma senhora chamada Philomena Morano. O jornalista afirmava que esta senhora teria sido envenenada na casa de Severiano, enquanto estava sob cuidados de determinada moléstia.

Há dois dias, porém, o subdelegado da Cruz do Cosme teve denunciais de que, há quatro meses, falecera misteriosamente, na “casa de saúde” de Severiano, uma mulher que ali se tratava.  
Tratou de indagar o que de verdade havia sobre o caso, obtendo o atestado de óbito da vítima, o que leva a se supor que a pobre mulher foi envenenada, com as drogas misturadas pelo feiticeiro [...]<sup>49</sup>

Tratar problemas corporais ou espirituais utilizando elementos da natureza ou símbolos ritualísticos é uma tradição intrínseca e pertencente a várias etnias originárias do continente africano. Ao chegar ao novo mundo, ou melhor, quando os negros trazidos de forma forçada para as terras brasileiras na condição de escravizados perceberam que neste território havia uma diversidade de elementos terapêuticos naturais, compreenderam que estavam diante de um terreno fecundo para as suas práticas tradicionais que envolvem o tratamento medicinal com a utilização de ervas, sementes, raízes, entres outros para livrar determinadas pessoas de certas doenças. Além disso, o contato com os povos indígenas nativos, suas práticas de cura e suas tradições, fez com que houvesse um encontro de saberes tradicionais que foram assimilados mutuamente e ressignificados devido à troca de conhecimentos entre estas duas culturas (APPIAH, 1997).

Porém, estas práticas terapêuticas não foram bem aceitas pela maioria dos intelectuais e pela sociedade que condenava e rejeitava constantemente essas medidas de tratamento do corpo. Por conta disto, a imprensa e a comunidade letrada fomentou uma campanha acirrada que criminalizava a medicina alternativa associada à cultura negra e indígena, remetendo-as a feitiçaria, ao curandeirismo e ao uso ilegal da medicina, instigando setores que fiscalizavam a “Saúde Pública” a solicitar a intervenção policial aos costumes que referenciassem aos povos tradicionais, tanto africanos, quanto indígenas.

Um exemplo disto está na reportagem do jornal *A Tarde* abaixo:

#### **OS ETERNOS EXPLORADORES DA BOA-FÉ POPULAR**

A Saúde Pública vai agir rigorosamente contra a perigosa extirpe dos curandeiros, cartomantes, advinhos, etc.

Ha muito tempo, a Directoria de Assistencia Publica, uma attitude louvável, vem se empenhando no combate ao charlatanismo, magia negra e baixo espiritismo, combate que tem encontrado o mais decidido apoio por parte do dr. Barros Barreto, secretario de Saude Publica” (A TARDE, 1930, p. 01).

Quando as notícias apresentavam termos, como por exemplo, “exploradores”, tinham a intenção de construir no imaginário popular a crença que nos candomblés as pessoas poderiam encontrar todo tipo de exploração, desde a fé, até valores econômicos, fazendo isto, alimentariam nas concepções dos sujeitos que os terreiros eram espaços “perigosos” e abrigo de charlatães, cartomantes e adivinho.

Os discursos elaborados pela imprensa não eram vazios e inocentes. Tratavam-se de narrativas capciosas que serviam para construir pensamentos negativos contra as práticas de cunho afro-brasileiro. Os discursos tinham o objetivo de estimular as autoridades a combater quaisquer práticas coibidas pelo artigo 157 Código Penal de 1890 que tratava da proibição do “espiritismo, da magia e seus sortilégios, do uso de talismã e , cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor e inculcar curas, fascinando a credulidade pública” (SOUZA JUNIOR, 2018, p.37).

As reportagens pretendiam persuadir a sociedade e autoridades a observar que nestes espaços praticavam a cura mediante ao uso de técnicas compreendidas como ilegais, e que havia usos de métodos terapêuticos não recomendados pelos órgãos responsáveis pela saúde pública, considerados pelos segmentos acadêmicos como procedimentos alternativos, não convencionais e falsos, sendo avaliados juridicamente, como crimes, além de ser vistos pelos médicos e estudantes de medicina das escolas formais como ignorância e atraso social.

Desta forma, os jornais faziam uma série de reportagens com o objetivo de despertar nos membros dos departamentos fiscalizadores verificações mais rigorosas aos candomblés da cidade e estimular a sociedade acadêmica a cobrar a intensificação destas inspeções. Além de incentivar com suas notícias as incursões policiais e ainda incitava a rejeição às crenças e costumes da população negra na sociedade baiana.

Para Lühning (1996), o que a comunidade letrada rejeitava e os jornais alimentavam seriam as práticas ligadas aos costumes da população negra, principalmente os

métodos de tratamento de doenças com utilização de ervas, infusões, plantas e seus derivados como fins medicamentosos. Havia uma resistência aos meios de cura que não tivessem uma prescrição receituário promovida por médicos habilitados e outorgados pelas faculdades de medicina da Bahia e/ou do Brasil, sendo assim, as pessoas que fizessem uso destas práticas estariam propícias responder pelos seus atos perante a lei.

O que se critica, na verdade, é o uso de folhas medicinais e seus diversos efeitos, que são aproveitados para fins também rituais. Na época aqui abordada, entre 1920 e 1930, muitas pessoas foram enquadradas no código penal por atenderem aos necessitados do corpo e da alma num grande consultório e acusadas de infringirem o código sanitário. Consequentemente a Saúde Pública iniciou o combate aos eternos exploradores da boa fé pública e a perigosa estirpe dos curandeiros, cartomantes e adivinhos (LÜHNING, 1996, p. 200)

Portanto, o que estavam sendo rejeitados seriam os costumes que representavam a cultura negra ou indígena na sociedade. No inconsciente coletivo havia um padrão social perfeito que merecia ser copiado e praticado, haja vista, que este modo de vida idealizado pela sociedade baiana nas três primeiras décadas do século XX não eram os hábitos dos índios, tampouco dos africanos, e sim, tudo aquilo que simboliza a cultura europeia, compreendida na época, como apogeu cultural do mundo civilizado.

Há dias, o delegado Hannequim Dantas vinha recebendo queixas contra o espirita Severiano Costa, conhecido por Jubiaba, que infringindo o Código Sanitário, exercia a medicina, dando consulta a pessoas que o procuravam á Cruz do Cosme (JORNAL A TARDE, 1931, p. 10)

No trecho da reportagem verificamos novamente a presença do Severiano Manoel de Abreu, nesta notícia ele vem com o sobrenome “Costa”, mas observamos que se tratava do mesmo Babalorixá citado em outros momentos por conta da menção ao “Jubiaba”, e chamando-o de “Severiano Costa” poderia ser um equívoco do jornalista, mas o que nos interessa realmente é a nota chamando a atenção do “Código Sanitário”.

Quando a matéria faz referência ao código sanitário quer despertar os membros da Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública criada em 1925 pelo então governador do Estado da Bahia Francisco Góes Calmon, por meio da Lei nº 1.811, de 29 de julho de 1925, emergindo no cenário baiano formalmente como um órgão essencialmente técnico e responsável por todos os serviços de saúde pública no estado da Bahia (BRASIL, 1925). Calmon deu um passo importante em direção à unificação dos serviços de saúde na Bahia

ao substituir a Diretoria de Higiene e Assistência Municipal e o Serviço Federal de Saneamento (encarregado da profilaxia da lepra e de doenças venéreas, da higiene infantil, da Liga Antituberculose e de fiscalizar as ações da Fundação Rockefeller) pela Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública Souza (2011).

Deste modo, qualquer questão que no entendimento dos jornalistas, ameaçasse a saúde das pessoas, era necessário elaborar matérias que viessem denunciar a prática, e também, os indivíduos que cometessem tivessem cometendo o suposto ato delitivo, pois estariam descumprindo o artigo 257 do Código Penal de 1890 e colocando a saúde dos indivíduos em iminente risco. Estas justificativas alicerçadas pelos códigos de posturas e pelas medidas de controles sociais elaboradas pelo Estado serviam para fundamentar as perseguições aos costumes da população negra na cidade de Salvador. Nos discursos apresentados pela imprensa baiana, a principal intenção seria denunciar aos órgãos fiscalizadores e polícia tudo aquilo que correlaciona se com a cultura afro-brasileira (BRASIL, 1890).

Quando os jornalistas escreviam as matérias que denunciavam as práticas de cura das religiões de matrizes africanas, condicionando-as ao exercício ilegal da medicina, bem como, acusavam as pessoas que detinham estas técnicas terapêuticas de “curandeiros, enganadores da credulidade, ignorantes e selvagens”, faziam isto sabendo que provaria nos fiscais da saúde a necessidade do cumprimento do dever em inspecionar condutas que ameaçassem a higiene pública e estimularia na polícia a obrigação de reprimir, coibir e conduzir para a delegacia os causadores destes atos.

A próxima reportagem se trata de uma notícia veiculada pelo jornal *Diário da Bahia*, de 17 de novembro de 1920, nela encontramos o desejo de afastar da sociedade qualquer método de cura que não fosse elaborado pela égide da medicina letrada, além disto, nesta nota, o Diário da Bahia tenta fortalecer o desprezo às práticas associadas às religiões de matrizes africanas, quando em seu discurso, o jornalista descreve a sensação de *vergonha* em se deparar com hábitos não convencionais de tratamento de doenças, na capital baiana.

A ideia de vergonha pode ser compreendida como uma estratégia do articulista para construir no interior das pessoas um sentimento de constrangimento em se deparar com posturas, vistas pela matéria, como inadequadas e alimentaria na sociedade a aversão e rejeição aos hábitos que ligasse à cultura negra.

### **GRAVISSIMO, PELA SAUDE PUBLICA.**

Factos da ordem dos que vamos nos ocupar, verificados em plena capital, ás escancaradas já não escandalisam nem deprimem, porque nos reduzem á triste condição de selvagens. Trata se do exercício illegal da medicina, senão curanderia rotulada e commercio illicito com prejuizo do fisco e das pharmacias legalizadas. Houvesse fiscalização ou melhor cumprimento de deveres por parte daquelles cujas funcções remuneradas a tanto obrigam, e nos não envergonhariam aos olhos dos civilizados denuncias como taes [...] (DIARIO DA BAHIA, 1910, p. 01)

O jornalista demonstra a insatisfação com a medicina alternativa logo no título da reportagem, dando a entender que a sociedade estava diante de algo que traria um grave dano à saúde pública. Depois, cobra do poder público uma fiscalização com mais afinco as práticas de “curandeirismo” e a “falsa medicina” e ainda menciona que estas posturas eram contumazes na sociedade e deveriam ser combatidas, pois estavam sendo feitas em qualquer lugar, aos olhos do público e próximas a um “posto policial”, isso despertaria no seu leitor a iniciativa de cobrar dos policiais providências e mais responsabilidade com a profissão.

Para a sociedade elitista e a comunidade médica acadêmica estes métodos profiláticos e terapêuticos que utilizavam técnicas e saberes africanos e indígenas de cura, eram considerados "primitivos" e “selvagens”. Os jornais sabendo que aumentaria a insatisfação da opinião pública a estas práticas, traziam em suas reportagens sempre termos que depreciavam, inferiorizam e desqualificaram o uso deste tipo de medicina alternativa e, com isto, estimula o descontentamento da população e faria com que, as pessoas insatisfeitas cobrassem das autoridades a extinção de práticas, entendidas como incivilizadas, do núcleo social.

A reportagem continua transmitindo com riqueza de detalhes o local exato da prática e a pessoa que estava cometendo, insinua que seria um “pseudo médico” / falso médico, que teria um “consultório” em outras regiões da cidade:

[...] No Canto da Cruz, num casebre, junto ao posto policial, n. 37, quem quer que passe em veículos da Municipal, ha de ver um pseudo medico a despachar incautos e ignorantes, injectando e operando de janella aberta, tendo em uma mesa redonda drogas, cálices graduados, pillulador e grâes que servem à sua larga clinica, sem dúvida caríssima.

Ao que nos informam esse espertalhão teve há tempos pharmacia naquellas imediações, mas como a Bahia é boa terra resolveu fechar a e estabelecer-se clandestinamente, embora junto a uma estação policial. De fato identico, talvez mais grave, terão as autoridades um exemplo completo em uma pseudo pharmaceutica, curandeira, espírita e parteira, semi masculina, a qual corrida de Periperi, abriu portas na Villa Rocha, Massaranduba, em Itapagipe, denominando, é incrível, mas é verdade, a sua exploração de Pharmacia Fé [...] (DIARIO DA BAHIA, 1910, p. 01)

A exigência por parte dos periódicos em reivindicar o combate a métodos não convencionais de tratamentos a doenças corroboram com as disputas envolvendo terapeutas populares, médicos e farmacêuticos, estes últimos, ancorados no cientificismo, pretendiam consolidar a exclusividade do saber médico-acadêmico sobre os cuidados com o corpo em detrimento de outros conhecimentos. Essas disputas que acompanharam o desenvolvimento das escolas de Medicina no país, cujos formandos desejosos de garantir a reserva de mercado no tratamento de doenças e venda de medicamentos, cobravam dos governantes o combate aos curandeiros, homeopatas, parteiras, boticários, entre outros.

No último trecho da reportagem o jornalista trata de uma senhora, conhecida por “doutora” e, “auxiliada por um cidadão” que, de acordo com a notícia, poderia ter conhecimentos acadêmicos, em seu discurso, o articulista denuncia estas pessoas por vender receitas fora de um consultório médico oficializado e certificado pelos órgãos responsáveis por conceder permissões a estas práticas. Denunciando o uso ilegal da medicina e tratamento de doenças em lugares não permitidos, feita por pessoas não autorizadas.

Esta senhora, conhecida por doutora, vendia, receitava e dava consultas, auxiliada, ao que sabemos, por um cidadão que se diz acadêmico de medicina, a princípio publicamente e de pouco tempo a esta parte de portas cerradas, o que, aliás, em nada diminui o seu comércio e práticas duplamente lesivas e criminosas. Basta por hoje. Ficamos à espera das providências que a Saúde Pública e o executivo fiscal estão no dever de tomar imediatamente, sem o que voltaremos ao assunto apurando responsabilidades (JORNAL DIÁRIO DA BAHIA, 1920, p. 1).

Seria viável entendermos que, mesmo havendo punição aos praticantes de medicina alternativa, estes não poderiam abrir mão do seu ofício. Esta poderia ser a única maneira de assegurar a manutenção da sua família, conseguindo por meio de práticas inadequadas aos olhos da sociedade e crime diante da justiça, uma fonte de renda para o seu sustento. A compra de medicamentos alternativos seria, em muitos casos, a única chance de sobrevivência de pessoas que estavam inseridas em um contexto social de extrema pobreza e sua realidade financeira as impossibilitava de arcar com o valor de uma consulta num consultório convencional, encontrando nas ruas a cura dos seus males comum preço, supostamente mais acessível.

Para Rosário (2019), as religiões de matrizes africanas e os conhecedores das tradições terapêuticas afro-brasileiras foram de extrema importância para assegurar a sobrevivência através da cura material e espiritual dos habitantes da Salvador republicana, segundo este autor, a capital baiana afastava da assistência a saúde de qualidade uma

grande quantidade de pessoas negras, remanescentes do período escravagista que, por conta da cor da sua pele eram tratadas como inferiores e desafortunadas, com isso, via nos curandeiros e curandeiras a esperança de continuar a viver numa sociedade excludente, separatistas e racista.

Foi neste contexto social que o candomblé e seus adeptos persistiam e incorporavam novos hábitos, adaptando-se e se adequando a uma sociedade que não tinha o interesse de tolerar uma religião de origem africana, engendrada por negros e escravizados que figurava no discurso dos repressores como “herança maldita”, expressão do que havia de mais inferior na sociedade brasileira.

A população afro-brasileira teve que criar meios que viabilizassem sua permanência em um cenário social totalmente desfavorável. Segundo Parés (2006), houve uma tentativa de privação dos negros e mestiços do direito de “ser cidadãos” pela sociedade, sendo marginalizados e excluídos por uma camada social que não faziam questão de propor medidas inclusivas a população de descendência africana na cidade de Salvador. Deste modo, a construção de uma formação de identidade racial e cultural distinta da sociedade compreendida como oficial. Os negros e negras buscaram nos terreiros condições de sociabilização alternativa com o objetivo de sobreviver em um ambiente conflitante e supressor.

Apesar dos ideais de progresso e civilização promovidos pela nova república, a grande maioria negro-mestiça baiana continuou privada da possibilidade de exercer uma cidadania real. A marginalidade social da população de cor reforçou a formação de uma identidade racial e cultural diferenciada e a procura de espaços de sociabilidade alternativos como o Candomblé (PARÉS, 2006, p. 159).

Desta maneira, vivenciando a Salvador das primeiras três décadas do século XX, os praticantes e simpatizantes do candomblé experimentaram de várias maneiras os impactos das pretensões modernizadoras de diferentes grupos. Contudo, longe de serem meras vítimas das ações de tentativa de controle social, eles agiram, vivenciaram e enfrentaram de diferentes formas os desafios impostos por aquele cotidiano da capital baiana.

A população negra não ficou atônita e inerte às perseguições e repressões a sua cultura religiosa e aos seus hábitos cotidianos na capital baiana, todavia, a partir do momento que os negros se sentiram oprimidos, criaram estratégias, elaboraram formas de se desvencilhar dos abusos e agressões físicas e morais praticadas pelas camadas sociais

que não admitiam a presença dos costumes afro-brasileiros em uma sociedade que pretendia se modernizar e se adequar aos padrões civilizatórios europeus.

A presença dos negros nas ruas já causava desconfortos e motivavam a comunidade letrada, os membros da elite e a imprensa a construir discursos contra qualquer prática que referenciasse à população negra, seja as referências voltadas à cultura, seja aos costumes nas ruas de Salvador. As queixas da imprensa estavam pautadas na tentativa do município de reorganizar o espaço urbano, porém era apenas um meio para reclamar das práticas associadas às tradições afro-brasileiras nas regiões da cidade.

Na reportagem do *A Tarde* do dia de 14 de janeiro de 1932 percebemos o desejo do grupo jornalístico em excluir das ruas da cidade de Salvador tudo que denotava a cultura negra. Dessa vez, o alvo das denúncias foi às oferendas, o jornal demonstrava uma preocupação com a higiene urbana e solicitava dos órgãos fiscalizadores melhor atenção a estas condutas que nada tinha a ver com os projetos saneadores. Alegando que seria uma prática que caberia maior fiscalização, tanto da polícia, quanto dos membros da Saúde Pública. O jornalista menciona que os “despachos” feitos com “animaes offerendadaos” nas “encruzilhadas” eram práticas que representavam a volta dos candomblés na cidade.

#### **GUERRA AO CANDOMBLÉ**

A polícia vae de quando em quando contra os feitichistas, recolhendo-os ao xadrez e aprendendo todos os utensílios de candomblé. Cessada, porém, a vigilância da policia, eles voltam com mais ardor, fazendo ‘despachos’ por todas as encruzilhadas, imolando animaes e oferecendo-os em holocausto aos seus ídolos, ao som dos atabaques (A TARDE, 1932, p. 01).

A menção ao retorno dos “candomblés” mesmo após a atuação policial, tinha dois objetivos. O primeiro seria para despertar o ódio das autoridades. A partir do momento que esses profissionais faziam a operação e, posteriormente, os candomblecistas voltavam com as suas práticas colocaria em dúvidas a sua autoridade policial, e isto, atingiria o ego destes profissionais, haja vista, que estariam sendo desrespeitados. E o segundo intento da narrativa desta matéria, seria a construção do pensamento de extermínio aos candomblés, isto é, sentenciaram o término das práticas religiosas afro-brasileiras na cidade, para dá entender, que se os costumes fossem encerrados e depois, “voltassem” a acontecer, é porque haveria uma permissividade de algum setor da sociedade.

Desta forma, provocaria o sentimento de revolta nas pessoas que não comungavam com este tipo de religião e desejavam arduamente a extinção por completadas tradições de matrizes africanas na cidade, causando uma comoção social no intuito de cobrar das

autoridades maior aplicabilidade na repressão policial. O jornalista atingiria tanto o desejo na sociedade de exterminar o candomblé e ainda, provocaria nos órgãos fiscalizadores e repressores o estímulo em intensificar as inspeções e as incursões policiais.

Para Ferreira Filho (1999), a imprensa cumpriu com uma eficaz rede de manipulação das massas ao propagar notícias contendo retóricas que condenavam as pessoas pertencentes ao candomblé de descumprir com as regras sociais, incomodar a sociedade provocando sujeira nas ruas com suas oferendas, tirando a paz social com seus batuques e ameaçando a medicina acadêmica com suas práticas de curas alternativas:

Se as instituições públicas católicas e a mídia jornalística não foram capazes de acabar com o culto a orixás e caboclos, nem de evitar a sua disseminação elas se demonstraram absolutamente eficientes em estigmatizar a livre expressão dessas manifestações religiosas. Veiculando costumeiramente a imagem de que o Candomblé incomodava o silêncio público com o seu "barulho infernal dos batuques", prejudicava a limpeza e a higiene com os seus ebós "porco[s] e degradante[s], praticava o "exercício ilegal de medicina", submetia pessoas a cárcere privado e torturas a "título de tratamento". a imprensa procurava respaldar o argumento dos que temiam o livre exercício da cidadania popular e étnica (FERREIRA FILHO, 1999, p. 251)

A imprensa construía constantemente discursos que desqualificam a imagem das pessoas pertencentes ao candomblé e tentava exigir a extinção por completo das suas práticas, isto porque, percebemos nas posturas dos jornais um alinhamento com o pensamento da elite branca em querer apagar a cultura negra da sociedade. Observamos que a perseguição não seria apenas no que diz respeito à religião do negro, mas também a tudo aquilo que o representava na sociedade.

Este pensamento de banimento aos terreiros está exposto também na notícia do dia 12 de novembro de 1926, onde mostra que após as incursões policiais, os candomblés voltam com seu “barulho infernal” e usa uma analogia para exemplificar o retorno constante destas práticas depois da ação da polícia, chamando o candomblé de “boneco teimoso”, supostamente, o jornalista fazia menção ao “João-bobo”, uma espécie de brinquedo que consiste em um objeto de base arredondada que por mais que seja inclinado tende a permanecer de pé.

O candomblé tanto para os jornais quanto para as autoridades, por mais que fossem invadidos e reprimidos, voltavam com suas práticas nas ruas e encruzilhadas da cidade, assim sendo, podemos perceber que esta expressão cultural afro-brasileira se tornou sinônimo de resistência à opressão policial.

Sendo assim, o que podemos identificar no discurso desta reportagem, como também, em outras analisadas por esta pesquisa, a permanência constante de termos que propuseram a tentativa de eliminar da sociedade quaisquer práticas que conectassem a população negra. Porém, a permanência dos terreiros após as incursões policiais configuraria um desagrado para a imprensa, para as autoridades e para a sociedade baiana.

Portanto, como foi percebido, a perseguição policial as expressões culturais e religiosas na capital baiana seria uma força tarefa impulsionada pelos setores letrados e elitistas e estimulado pelas notícias dos jornais com o objetivo de estimular o pensamento de exclusão dos negros do seio social da cidade de Salvador.

O candomblé é ainda uma instituição na Bahia. Dir-se-ia que ele tem parentesco com esses bonecos teimosos, que não ficam nunca deitados, a não ser se a gente os obrigue, à força. Porque o candomblé tanto que a polícia desvia dele a sua mão repressora, surge, de novo, a acordar os ecos com a bonilheira infernal dos seus ritos nagôs (A TARDE, 1926, p. 02)

A sociedade letrada da capital baiana do início do século XX estava influenciada pelas teorias raciais, e esta, inferiorizava os negros e sua cultura, dessa forma, os jornais de maior circulação na cidade, desejando acompanhar o pensamento desta camada social, construía discursos que alimentavam, não apenas este grupo social, como também, grande parte da sociedade racista e preconceituosa, que desejava constantemente a exclusão do negro da sociedade. Desta forma, compreendemos com os estudos das fontes que nas entrelinhas das narrativas elaboradas pelos jornais havia um viés racista que tentava frequentemente extinguir as práticas afro-brasileiras da Salvador republicana.

#### 4.3 A IMPRENSA COMO PORTA-VOZ DOS INTERESSES DA SOCIEDADE LETRADA: NEM PEDRITO CONSEGUIU CALAR O OGUNJÁ DO MATATU, O CANDOMBLÉ NÃO HÁ DE PARAR

Já vimos que os jornais são importantes veículos de construção de opiniões em torno de determinados fatos. Neles, podemos encontrar narrativas que dinamizam o entendimento da sociedade sobre um acontecimento, uma personalidade, grupos ou comunidades. Sendo assim, os periódicos se constituem como instrumentos de

disseminação de informação, ditando normas e posturas sociais em busca de um modelo de sociedade idealizado por seus redatores e influenciado pela sociedade dominante.

Neste aspecto, observamos que os anos iniciais do século XX foram marcados pela disseminação de ideias construídas por intelectuais, que consideravam os jornais como uma ferramenta privilegiada, em que os leitores poderiam, além de se informar, desenvolver concepções, e também adquirir conhecimentos, mesmo que elaborados a partir de conceitos estabelecidos por aqueles que os escreviam, ou melhor, dos construtores das notícias.

#### A IMPRENSA NA ACTUALIDADE

Que é o jornal senão a força que orienta, doutrina, instrui as sociedades, e as guia, e as melhora, e as eleva? Que é a imprensa senão a machina elaborado progresso, a tribuna das necessidades palpitantes, o echo das iniciativas, senão um corpo de escriptores, de sociologistas, de economistas, de financistas, de moralistas, de technicos, senão um poderoso pensamento, que só a luz simboliza, capaz de transformar as épocas e os destinos? Tivéssemos nós, no Brasil, uma organização de tal ordem, um conjucto de conhecimentos actuando sobre o povo, um poder tão grande exercendo atividade constructora, e não vingaria essa especulação de um mecanismo todo em contrario com a boa doutrina, amigo da força, aleijado na arte, pobre na sinceridade, todo de efeito desconjunctado, e mais perigoso ainda porque lhe sobejam recursos de iludir e não lhe faltam cretinos para a lubrificação da perversidade e para a ganância das subversões (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1920, p.2).

Observando a reportagem do *Jornal de Notícias*, no dia 25 de julho de 1920, podemos notar que o jornalista atribui aos jornais e a imprensa, a responsabilidade e a função de orientar o público, indicar projetos de desenvolvimento para a sociedade e exigir das autoridades as mudanças necessárias para pôr o país em condições de civilidade. Sendo assim, na qualidade de porta-vozes do progresso, articulistas entusiasmados pelos ideais racionalistas e cientificistas reivindicaram para si a incumbência de escrever para a sociedade e pela sociedade. Almejavam ser representantes dos cidadãos das cidades brasileiras e, ao mesmo tempo, instrutores destes, tendo como finalidade, alcançar a modernidade e civilização desejada. Esse encargo pressupunha a obrigação de criticar, formular e orientar as ideias, o que significava, em última instância, formar as consciências.

O início do século XX também foi caracterizado por transformações nas composições dos jornais, que assumiram uma postura mais empresarial, tornando a imprensa diversa em sua forma de atuar, mostrando-se mais técnica e objetiva nos textos, motivando um aprimoramento da produção das suas notícias. Com a virada do século XIX para o XX, os maiores jornais foram impulsionados a criar meios que os aproximassem de

uma perspectiva mais comercial buscando aumentar a sua representação junto aos leitores. Dessa forma, a imprensa investiu em novos equipamentos importados, transformando-se, aos poucos, em empresa, num processo que marca o desenvolvimento desse meio de comunicação no Brasil (SODRÉ, 1983).

Nesse momento histórico houve ainda um avanço nas edições textuais, as matérias vinham carregadas de crônicas, mensagens irônicas sobre determinado assunto, ao passo que, os jornalistas divulgavam suas ideias, ao mesmo tempo em que atraíam novos leitores. As charges, caricaturas, imagens de autoridades e o tom humorístico com que vários temas eram abordados, pretendiam expandir a comunicação, prendendo os seus leitores as reportagens, e ainda, desejavam diversificar o público, atraindo o maior número de pessoas para interagir com suas notícias.

**Figura 06** – 1º Delegado auxiliar Pedro – Gordilho



**Fonte:** Jornal A Hora, (1920, p. 01)

A imagem acima apresenta a figura do delegado Pedrito, como era conhecido o Pedro Gordilho. O combate ao jogo de bicho e ao Candomblé foram os pilares da atuação

deste delegado, sendo, por isto, bastante elogiado e incentivado pelos periódicos soteropolitanos da década de 1920.

Um exemplo da atuação do delegado Pedrito sobre repressão aos candomblés na cidade de Salvador está na reportagem do jornal *A Manhã* (1920). Demonstra também, como essa autoridade policial era enaltecida pela imprensa da capital baiana. Além disso, cita a figura do Procópio Xavier de Souza, conhecido popularmente como Procópio de Ogunjá<sup>50</sup> ou d'Ogum<sup>51</sup>. De acordo com Nei Lopes, sua iniciação<sup>52</sup> na religião afro-brasileira foi feita por mãe Marcolina, uma “famosa Ialorixá<sup>53</sup> do início do século XX”, tornando-se chefe do terreiro Ilê Ogunjá, localizado no Matatu, bairro de Brotas, Salvador-Bahia (LOPES, 2004)

#### **Os Candomblés – Viva Ogunjá**

Era uma vez um candomblé que funcionava no Baixão (Matatú Grande, Brotas) – (A polícia soube delle e, à 1 hora da madrugada, surpreendeu a festança.

E “pae” Procópio não teve santo que lhe valesse.

Ao conhecimento do dr. Pedro Gordilho, o infatigável 1º delegado desta capital, há dias que chegou a notícia:

- No Matatú Grande, todas as noites, “tocam candomblé

O leitor sabe o que significa para um pobre mortal, que quer a custo conciliar o sono, um “candomblé” em plena função?

A polícia – dir-se-ia resolvida, dir-se ia resolvida, nesse ponto, a não dar razões à população á população dessa capital que, não indo à tal praticapratica do fetichismo, não o pode tolerar. [...]

Ora, tanto que teve notícia do “candomblé” do Matatú, do qual é “maior” Procópio de Sousa, o 1º delegado resolveu acabar com elle. E, caladinho, organizou para a madrugada de hontem, á 1 hora do dia, a expedição policial: dois officiaes, três praças de cavallaria, um funcionario, a representação da imprensa, e lhe chegava. [GRIFOS NOSSO] (JORNAL A MANHÃ, 1920, p. 1)

Quando a matéria acima define o delegado Pedrito como “infatigável”, deseja colocá-lo numa posição considerável, como uma personalidade notável, destemida e defensora da moral e dos bons costumes. Depositando nele, a confiança em cumprir, da melhor maneira possível, a missão de coibir as práticas indesejadas por uma elite sedenta em

---

<sup>50</sup> De acordo com a tradição do candomblé Ogunjá seria uma qualidade de Ogum que se aproxima das águas por ser muito próximo a Iemanjá, outra divindade que é cultuada nas águas.

<sup>51</sup> “d’Ogum ou de Ogum” são expressões utilizadas para indicar que determinada pessoa é regida por esse Orixá, que segundo Carneiro (2008, p. 65), seria o Deus do ferro e de todas as ferramentas produzidas por esse metal, é também, o patrono da guerra e protetor dos guerreiros segundo a tradição religiosa afro-brasileira.

<sup>52</sup> Para Verger (1997, p. 32) “a iniciação consiste em suscitar, ou melhor, em ressuscitar no noviço, em certas circunstâncias, aspectos dessa personalidade escondida; aqueles correspondentes à personalidade do ancestral divinizado, presente nele em estado latente (mesmo sendo só em razão dos genes herdados), inibidos e alienados pelas circunstâncias da existência levada por ele até essa data”.

<sup>53</sup> Pessoa do sexo feminino responsável em liderar a casa do candomblé que, para da Costa Lima (2004, p.202) é uma importante personagem nas comunidades que praticam as religiões de matrizes africanas pelas suas relações de poder, o público tanto com interno, quanto, das circunjacentes aos espaços definidos a cultura

afro-brasileira.  
excluir da cidade qualquer costume que referenciasse ao período da escravidão e aos escravizados

A narrativa construída nessa reportagem pretende ainda, fortalecer o sentimento de heroísmo em torno do Pedro Gordilho, colocando-o numa posição privilegiada nas relações de poder na sociedade. Criando no imaginário do seu leitor, a personificação de um delegado disposto a enfrentar, corrigir e conduzir à delegacia pessoas que estivessem cometendo atos desagradáveis para os padrões sociais. Além disso, a imprensa tentava construir a imagem de um Pedrito dedicado à coação das práticas culturais que simbolizavam os afro-brasileiros, um profissional defensor dos costumes aceitos pelos blocos dominantes.

Quando a notícia apresenta o “Matatu Grande” como a localidade exata onde estaria funcionando “um candomblé”, possivelmente, pretendia anunciar o local para outras atuações policiais, e também, expondo o espaço e o lugar, chamaria a atenção da sociedade para a necessidade de denunciar constantemente as atividades no intuito de exigir a ação do poder público contra este tipo de evento. Logo, a partir do momento que as comunidades circunvizinhas tinham conhecimento que naquele lugar “funcionava” um candomblé, poderia haver mais reclamações e, dessa forma, intensificar as ações da polícia (A MANHÃ, 1920).

A reportagem afirma que “todas as noites, “tocam candomblé”, isso para elevar a tensão entre a sociedade e as casas de tração religiosa afro-brasileira. A partir do momento que o jornal apresenta informações desse tipo, imediatamente induz o seu público alvo a pensar numa religião incomodativa, que retira o sossego das pessoas e provoca o descontentamento social. Quando o articulista questiona se “o leitor sabe o que significa para um pobre mortal, que quer a custo conciliar o sono, um candomblé em plena função” estimula quem está lendo a criar uma rejeição às práticas que referenciam a tradição religiosa africana no Brasil, alegando perturbação e barulho (A MANHÃ, 1920, p. 1).

Em outra notícia do *A Tarde* de 11 de junho de 1935, 15 anos após o fato envolvendo o pai Procópio de Ogunjá, citando o título “Pequenos factos policiaes batucadas infernais!”, apresenta outra denúncia sobre os infortúnios causados pelos “batuques” e aponta também a necessidade da polícia tomar partido acerca do fato.

#### **PEQUENOS FACTOS POLICIAES BATUCADAS INFERNALS!**

O Matatú Pequeno, actualmente, está repleto de candomblés. Os infernaes “batuques” muito têm incomodado as famílias ali residentes, motivo porque a policia devia tomar providências. No auge da “batucada” os “irmãos” ficam

“apoderados” e praticam façanhas de toda a espécie: apedrejam casas, especam, gritam, sambam, enfim, cenas horripilantes levam a efeito. Naquella zona existem duas mulheres conhecidas pelos nomes de Guiomar e Dagmar que formam uma “dupla” perigosa. Quando estão “encostados” nem mesmo “Ogun”, auxiliado por “Xangô” podem com ellas. A polícia está no dever de acabar com semelhantes irregularidades limitando a liberdade daquelles desoccupados que vivem explorando “Deus e o Mundo (JORNAL ATARDE, 1935, p. 02)

A notícia oferece um exemplo da intensa tentativa dos grupos articuladores e financiadores que abasteciam a imprensa e formados pelos blocos hegemônicos na sociedade, em extinguir as práticas religiosas de matriz africana na cidade, apelando para uma narrativa que motivava a repulsa aos costumes afro-brasileiros, seus símbolos e ritos. Os incômodos não eram provocados apenas pelos toques, evidenciamos que a exclusão da religião seria apenas uma de várias iniciativas, no intuito de afastar da capital baiana qualquer característica da população negra e seus costumes.

Portanto, a perseguição ao candomblé estava voltada à concretização da antipatia e da ojeriza às tradições da população negra e tudo aquilo que a representassem na sociedade. Dessa forma, tanto as queixas e as notas dos jornais, quanto às incursões policiais, estavam pautadas muito mais na materialização da negação da cultura afro-brasileira na cidade de Salvador, que meramente um desagravo pelas práticas das religiões de matrizes africanas.

As proibições não se restringiam aos batuques, práticas e cerimônias envolvendo o candomblé, mas também, por toda região central da capital baiana e seus entornos, com o objetivo de eliminar do espaço urbano posturas consideradas inadequadas, como por exemplo, o comércio de alimentos, animais vivos nas ruas, entre outras condutas e ofícios regulados pelo Código de Posturas Municipais e inspecionadas intensamente pelos órgãos fiscalizadores, sendo estas práticas, na maioria das vezes, exercidas por pessoas em condições econômicas desfavoráveis, posição onde se encontravam negras, e negros, mestiças e mestiças, enfim, as camadas desprovidas de privilégios na cidade de Salvador.

---

<sup>54</sup> Função no candomblé significa o período que as casas determinam as suas liturgias e cerimônias abertas ao público externo, ou apenas, para os membros internos, sem a necessidade abrir os portões.

## 5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cheguei até este momento percebendo que a pesquisa está apenas começando e que ainda há outras tantas possibilidades para a construção de novas perspectivas, novos entendimentos sobre o tema, novas ideias a serem perseguidas em outras oportunidades acadêmicas.

Através desta dissertação observei que tanto os jornais quanto a população negra na cidade de Salvador criaram um cenário de estratégias para permanecerem ativos na sociedade. Enquanto a imprensa buscava mecanismos para se tornar um importante veículo de comunicação, atento às transformações dos primeiros anos da República, e para tanto construía narrativas que alimentavam de forma negativa as concepções em torno dos hábitos e culturas afro-brasileiros, a população negra seguia criando formas de negociações com as instituições repressoras e fiscalizadoras para permanecer presente no ambiente urbano da capital baiana.

Mediante a contraposição entre as leis impostas pelo poder público e a subversão do uso do espaço urbano por seus personagens, observa-se no decurso dos códigos de posturas municipais que as autoridades obedeceram a um posicionamento alicerçado pelos discursos raciais para excluir das ruas corpos e práticas que não coincidissem com o pensamento civilista da época.

Seguindo estas pistas construí uma narrativa histórica tomando como base os discursos contidos nos jornais pesquisados, no intuito de compreender os argumentos que pregavam o combate às "anomalias" presentes nos usos e costumes do espaço público da cidade de Salvador. Assim, dividi esta dissertação apresentando a introdução no intuito de explicar os caminhos que me levaram a este tema e os passos considerados importantes para a continuidade deste trabalho.

Depois, no capítulo II, propus uma narrativa que viabilizasse o entendimento acerca dos discursos jornalísticos e a relação com os costumes dos negros e negras na cidade de Salvador. E ainda, busquei abordar o processo de reforma urbana promovida pela administração municipal e estadual no início do século XX, o qual, tentou gerar

melhorias para a cidade, tais como alargamentos das ruas, pavimentação das vias, reestruturação dos prédios e equipamentos públicos, ente outros.

Neste movimento desenvolvimentista urbano notamos a tentativa dos blocos elitistas vincular ao cotidiano dos negros as práticas consideradas ultrapassadas e incivilizadas para época, entendidas como representação do passado colonialista que a sociedade pretendia se afastar. Com isto, determinadas pretensões estiveram engendradas nos projetos de modernização das ruas propostas inicialmente pelo governo de J. J Seabra em 1912 perdurando pelos governos subsequentes principalmente nas primeiras três décadas do século XX. Entre os anseios deste plano desenvolvimentista estava a adequação da cidade de Salvador ao movimento civilizatório almejados pelo Brasil republicano.

No Capítulo III, busquei identificar nos discursos contidos na *Gazeta Médica da Bahia* pontos que influenciaram os argumentos dos jornais pesquisados utilizados para construir narrativas que se aproximassem dos ideais do projeto desenvolvimentista proposto para uma cidade que pretendia se tornar “limpa e higienizada”. Neste capítulo apresentei as leis que fundamentaram as proibições das práticas sociais associadas, na maioria das vezes, à população negra.

Apresentei também os *Códigos de Postura Municipais* que definiram os modos de vida e o comportamento dos cidadãos nas ruas da cidade, no qual se estabeleceu as formas como as pessoas deveriam se portar no seu cotidiano, além de promover normas e regulamentar o uso do espaço urbano. Neste tópico, abordei ainda os discursos racialistas que influenciaram os argumentos jornalísticos para potencializar a repressão e a perseguição aos hábitos da população afro-brasileira nas regiões centrais da cidade, percebendo que os atos proibitivos e as ações do poder público vinham carregados de sentimentos de inferiorização racial aos negros e negras que faziam do centro de Salvador local de entretenimento e busca por fontes de renda.

De acordo com as análises dos recortes dos jornais apresentados neste trabalho, entendemos que o principal propósito da imprensa baiana foi, possivelmente alimentar e retroalimentar o imaginário coletivo contra a cultura afro-brasileira com a intensão de se alinhar aos ideais racistas com o intuito de extinguir a tradição, costumes e hábitos da população negra, apegando-se nas teorias das raças que inferiorizaram o negro na sociedade para justificar os seus discursos racistas e excludentes.

No capítulo IV trouxe o estudo das fontes, identificando os bairros que apareceram com maior frequência nas notícias dos jornais pesquisados, o período de maior intensidade das reportagens que apresentavam as repressões policiais e alguns dos motivos pelos quais os candomblés foram reprimidos e perseguidos na cidade de Salvador.

Em meio a esta composição conflituosa entre as camadas elitistas governamentais e a realidade das ruas, a imprensa se colocava como um instrumento de disseminação de informações, relatando em suas notícias a estagnação administrativa e a decadência estrutural, cobrando dos poderes públicos atuação mais convincente. Também denunciavam as práticas de ganho das pessoas que faziam da cidade um espaço de comércio, em sua maioria, homens e mulheres pretas, mestiças e pobres que sustentavam suas famílias com a venda de produtos nas regiões centrais, assim, os discursos jornalísticos, ao mesmo tempo em que cobravam das autoridades serviços de infraestrutura e modernização, reivindicavam o espaço público em prol das camadas hegemônicas da sociedade sotropolitana.

Os jornais ainda se queixavam das oferendas colocadas nas esquinas e encruzilhadas pelos praticantes e simpatizantes das religiões de matrizes africanas, porque associavam essas condutas à sujidade urbana. Elaboravam também narrativas que equiparavam às práticas culturais recreativas correlacionadas a população negra à incivilidade, ignorância e imoralidade, a exemplo da capoeiragem, do samba, do candomblé, dos festejos de rua e, até mesmo, a ociosidade e as andanças dos negros pela cidade, posturas consideradas inadequadas e categorizadas como vadiagem.

Os periódicos chamavam a atenção constantemente dos órgãos fiscalizadores para a necessidade de fixar um plano que retirassem do espaço público tudo aquilo que simbolizasse os costumes negros na cidade. Denunciavam em suas matérias o incômodo em relação ao trânsito destes personagens no espaço urbano, além disto, a sociedade se incomodava com os moleques, pedintes, mendigos, ambulantes que continuavam a circular nas ruas e praças afetando a estética e a ordem pública, neste contexto, entraram em cena os reguladores das posturas municipais e os agentes policiais para promover estratégias na tentativa de exercer o poder sobre a população da cidade, buscando banir do espaço público as práticas não controladas dos negros pobres.

Foi nessa teia social que se encontravam também às complexas questões envolvendo a repressão e a intolerância religiosa analisadas nesta pesquisa através dos discursos encontrados nos jornais que nos indicaram que as tensões sociais eram

engendradas pelos aspectos socioeconômicos e raciais tendo, como ponto central, as interlocuções elaboradas pela imprensa com o objetivo de alimentar a rejeição social às práticas de matrizes africanas e colaborar com os anseios das camadas hegemonicamente privilegiadas, sendo estas, detentoras do domínio político, econômico e intelectual na capital baiana do início do século XX. Estes grupos eram formados por homens brancos pertencentes às classes sociais detentoras de poder, que buscavam nas teses raciais hierarquizar as raças inferiorizando os negros e seus costumes.

Os estudos e análises das fontes, a que nos referimos até aqui, demonstraram o quanto a diferenciação racial foi fundamental no processo de reorganização das ruas na cidade do Salvador, promovendo com isso, desigualdades sociais e raciais, estabelecendo conflitos e estratégias de sobrevivência de um grupo social que não cabia neste novo plano de desenvolvimento urbano. Grupo este, representado por pessoas que foram inferiorizadas, discriminada e, em muitos momentos, odiadas por referenciar um continente que abrigava homens e mulheres negros e negras que segundo as ideias racistas intrínsecas na sociedade brasileira, eram classificados como bárbaros e selvagens, sendo a sua cultura inclinada à degeneração social.

A rejeição à população negra na sociedade baiana percorreu os momentos históricos e, em maior ou menor grau, ocorreu em vários períodos da formação social na Bahia, perseguições e repressões às religiões de matrizes africanas e as posturas do negro na sociedade, porém na construção desta pesquisa, pude perceber que em alguns momentos, as opressões se amainavam em decorrência das estratégias elaboradas pelo próprio povo de santo e as pessoas envolvidas com os diversos movimentos culturais de matrizes africanas.

Concluimos então, que de variadas maneiras, os negros enfrentaram e suportaram as mais diversas formas de opressão na construção social da sociedade brasileira, isto porque, a cor da sua pele era, e ainda é, o maior entrave para serem aceitos por uma sociedade, que deseja constantemente descartar qualquer traço ou manifestação popular que simbolize a cultura africana no país. Com isso, a cidade de Salvador não poderia fugir desta regra, haja vista, que a sociedade da capital baiana, em diversos momentos históricos foi influenciada pelos discursos raciais que inferiorizaram o negro e sua cultura, pela rejeição social alimentada por ideologias construídas por instituições e grupos de poder que estigmatizaram e subalternizaram as posturas e hábitos da população mestiça e negra nas regiões centras da cidade.

Deste modo, de acordo com o estudo das fontes apresentadas nesta dissertação, entendemos que houve uma campanha elaborada, pelas camadas letradas desta cidade, para excluir qualquer manifestação que referenciasse aos costumes afro-brasileiros, isto determinado pelo racismo, que em alguns momentos foi classificado como biológico, em outros, cultural, mas em qualquer forma que houvesse a rejeição e opressão social aos hábitos associados aos negros, estava o viés racista assimilado e praticado pela sociedade.

Mesmo com toda a repressão, perseguição e opressão, as pessoas negras não recuaram. Lutaram contra todas as tentativas de exclusão elaboradas por uma sociedade racista e preconceituosa que não admite ver no seu contexto social, homens e mulheres de cor, vivendo e experimentando suas vivências no mesmo espaço que todos os demais. Mesmo que estas perspectivas fossem de modo desigual, pelo menos, viviam e isto, incomodava e ainda incomoda setores sociais que buscam de todas as formas extinguir tudo aquilo que remete aos africanos na sociedade baiana.

A população negra se articulou para permanecer ocupando as zonas centrais da capital baiana juntamente com os seus bairros e as suas ruas, e a presença do negro em todos os espaços que o preconceito e o racismo tentaram delimitar é sinal de resistência e persistência. Estratégias significativas para validar diversas existências, e assim, continuarem contrastando, resistindo e vivendo num contexto social altamente excludente. Construindo nas estruturas sociais da cidade de Salvador uma forma própria, originária e particular de vida.

Por fim, seja na condição de protagonistas do seu próprio sustento através do mercado informal categorizado nos trabalhadores ambulantes, seja continuando no cotidiano da cidade com suas manifestações culturais e religiosas demonstradas nas encruzilhadas, esquinas, praças e logradouros, as pessoas afro-brasileiras não permitiram ser sobrepujadas, demonstrando uma alta capacidade de negociar e produzir estratégias ao seu favor, com isso, conservaram seus hábitos e costumes como sinônimo de resistência e legado cultural.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Nana Luanda Martins. **“EU K’ATSPERO DE OYÁ MATAMBA”:** **CANDOMBLÉ E EXPERIÊNCIA NEGRA EM ALAGOINHAS.** Tese de Defesa de Mestrado do Programa em Pós-graduação em História. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus. 2019.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 113, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo. Editora: Pólem. 2019

AMADO, Jorge. **Tenda dos milagres.** São Paulo. Ed. Claro Enigma/ Companhia das Letras, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas.** Tradução: Denise Bottmann. Companhia das letras. São Paulo. 2008. p. 1904

APPIAH, Kwame Anthony; RIBEIRO, Vera. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Contraponto Editora, 2020.

BÂ, A. Hampaté. **A tradição viva em a história geral da África,** V.I. SP, Ática, UNESCO, 1982.

BARRETO, José de Jesus. **Candomblé da Bahia: Resistência e identidade de um povode fé. Salvador.** Solisluna Design e Editora, 2009.

BARROS, José D’assunção. **Construção social da cor: Diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora: Vozes. 2014.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa.** São Paulo. Polén, 2019.  
BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso.** São Paulo: Perspectiva..

BRAGA, Julio. **A cadeira de Ogã e outros ensaios.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

BRAGA, Julio. **Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia.** Salvador: EDUFBA, 1995.

BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p 41, 1992.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Nos caminhos da história social: os desafios das**

**fontes orais no trabalho do historiador.** Revista História e Perspectiva, Uberlândia (42): 31-47, Janeiro – Junho, 2010.

CARNEIRO, E. 1981. **Religiões Negras/Negros Bantos.** 2ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, Civilização Brasileira/INL. CASTILLO, Lisa Earl. Entre a oralidade

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia. Apresentação e notas de Raul Lody.** 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTRO, Hebe. História Social. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro. Campus. 1997.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia. Um vocabulário afrobrasileiro.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

COUTO, Edilece Souza. **Festejar os Santos em Salvador: tentativas de reformas e civilização dos costumes (1850-1930).** In: Formas de Crer: Ensaio de história religiosa do mundo luso-afro-brasileiro, séculos XIV – XXI. Org: Ligia Bellini et. al. 2006.

COUTINHO, Amélia. Verbete: Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.** 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, p. 3.150-3.154, 2001.

DANTAS, Beatriz Góes. **Vovo nagô e papai branco: uso e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DESCARTES, René. Meditações. **In: Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1999.

DESCARTES, René. **Regras para a orientação do Espírito.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DELGADO, Gisele M.; DEMARZO, Mauro A.; PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; VERBICARO, Camila C. **A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras.** XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2005.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI 2006.** 230f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1930).** In: Afro-Ásia, 21-22. Salvador: edufba, 1998-1999.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das Mulheres: Condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Combatendo o racismo: Brasil, África do sul e Estados Unidos**. Revista brasileira de Ciências Sociais. 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1984.

ISAIA, Artur Cesar; SANCHIS, Pierre. **Orixás e espíritos: o debate interdisciplinar na pesquisa contemporânea**. EDUFU, 2006.

LANDES, Ruth. **A cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1961.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução: Sebastian José Roque. 1. Reimpressão. São Paulo: Ícone, 2010.

JLAUDE, Jean. **Las artes del África Negra**. Buenos Aires: labor, 1973. p.15

LIMA, Vivaldo da Costa. **O Candomblé da Bahia na década de 1930**. Estudos Avançados: Estud. av. vol.18 noº 52. São Paulo. Sept./Dec. 2004.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A anatomia do acarajé e outros escritos**. Salvador: Corrupio, 2010.

LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Revisada e Atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LODY, Raul, **Tem Dendê, tem Axé: etnologia do dendezeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 1992.

LUHNING, Ângela. **Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942**. Revista USP, São Paulo, v. 28, p. 194-2220, 1995

LUZ, Marco Aurélio. **Do tronco ao Opa Exim: memória e dinâmica da tradição afro-brasileira**. Rio de Janeiro. Pallas. 2002.

MACIEL, Laura A. **Produzindo notícia e histórias: algumas questões em torno da relação telegrafo e imprensa – 1880 – 1920**.

MAGGIE, Yvonne. **O modo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MANDARINO. Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio. **“Leituras Afro-Brasileiras: territórios, religiosidades e saúde”** EDUFBA-UFS, 2009 (Org.).  
FONSECA, Dagoberto José. **O corpo do afro-brasileiro, saúde e a violência na maca em**

coma: uma abordagem necessária.

MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro. Editora: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MACIEL, Laura A. **Produzindo notícia e histórias: algumas questões em torno da relação telegrafo e imprensa – 1880 – 1920**. In FENOLON, Déa e outros (orgs.). *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: olho D' Água, 2004.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando. Dissertação de Mestrado em sociologia. Programa de Pós-Graduação em sociologia, universidade de São Paulo, São Paulo. 1995. p. 117.

MASIERO, André Luis, "**Psicologia das raças" e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica**. *Psicologia Ciência e Profissão*. Vol.22. Nº 1. Brasília. Mar. 2002.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia no Século XIX: Uma província no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1992.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica.2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado**. In: NASCIMENTO, Abdias do (org. e apresentação). *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.

OLIVEIRA, Neivalda Freitas de. **Rua Chile: caminho de sociabilidades, lugar de desejos, expressões de conflitos – 1900 a 1940**. São Paulo: PUC/SP. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Doutorado, p. 93, 2008.

PARES, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia: Estudos de Contacto Racial**. São Paulo: Editora Nacional. 1971.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINTO, L. A. C. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de raças numa sociedade em mudança**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. Pesquisas e Práticas Psicossociais**. Vol.9, nº.2 São João Del-Rei dez. 2014

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890 – 1937)**. Palmas: NEAB, 2004.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro; etnografia religiosa e psicanálise**. 2 ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1988.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Bairros negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos em estudo empírico conceitual no bairro do engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. Tese. PPGAU-UFBA, Salvador, 2013.

REIS, João José. Domingos Sodré, **Um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **O animismo fetichista do negro baiano (1896)**. Salvador: p 555, 2005.

ROLNIK, R. Territórios Negros: **Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. Revista de Estudos Afroasiáticos, Rio de Janeiro, n.17, 1989.

ROSÁRIO, Silvio, **Entre Batidas e Batuques: a policia e os candomblés da Bahia**. Salvador. Piraúna editora, 2019

SANTOS, Anselmo José da Gama. **Terreiro Mokambo: espaço de aprendizagem e memória do legado banto no Brasil**. Brasília: 2010.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador. EDUFBA, 2009.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador, Ufba, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2008.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **Menininha do Gantois: a sacralização do poder**. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). Caminhos da alma. São Paulo: Selo Negro, 2002, p. 133-152. (Memória afro-brasileira, vol. 1).

SANTOS, Juanita Elbein dos. **Os Nágô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)**;

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **A cidade do Salvador: um estudo de expansão urbana (1890-1940)**. Comunicação apresentada ao 12º Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), realizado em Salvador, Bahia, de 17 a 22 de jul. de 1983 (datilogr.).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo, no final do século XIX**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão**

**Racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Carmem Oliveira da. **Memorial Mãe Menininha do Gantois: Seleta do acervo.** Salvador: Ed. Omar G, 2010.

SILVA, Maria Alice pereira da. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de salvador.** Fundação Gregório de Matos. Recife, 2019.

SOARES, Emanuel Luis Roque. **As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação.** 1. ed. Rio de Janeiro: MC&G, 2014.

SODRÉ, Jaime. **Da diabolização à divinização: a criação do senso comum. Salvador.** EDUFBA, 2010.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia do século XIX.** Dissertação de mestrado, 1994.

SOARES, Cecília Moreira. **Encontros, desencontros e (re) encontros da identidade religiosa de matriz africana: a história de Cecília do Bonocô Onã Sabagy.** Tese de doutorado. Universidade federal de Pernambuco, CFCH, 2009.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de. Corujebó: **Candomblé e Policia de Costumes (1938-1976).** Salvador, EDUFBA, 2018.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de. **Ijexá, o povo das águas;** Fundação Gregório de Mattos; apresentação Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neivalda Freitas de Oliveira; posfácio Beatriz Moreira (Mãe Beata de Yemanjá). Recife: Editora Linceu, 2019.

TAVARES, Ildásio. **Nossos colonizadores africanos: presença e tradição negra na Bahia.** 2<sup>a</sup> ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES. Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** 11 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Ed.da UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

TELLES, M.. **A relação entre representação e experiência: um estudo crítico da “filosofia existencialista”.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: Historia Social. São Paulo, 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: Estudos sobre a Cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UZEDA, Jorge Almeida. **A Morte vigiada: A cidade do Salvador e a Prática da Medicina urbana (1890 – 1930).** Salvador: UFBA, 1997.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixá: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo.** Salvador: Corrupio, 1997.

VIANNA FILHO, Luiz. **O Negro na Bahia.** 4 ed. Salvador: EDUFBA, 2008

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

**REVISTA E ARTIGOS:**

BARBOSA, Henrique dos Santos. **OS Terreiros de Candomblé: ENTRE Histórias e Memórias de Repressão e Resistência nos anos 1920**. Artigo apresentado no IV Colóquio Internacional de História da África e VIII Semana de Ciências Sociais. Grupo de Trabalho 08 – Modos de Vida e religiosidade afro brasileiras. 2019.

COUTINHO, Amélia. Verbete: Hermes Lima. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, p. 3.150-3.154, 2001. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SIM%20C3%95ES%20FILHO,%20Ernesto.pdf>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

COUTO, Edilece Souza. **Festejar os Santos em Salvador: Regras Eclesiásticas e Desobediências Leigas (1850-1930)**. Disponível em Acesso em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/edilece\\_souza\\_couto.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/edilece_souza_couto.pdf)> 11 de abril de 2019

CASTILLO, L.E. **O terreiro do Gantois: redes sociais e etnografia histórica no século XIX**. Revista de História, n. 176, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/118842/132553>>. Acesso em: 30 agosto de 2019.

DELGADO, Gisele M.; DEMARZO, Mauro A.; PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; VERBICARO, Camila C. **A Influência “Hausmanniana” nas Intervenções Urbanísticas em Cidades**. Artigo apresentado no XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

DE OLIVEIRA, Késia Rodrigues. **Diabo e feitiçaria no Brasil Colônia**. Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 4, n. 7, out. 2010. ISSN: 1982-3053.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)**. In Revista AfroÁsia – 21-22. pp 239 – 256. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20968/13571> - Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

Georges-Eugène Haussmann- nascido em Paris, 27 de Março de 1809, vivendo até 11 de Janeiro de 1891. **Foi largamente conhecido apenas como Barão Haussmann- o "artista demolidor" foi prefeito do antigo departamento do Sena (que incluía os atuais departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne), entre 1853 e 1870**. Durante aquele período foi responsável pela Reforma urbana de Paris, determinada por Napoleão III, e tornou-se muito conhecido na história do urbanismo e das cidades. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Eug%C3%A8ne\\_Haussmann](https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges-Eug%C3%A8ne_Haussmann). 03/04/2020. 03h36min.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. Curandeirismo e saúde pública: **Poder e resistência**

**cultural no interior da Bahia. Fundação Cultural Palmares.111 Lei de imprensa em 22 de novembro de 1823.** Disponível em Acesso em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/antioresa1824/decreto-38888-22-novembro-1823-568100-publicacaooriginal-91489-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38888-22-novembro-1823-568100-publicacaooriginal-91489-pe.html)> 11 de abril de 2019.

LUHNING, Ângela. **Mito e realidade da perseguição policial ao candomblé baiano entre 1920 e 1942.** Revista USP, n 28.

SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. **Códigos de Posturas Municipais como Instrumentos Normativos da Produção de Novas Lógicas Territoriais: estudo de caso do Centro Histórico de Salvador.** Revista Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura, n. 11, p. 273-289, 2010-1.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Racismo e Antirracismo: raça em questão.** Psicologia Política, vol. 10. Nº 19. p. 41-55. Janeiro de 2010.

SILVEIRA, Renato da. **Do Calundu ao Candomblé.** Revista de História. Disponível em<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/do-calundu-ao-candomble>. Acesso em 25 de abril de 2018.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007,p. 11-12.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de Souza. **Quando o flagelo bate à porta: a epidemia de “gripe espanhola” na Bahia** (Artigo). In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-gripe-espanhola-na-bahia/>. Publicado em 13 abr. 2020. ISSN: 2674-5917. Acesso: [27/11/2020].

SOUZA Christiane Maria Cruz de; SANGLARD, Gisele. **Saúde pública e assistência na Bahia da Primeira República (1889-1929).** In: BARRETO, MR; SOUZA, Christiane Maria Cruz de, organizadoras. História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Barueri (SP): Manole; 2011. pp. 27-73.

## **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. Decreto-lei nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o código de penas dos Estados Unidos do Brasil**, 2ª edição, Rio de Janeiro: H. Garnies, 1904.

BRASIL, **Código de Posturas Municipais**, Salvador, 1920.

BRASIL, **Código Penal brasileiro de 1890**, Diário Oficial, Brasília, 1890.

BRASIL, Câmara Legislativa. **Projeto de Lei nº 308/2013**, Diário Oficial, Salvador, 2013

## **MANUSCRITOS E IMPRESSAS**

Jornal A Tarde. **As ruínas dos antigos quartel general e esquadrão de cavallaria.** . Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA. 1912

Jornal A Tarde. **A demente de Nazareth: vítima de candomblé.** Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BPEBA, 1912.

Jornal A Tarde. **É porco e degradante. Os candomblés irão reaparecer na cidade.** Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA, 1925

Jornal A Tarde. **Jubiabá em maus lençóis.** Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA. 14, 1921

Jornal A Tarde, **O CODIGO DAS IMPOSTURAS e as mazelas ostensivas da “velha mulata”. E NÃO DEPENDE DE VERBAS, AFINAL, REMEDIAR MUITA COUSA.** 1925. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

A Tarde. **Contra a hygiene.** Biblioteca Pública do Estado da Bahia - BPEBA, 1925 p. 12

Jornal A Tarde, **1935, p. 2, BPEB. Pequenos factos policiaes Batucadas infernais!** Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA, 1935.

Jornal A Manhã. **Os Candomblés – Viva Ogunjá,** Hemeroteca Digital brasileira, 1920, p. 1. Disponível em <<http://memoria.bn.br>> Acessado em 01/06/2021.

Jornal de Notícias. **A Imprensa na Actualidade.** Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEBA, 1920, p. 2..

Jornal Diário da Bahia. **Nas baixas esferas do fetichismo – a Bahia, apesar de seu graude cultura geral, é uma cidade cheia de ‘mucambos e candomblés,** 1929.

A Tarde. **Aspecto que Desolam e Deprimem – os candomblés ‘ressurgem’ – ‘despachos’ nas vias públicas mais centrais.** 1



